

## Agradecimentos

Ao Professor Doutor Luís Miguel Moreira Pinto, que desde o primeiro momento acreditou em mim e me incentivou para a realização desta pesquisa, a minha sincera gratidão. Para além de professor exigente e orientador atento, foi para mim, acima de tudo, uma grande Amigo com o qual eu sei que posso sempre contar.

Ao Professor Doutor José Justino de Matos Barros Gomes muito agradeço e estimo os conselhos sábios que me transmitiu e a confiança que depositou em mim. A sua visão esclarecida acerca da arquitectura e da vida será, para mim um motivo de grande admiração pessoal.

A todos os professores do curso de mestrado agradeço os preciosos ensinamentos que me transmitiram, com os quais pude perceber melhor o discurso próprio de quem convive com o património arquitectónico.

Aos meus colegas do curso de Arquitectura da Universidade da Beira Interior agradeço a camaradagem, a amizade e apoio.

Aos meus colegas Espanhóis e Professores que me acompanharam no meu ano de erasmus do curso de Arquitectura da Universidad de Valladolid agradeço a camaradagem, a amizade e apoio.

A todos aqueles que me ajudaram ainda que moralmente, agradeço a amizade e a dedicação.

A todos os meus Amigos, que tiveram a paciência de fazer uma leitura atenta e crítica deste trabalho, o meu sincero agradecimento.

Por fim, aos meus pais, ao meu irmão e ao David, agradeço o amor, carinho e incentivo que foram fundamentais para me ajudar a ultrapassar os momentos mais difíceis. Agradeço em especial ao meu avô, por ele já não poder partilhar comigo os momentos de alegria, como sempre desejou.

## **Abstract**

This thesis belongs to the field of urban planning, including the areas of urban policy and reurbanization. This thesis deals how cities are transformed into urban utopias. Such, oftentimes it's ignores the cultural heritage which it's associated. Here was reveal how the individual behavior of society influence the dynamics of the city in time and space. It's also presented an urban planning proposal, held under the polis program, who pretend to make the Covilhã a city more cohesive and to safeguard its image and experience. Is primarily focusing on the aspects that contribute to the inert state of the cities. That are the expansion of buildings and alienate of urban center consolidated.

**Keywords:** Urban planning, reurbanization, urban policies, urban look.

## **Resumo**

A presente tese insere-se no domínio do planeamento urbano, abrangendo as áreas da política urbana e da reurbanização. Esta tese trata de denunciar como as cidades são transformadas em utopias urbanas. De tal modo que, se ignora muitas vezes o património cultural que lhe está associado. Aqui se revela como os comportamentos individuais da sociedade influenciaram a dinâmica da cidade no tempo e no espaço. Também é apresentada uma proposta urbanística, realizada no âmbito do programa polis, que pretende tornar a Covilhã uma cidade mais coesa e salvaguardar a sua imagem e a vivência. Focam-se essencialmente os aspectos que contribuem para o estado inerte das cidades. Que são a expansão do edificado e a alienação dos centros urbanos consolidados.

**Palavras Chave:** Planeamento urbano, reurbanização, política urbana, olhar urbano.

# Índice

## **Introdução**

Revisão bibliográfica .....	1
Relevância da temática .....	3

## **Capítulo 1.** Descrição da investigação

1.1. Metodologia.....	5
1.2. Objectivo .....	5
1.3. Génese e âmbito da pesquisa, relevância do tema .....	6

## **Capítulo 2.** Levantamento do Problema

2.1. As não cidades: influência das “cidades projecto” no projecto das cidades .....	9
2.2. O que é a cidade moderna .....	16
2.3. A dissidência progressista.....	17
2.4. Os limites e as fronteiras .....	22
Conclusão parcial .....	24

## **Capítulo 3.** Respostas teóricas e metodológicas suscitadas pela investigação

3.1. O crescimento orgânico das cidades .....	26
3.2. O organismo urbano das cidades, construído como um organismo humano .....	29
3.3. A autonomia das cidades (A vida das cidades) .....	33
3.4. As futuras cidades: estratégias diferentes.....	36
Conclusão parcial .....	37

## **Capítulo 4.** Análise comparativa da cidade da Covilhã

4.1. Escala da cidade .....	39
4.2. Um olhar sobre a cidade .....	40
Conclusão parcial .....	76

## **Capítulo 5.** Diagnóstico à cidade emergente

5.1. As cidades inertes .....	78
Conclusão parcial .....	85

## **Capítulo 6.** Considerações finais

6.1. Respostas a questões implícitas.....	86
6.2. Verificação dos resultados .....	87
6.3. Recomendações .....	88
6.4. Futura investigação .....	90

Bibliografia .....	92
--------------------	----

Referências bibliográficas .....	94
----------------------------------	----

Apêndice 1 – Lista de figuras.....	96
------------------------------------	----

# Introdução

## Revisão bibliográfica

Os documentos denominados de clássicos que tiveram destaque na estruturação dos conhecimentos utilizados para a presente tese:

- Construir em lo construido (GRACIA, 1992); com colaboração para a aquisição de conhecimentos que abordam os problemas das desregulação edificatória.
- Arquitectura escolha ou fatalidade (KRIÉR, 1999)
- Morte e vida de grandes cidades (JACOBS, 2000)
- Territórios Inteligentes (VEGARA; RIVAS, 2004)

Os três livros acima fazem parte da bibliografia que aborda a temática do planeamento urbano, nas suas fases de análise e diagnóstico. O estudo destes autores está em alguns capítulos em confronto e apesar de não serem obras literárias contemporâneas, são necessários para descrever diferentes fases de pensamento da evolução do planeamento urbano. Respectivamente estão ordenados do mais antigo para o mais recente. Os mesmos constituem um contributo no subtema de propostas e estratégias do Planeamento urbano, ao qual lhes é acrescentada a seguinte bibliografia:

- A doença da cidade (BARATA, 1997)
- Manual das cidades (DIAS, 2006)
- Grandes ideas para pequeños edificios (RICHARDSON, 2002)

O assunto relacionado com a política urbana, a cidade enquanto território edificado e edificável é facultado pelas seguintes fontes:

- A cidade como arquitectura (PORTAS, 2007)
- Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL 2007)
- As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal (FARIA, 1966-1995),

Abrangendo o tema da reurbanização, estratégias pontuais de sistemas de reabilitação, é o tema que é aportado nas seguintes referências:

- Geografia de Portugal: Planeamento e ordenamento do território (MEDEIROS, 2006).
- Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee (PEREIRA, 2005), narra as propostas urbanísticas realizadas pelo autor na Covilhã.
- Monumentos: cidades, património e reabilitação (Cardoso, Junho 2009), foca essencialmente as vantagens, as propostas urbanísticas e identifica o património histórico mais significativo na cidade da Covilhã.
- Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades (PORTAS, DOMINGUES, CABRAL 2007), apresenta este livro, um compêndio de propostas destinadas a promover uma gestão cuidada das cidades. Com estudos de casos concretos e considerados bem sucedidos, alguns já realizados e outros só planeados.

No entendimento do comportamento da sociedade, foram um contributo os livros:

- Olhar urbano, olhar humano (Sá, 1991), uma visão mais crítica sobre os comportamentos sociais, sobre as desigualdades.
- Confiança e medo na cidade (Bauman, 2006), oferece-nos neste pequeno volume alguns textos onde discute a transferência de uma época clássica, apoiada nos valores herdados, sobretudo ligada ao progresso tecnológico e científico. Para uma modernidade que aposta no transitório, onde se impõem aspectos como a velocidade, o hibridismo e a imaterialidade, sobre a cidade.
- Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagem e cidades (MEDEIROS, 2005), programa-se este livro na base da confirmação das afirmações com dados estatísticos. Por isso foi uma ajuda na compatibilização do aspecto teórico com o prático, na presente dissertação.

E finalmente as seguintes referências literárias contribuíram indirectamente, para a realização da tese. Não pela sua sumária importância, mas pela especificidade dos casos estudo que abarcaram. Exclusivamente na fase de análise do planeamento urbano incluem-se os seguintes livros:

- Cidades e Urbanismo no Mundo (PELLETIER, DELFANTE 2000)
- A imagem da Cidade (LINCH, 2008)

## Relevância da temática

O espaço urbano tem sido alterado devido a razões de ordem política, territorial e social. Estas transformações modificaram a forma de habitar. A descoberta do fogo permitiu a sedentarização, esta por sua vez facilitou a criação dos primeiros assentamentos rurais, que mais tarde deram origem às cidades.

A invenção das máquinas e a conseqüente redução de mão-de-obra levou ao abandono dos meios rurais.

Hoje o espaço cidade, está em continuo crescimento, prevê-se que em 2025, 70% da população mundial viva nas cidades<sup>1</sup>. Elas como espaço colectivo que são, estão cada vez mais integradas, associadas a outras cidades, consequência directa da globalização. Portanto o ritmo das cidades será avaliado pela sua capacidade de atrair, gerar recursos humanos e riqueza, não só para elas próprias, mas também às restantes que lhe estão associadas.

Neste sentido e sabendo nós, que habitar em comunidade é abdicar de algumas das nossas vontades individuais. A presente tese, constitui um esforço para colmatar falhas no que diz respeito à concepção das cidades. Denunciando quais os factores que atrapalham a vivência em conjunto. Como uma pesquisa científica deste cariz, pressupõe o confronto de vários autores, ideias e conceitos, aproveitaremos esse facto para desenvolver estudos comparativos entre opiniões e cidades. Não se procura aqui, produzir ideias ou métodos revolucionários, mas apostaremos na inovação das convicções em confronto.

Relativamente ao planeamento das cidades, sabemos as experiências (planos utópicos), as práticas (técnicas de valorização dos solos) e os métodos utilizados (os planos urbanísticos como ferramenta única). Porém não sabemos o que sucederá no futuro. Continuamos a construir em aglomerados densos e em lugares não construídos. Aplicam-se métodos e rejeitam-se métodos, de acordo com os períodos arquitectónicos vigentes. É cada vez mais polémica a questão da cidade do futuro. Aliás, procura-se a cidade do futuro. Não se sabe como vai ser, nem as estratégias a utilizar para a produzir. A competitividade aumenta entre as cidades, pois qualquer uma ambiciona ser um modelo. Porém continua a manter-se o problema das cidades inertes. A sua tendência para o isolamento. Nelas o processamento do seu desenvolvimento, faz-se pelo aumento do edificado, pelo desprezo do património da cidade antiga e pelo distanciamento formal dos centros urbanos consolidados.

---

<sup>1</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, "Territórios Inteligentes", Lerner. Madrid 2004; pág. 12.

Consequentemente os actores da construção da cidade debatem-se na escolha de umas e outras estratégias que asseguram propostas para a cidade do futuro, um debate infinito do qual não se extraem conclusões. Ou se isso não acontecer, continuam a preferir-se, a utilização dos planos de ordenamento do território e a utilizá-los de forma independente e obrigatória. Nos casos mais complexos, nas intervenções a centros históricos há tendência para a transformação do património devoluto em propostas cenográficas (reabilitação da casca do edifício).

*“Además la pasión por anticipar el futuro ha decaído en tanto en cuanto la noción de vanguardia ha entrado en crisis como fabulación de un futuro impredecible desde un confuso presente. Será que no es tiempo de profecías o que nuestro presente es más cómodo a pensar de que los recientes acontecimientos bélicos nos han descubierto que la historia no ha terminado.”<sup>2</sup>*

O autor Francisco Gracia sugere aqui, que às cidades seja deixado o espaço necessário para mais propostas. Propostas essas a realizar com base, nos valores com que os antepassados nos premiaram por serem modelos testados.

Na presente dissertação, será conveniente perceber o que é dito de outras cidades no mundo, sem confundir obviamente o conhecimento. Trata-se, de compreender se os problemas se repetem em várias cidades, ou se constituem casos isolados. Segundo Jane Jacobs é inadequado que se avaliem cidades pequenas pelos problemas existentes nas de grande dimensão. No entanto, o conhecimento que adquirimos sobre umas, é um ponto de partida para detectar defeitos noutras.

---

<sup>2</sup> Francisco de Gracia, “Construir en lo construido: La arquitectura como modificación” 3.<sup>a</sup> ed. Hondarribia, Guipúzcoa 1992; pág. 20.

## Capítulo 1.

# Descrição da investigação

### 1.1. Metodologia

Na elaboração desta tese, mesmo tratando-se de uma dissertação assistimos à aplicação de duas fases. Uma fase de análise e outra de diagnóstico. A primeira desdobra-se em duas situações, um modelo teórico e outro prático. A segunda fase de diagnóstico, abrange um âmbito global e não tem casos práticos, baseia-se fundamentalmente em justa posição de conceitos. A esta demos o nome de cidades inertes, porque explica a como é a cidade inerte do futuro, aquela que procuramos.

A estrutura da tese é composta por seis capítulos. Com excepção do primeiro e do último, cada capítulo tem um compêndio de ideias a que se chamou conclusão parcial. Esta parte não encerra definitivamente nenhum dos capítulos, mas engloba as ideias principais. O último capítulo já é uma exposição síntese dos resultados, que respondem ao problema levantado.

O segundo capítulo trata de denunciar o problema geral de todas as cidades. O terceiro por sua vez já encontra algumas respostas para minorar as causas e consequências do problema. No quarto capítulo analisam-se as características das cidades em estudo. Com auxílio de bibliografia local faz um diagnóstico da cidade actual. Finalmente no último justifica-se a importância desta pesquisa.

### 1.2. Objectivo

O objectivo é fazer uma análise e um diagnóstico dos problemas das cidades. Como a inércia é um estado que pode ser transitório, espera-se que o estudo ajude a minorar as causas e consequências e a contribuir para a resolução do problema levantado. A análise é feita, com base em estudos comparativos entre cidades.

### 1.3. Gênese e âmbito da pesquisa, relevância do tema

A presente dissertação surge na sequência do estudo, da cidade de Valladolid, num trabalho realizado, para as aulas de planeamento de quarto ano da Universidad de Valladolid. Aí começou a origem do interesse pelo planeamento urbano.

O trabalho realizado consistiu na elaboração de três fases: uma de análise de usos do solo, outra de diagnóstico e outra de proposta. O objectivo principal da proposta, era conseguir construir um método de planeamento eficaz que integrasse o rio com a cidade. Nessa proposta havia esse objectivo definido e também a metodologia a utilizar.

Nesta pesquisa tentou recriar-se um pouco esse processo de trabalho. Aceita-se a sequência de estudo análise e diagnóstico, como influências do processo utilizado no trabalho acima referido. Embora se despiste, esta investigação da análise dos usos do solo e se direcione mais para um estudo comparativo de temas e casos. Para denunciar quais os problemas da cidade, é preciso saber como ela evoluiu. Saber quais as bases teóricas e os instrumentos que foram utilizados. Estes são já, prenúncios suficientes, para o desenvolvimento dos estudos.

A propósito do tema, inicialmente pensou-se em falar sobre a morte das cidades. De facto seria um tema que enganosamente nos transportava mais para o caso da destruição. Mas como neste estudo, se exige clareza nas expressões, foi preferível alterar para, As cidades inertes. Pelo simples facto de que o estado de inércia, pressupõe a possibilidade de ser alterado.<sup>3</sup>

A morte, quando se fala de cidades, não pode ser vista apenas como um acontecimento definitivo. O desaparecimento de tudo o que é aglomerado, a destruição, (caso de Pompeia) ou a desertificação (recente caso dos centros urbanos consolidados de Portugal) são exemplos de cidades “mortas” fisicamente. Mas não se pode acreditar que este é um estado obrigatório, as cidades são imortais. A própria autora do livro “Morte e vida de grandes cidades”, não vê a morte no sentido acima descrito. A “morte” das cidades, retrata-o como sendo um estado inerte. Especificamente o que se trata aqui, é de explicar como se tornam as cidades inactivas, porque, se isolam elas e de quê. Também há uma razão para a escolha do título “Cidades inertes”, a morte é um estado apenas admitido a organismos. Portanto uma vez que, há autores que consideram o paralelismo entre cidade e organismo desapropriado, foi preferível um título que não sugira preferências de opinião.

---

<sup>3</sup> Esta alteração pressupõe já algum estudo e também advertência por parte de pessoas a quem era dado a conhecer o tema.

Na avaliação da cidade sabe-se, que as suas alterações urbanas, podem fazer com que esta evolua ou se torne inabitável. Estes factores urbanos são a escala dos espaços, o tamanho do edificado, a variação da população, os sistemas de transporte e as mudanças de função. Se considerarmos que uma cidade está deserta por ter um índice de ocupação muito baixo, este facto pode querer dizer uma de duas coisas: ou há uma insuficiência de pessoas, ou há uma avultada tendência para a construção desnecessária. Nesta situação ambas se consideram um tipo de desertificação urbana.

Há ainda um ponto importante que interessa referir, para que público se destina esta tese. É intuitivo, qualquer pessoa que se interesse por cidades ou metrópoles e que tenha a curiosidade de encontrar respostas às circunstâncias negativas que se lhe deparam diariamente, é já público desta pesquisa científica.

Quando acima foi referido que se analisariam aspectos concretos de cidades, era um indício de que se trataria de estudar um caso concreto. A cidade escolhida foi a Covilhã, pela possível análise que se pode fazer à sua evolução. Concentramo-nos numa cidade pequena, pois o seu fraco reconhecimento leva a que seja negligenciada e esquecida nas teorias de planeamento urbanístico. Uma das motivações que desafiaram ao estudo desta cidade, é a de contribuir para que ela tenha impacto nas decisões nacionais. Se o seu problema for minorado, bem como as causas e as consequências, poderá ser melhorado o seu desempenho. Nesta cidade pode investigar-se, como se processou o seu aumento urbanístico face à sua evolução demográfica. Mas também quais os aspectos em que demonstra a sua modernização e como adequou a forma urbana à nova função desempenhada.

Portanto, esta pesquisa será favorável também, aos intervenientes da construção desta cidade. Para terem uma recolha de informação, que permita, adaptar e construir ou reconstruir, da melhor forma. Nesta sequência de ideias, todos os habitantes são também, aqueles, a quem se destina esta dissertação.

Para finalizar e reforçar a relevância do tema, ambiciona-se que este estudo, contribua para um melhoramento do estilo de vida na Covilhã. Há que ter em atenção que não importa somente, construir para albergar pessoas, mas sim saber quais as circunstâncias actuais e para quem se constrói. Quando a Covilhã foi elevada cidade em 20 de Outubro de 1870, esta tinha vitalidade e prosperidade originárias do sector industrial<sup>4</sup>. Hoje esse domínio está tão “débil” que a cidade não vive mais apoiada nesse sector. Por este motivo, a transformação

---

<sup>4</sup> “A Covilhã é o principal centro da indústria do nosso país, e por tal facto foi denominada a “Manchester Portuguesa... o seu papel na indústria nacional é importantíssimo e justifica tal honra autonomástica.” in José Aires Da Silva , “História da Covilhã”, Covilhã, Portugal 1955; pág. 49.

ocorrida traz a cargo alguns retrocessos ao nível do desenvolvimento cultural. Na mentalidade de alguns actores e construtores da cidade, a Covilhã é ainda uma cidade, cujo seu poder económico advém da indústria. O que não é verdade, pois o maior pólo gerador de diversidade, é a universidade. Como está comprovado nesta afirmação *“A instalação do ensino superior na cidade iniciou-se com a criação, em 1973, do Instituto Politécnico da Covilhã (IPC)...uma nova cidade a que a universidade viria a trazer novos fios com que iria passar a tecer-se o futuro dos seus habitantes.”*<sup>5</sup>

Para o diagnóstico à cidade ser um bom complemento, deixaremos já em aberto as seguintes inquietações. Sabendo nós das mudanças ocorridas na cidade ao longo dos anos e que os seus intervenientes pertencem a categorias diferentes e têm objectivos distintos, será necessário continuar a construir como antes? É possível acreditar que este novo público (os estudantes), se sedentarize aqui como acontecia com os anteriores habitantes (os operários)? É isso significativo para o planeamento da cidade? Que tipo de participação, têm os habitantes na construção dela? Será por este fio condutor que se justifica a importância de falar sobre a Covilhã.

---

<sup>5</sup> Andrea Cardoso, “Cidades/ património/ reabilitação” Lisboa, Portugal 2009, pág. 99.

## Capítulo 2.

# Levantamento do Problema

Neste capítulo, apresenta-se um conjunto de ideias de autores que estudam situações prejudiciais à cidade.

### 2.1. As não cidades: influência das “cidades projecto” no projecto das cidades

Neste tópico será proveitoso que se perceba que alguns métodos urbanísticos foram herdados pelas concepções de “cidades projecto”. Ainda é recente a procura de um método individual de concepção de cidades, no entanto numa vertente diferente. Procura-se um processo de trabalho flexível, mais do que se impõe uma ideia.

No seu livro “Morte e vida de Grandes cidades” a autora deixa claras as ideias de que, quando os países são diferentes, as culturas a economia e todos os factores diferem. As cidades recentes e sem edifícios protegidos por institutos similares ao Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), são cidades mais fáceis de reconstruir. Por quatro razões: primeiro, devido à sua reduzida dimensão e compacticidade é possível de aumentar. Segundo, há a possibilidade de criar espaços mais amplos e adaptados às novas funções, nos terrenos ainda vazios. Os edifícios existentes, se não tiverem grande valor histórico, não exigem avultadas quantias para a sua reabilitação. Terceiro, maior probabilidade de criar ambientes urbanos flexíveis, dando alguma utilidade aos terrenos urbanizáveis. Para planear o território, não sendo negligente, é necessário, não criar vazios urbanos ocasionais. Se tiver sofrido adaptações relativamente ao modo de viver dos seus habitantes, significa que foi alvo de experiências e já existe matéria de estudo. Ainda podem as cidades, beneficiar de outro aspecto, o avanço da tecnologia permite a construção adaptada por exemplo aos fortes declives, ou a zonas de protecção ambiental, ou histórica e a utilização mais variada, de

materiais. Maior possibilidade, de construir edifícios sustentáveis que exigem menos consumo económico e ambiental.

O enigma de como criar a cidade humanizada, foi a preocupação que originou a criação de planos e cidades utópicas. Mais tarde, a utilização imposta de instrumentos de gestão territorial. Na arquitectura, os vários estilos oriundos da Europa, foram chegando a Portugal tardiamente. Assim como a sua renovação. Também da mesma maneira os modelos de cidades utilizados nos outros países, têm repercussões em Portugal. Como se terá oportunidade de ver a seguir que o modelo de construção actual, foi influenciado por várias experiências realizadas noutros Países.

Relativamente à “Cidade Jardim”, surgiram críticas por este modelo proclamar uma solução definitiva aos problemas das cidades. Ebenezer Howard analisou aspectos da cidade de Londres no séc. XIX concluindo que o ambiente urbano<sup>6</sup> se afigurava precário. No entanto a sua opinião relativamente à cidade era claramente depreciativa. Condenava a excessiva confluência de pessoas, em tão reduzido espaço. Portanto como resposta a este problema, em 1898 propõe um plano que restringia o crescimento de Londres e repovoava as zonas rurais, de maneira uniformemente distribuída. A opção era a “cidade jardim”, um sistema composto por uma zona urbana, cercada por um cinturão agrícola, onde todas as fracções<sup>7</sup> da cidade estavam predefinidas. A intenção cumpria o objectivo conter o crescimento ilimitado, restringir a especulação imobiliária e extinguir de vez as cidades, criando apenas estes “módulos” repetidamente. Nesta modalidade de cidade, a população não deveria exceder os 30 mil habitantes. Howard percebeu que a melhor forma de terminar de vez com esse mal, seria separar todos os usos de modo a serem independentes e compostos hierarquicamente. A zona residencial tinha proeminência sobre as restantes, daí a sua preocupação em criar a moradia “ideal” de acordo com o seu entendimento de perfeição. O comércio devia prestar o serviço completo à cidade já que esta se admitia apenas numa pequena escala. Portanto todas as zonas eram rigorosamente planeadas e sem qualquer possibilidade de mudança ou progresso.

Nestes aspectos a autora Jane Jacobs, critica a falta de relações sociais. E ainda a ausência de diversidade, com a aplicação do “módulo” em alternativa à complexa vida das metrópoles. Um aspecto negativo, para o desenvolvimento das cidades tanto a nível tecnológico como económico e social.

---

<sup>6</sup> A vida na cidade, os lugares frequentados e os não frequentados.

<sup>7</sup> A referência a fracções nesta situação remete para uma tendência ao zonamento, ao planeamento de zonas com um só uso, previamente estabelecido e massificado nos limites dessa área.

Este conceito de cidade, foi propulsor de novas experiências. Também Sir. Patrick Geddes viu na “cidade jardim”, um modelo cuja essência tendia para a criação de cidades de grande dimensão ao invés de reprimir o seu crescimento. Previa-se a sua aplicação num vasto território, realizado por regiões e contemplando os recursos naturais do mesmo. Assim o problema das metrópoles, resolvia-se encaixando cidades jardim de modo ilimitado. Resultado, apareceria uma cidade policêntrica, em oposição ao monocentrismo que habitualmente encontrávamos. Para além de serem novos núcleos, eram cidades pequenas e auto-suficientes. A população e as empresas seriam redistribuídas, limpando a hipótese de uma cidade de crescimento populacional estático.

Neste contexto, a mesma autora censura o seguinte, se queremos uma cidade policêntrica que nos permita diversidade de escolhas e mobilidade, porquê obrigar os habitantes à utilização de núcleos concretos? Se têm a possibilidade de ser autónomos, isso quer dizer, que lhes é permitido utilizar qualquer meio para se movimentarem. Ou adquirirem os seus produtos, não devem portanto, estar limitados à sua cidade auto-suficiente. Por outro lado, redistribuindo a população era-lhe imposto um comportamento. Estas concepções fantásticas foram admitidas e apreciadas por outros agentes da cidade<sup>8</sup> que se preocuparam em colocá-las em prática. Ao grupo em causa chamaram os “descentralizadores”, precisamente porque, viam a cidade como uma soma de partes, com várias zonas, cada uma com um só uso.

De importância são também os contributos, de Clarence Stein e Henry Wrigth, que pertenciam ao grupo atrás referido, estes ajudados por Mumford e Bauer definiram, pressupostos teóricos do urbanismo, que aplaudiam a quadra e a super-quadra como elemento essencial. Na habitação, privilegiaram o espaço interior recolhido e acolhedor, portanto a necessidade de fazer casas de carácter intimista.<sup>9</sup> As ruas eram “*o mal das cidades*”, o espaço de ninguém, portanto não eram a base do traçado. Este lugar era ocupado pela quadra e sobretudo pela superquadra. Tal como Howard, pensavam a cidade como uma “ilha” autosuficiente<sup>10</sup>, onde se impunha um estilo de vida<sup>11</sup> discreto. Também os “descentralizadores” acreditavam cegamente no isolamento como factor fundamental da vivência urbana. Para estes e de acordo com Howard deviam, ignorar-se as antigas cidades,

---

<sup>8</sup> Políticos, presidentes, construtores civis e todos aqueles cujo contributo era válido não só teoricamente.

<sup>9</sup> Esta expressão faz referência a um ambiente interior de habitações unifamiliares, que inibe ou proíbe o contacto com o exterior, por meio de voltar as suas aberturas (janelas e portas), exclusivamente para um pátio interior.

<sup>10</sup> Já foi exposta uma opinião relativamente a este termo.

<sup>11</sup> Tal como também Howard o fazia na sua ideia.

ou seja, os centros urbanos consolidados e denunciar apenas os pontos nocivos deles. Devíamos destruí-las. Criar cidades novas, era essa a solução.

Também encorajador do modelo “cidade jardim”, foi Le Corbusier. Embora numa perspectiva diferente. Pretendia criar uma “cidade jardim” vertical. Essa que apelidou de “Ville Radieuse”. O principal alvo era uma cidade toda ela jardim, que aceitava o automóvel como peça fundamental, pelo que se compreendia a criação de vias próprias para estes circularem a grande velocidade, artérias subterrâneas para pesados e a supressão quanto possível de cruzamentos que dificultavam a fluidez do trânsito. As habitações, eram conjuntos de torres, onde a massa populacional seria alojada a uma taxa de 296 habitantes por km<sup>2</sup>. Assim apenas 5% do solo era ocupado por edificação, uma vez que os restantes 95% estavam livres para jardim. Apegado à ideia de isolamento e recolhimento provenientes dos incitadores da “cidade jardim”, mas concentrado no acompanhamento do progresso, Le Corbusier inovava na introdução do automóvel e conseqüente ênfase atribuído às ruas. Propunha a massificação da construção e o crescimento vertical, aspectos tão repudiados por Howard. Nesta “Ville Radieuse”, podia apreciar-se a fácil compreensão de todo o funcionamento, a simplicidade e a acessível aquisição de todas as peças. Este último objectivo agradava a todos os intervenientes da construção das cidades, assim definiu Jane Jacobs “*era como um brinquedo mecânico maravilhoso*”.

Nos comentários que a autora faz, pode ler-se uma preocupação numa cidade recente onde não há restrições na construção, em que instituições protectoras do património, não fazem qualquer resistência, são cidades vulneráveis. Porque são susceptíveis de crescer desordenadamente. Com um ritmo de construção acelerado e não planeado.

No planeamento urbano importa a estruturação dos espaços, as suas dimensões, a qualidade e a diversidade. Há necessidade de relações sociais nem que sejam instantâneas. A mera distinção de objectos arquitectónicos, a sensação de familiaridade, a diferença entre os espaços de trabalho e espaços de lazer e a possibilidade de os contemplar, são princípios básicos que a cidade deve oferecer. O reconhecimento da função pela forma do edifício é um aspecto que León Krier considera elementar na sua afirmação “*Pela sua apropriação inadequada, estas inovações perdem muito frequentemente a sua capacidade instrumental e mesmo expressiva.*”<sup>12</sup> O autor conclui este excerto dizendo que mais do que um mundo de objectos caprichados, são “soluções falhadas” com a utilização de instrumentos inapropriados e de sinalização associativa inútil. Ainda critica, aqueles edifícios que imitam a

---

<sup>12</sup> León Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999, pág. 32-33.

aparência de objectos para assim se associar à função desempenhada. Na realidade não produzem mais do que uma “presença saturada”.

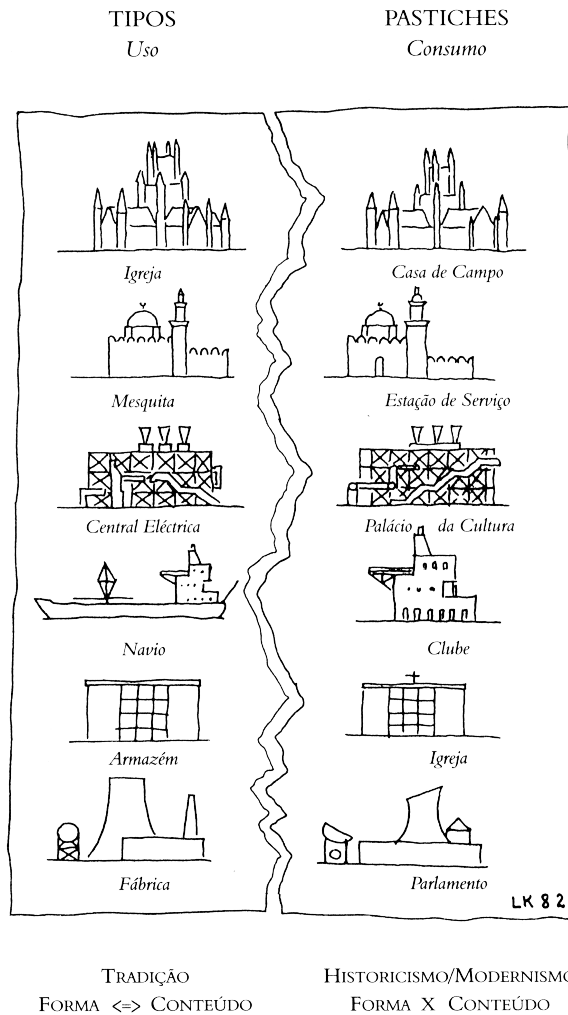


Fig. 1 – “Objectos”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 28.

A cidade não pode ser um jardim infinito, que se avista da janela. Nem tão pouco uma “ilha” habitacional. Por outro lado também não é um motor no qual se adicionaram peças e anexam zonas próprias e planeadas. Se ela não for uma realização social, se é apenas um engenho e o sonho de um só indivíduo então não é uma cidade capaz de oferecer

diversidade. “As cidades têm capacidade de oferecer algo a todos, mas só porque e quando são criadas por todos.”<sup>13</sup>

Ou seja, destes experimentos realizados na cidade, aqueles que se salientam para o planeamento urbano descendente foi a aceitação do zonamento, a cidade plano como um método eficaz de reduzir erros, a ideia de uma cidade que progride a par com a tecnologia e a construção de edificações ícone, representativos da prosperidade da cidade. Nem todos são possíveis soluções para a cidade e nenhum foi outrora, utilizado de modo digno e de pressupostos enriquecedores para os agentes urbanos. Mas são, contributos que não podemos rejeitar de forma drástica, isto é, não devemos aplicá-los tal como aconteceu antes. Contudo, servem de análise e desacreditam as possíveis intenções de criar fantasias singulares devem ser incluídos em estudos como este. “As cidades são um autêntico laboratório de tentativa e erro, fracasso e sucesso, em termos de construção e desenho urbano”.<sup>14</sup>

Há ainda mais uma tipologia<sup>15</sup> que será conveniente abordar, “city beautiful”. Esta tinha como finalidade a construção de uma cidade monumental. Já Le Corbusier o tinha experimentado na sua “Ville Radieuse”, mas neste movimento foi mais indubitável. Assim como também o foi, a questão do zonamento. Concretamente o objectivo era a criação de um centro monumental, que compreendia os edifícios empresariais mais significativos, tudo o que se prendia com serviços públicos era concentrado numa área definida. Esta demonstrava o estatuto da cidade<sup>16</sup>. A fantasia de sumptuosidade adjacente, previa no seu plano a inclusão de “boulevards” barrocos que acabaram por se tornar “*demodé*”<sup>17</sup>. O mesmo não aconteceu com a composição unitária da cidade, onde comungavam zonas planificadas de usos determinados. O núcleo majestoso tomava parte na cidade, mas apartado dos restantes usos. Este modelo também utópico, não teve na verdade o sucesso

---

<sup>13</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 263. A propósito de se querer reduzir as cidades de forma agressiva e sem qualquer contemplação para com aqueles, que serão os seus habitantes.

<sup>14</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág.5.

<sup>15</sup> Segundo a definição de Léon Krier “tipologia representa a classificação de edifícios segundo o seu tipo. O tipo é o esquema organizador de um edifício em projecção e corte.” In Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 42.

<sup>16</sup> Acerca dos núcleos monumentais da City Beautiful, Jane Jacobs afirma o seguinte: “...o cerne da questão é que esses edifícios monumentais haviam sido apartados do resto da cidade e agrupados para criar o efeito mais grandioso possível, dando ao conjunto um tratamento de unidade completa, separada e bem definida. A população orgulhava-se deles, mas esses conjuntos não tiveram sucesso.” In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 25.

<sup>17</sup> Termo francês que significa fora de moda.

esperado e que se previa na exposição de Chicago, porque se rejeitou a arquitectura moderna para se fazer uma imitação descontextualizada do estilo renascentista. O núcleo central, acabou por ser vítima de fortes contrastes sociais ao nível dos serviços e conseqüentemente por marginalizar esta zona da cidade, devido à vulnerabilidade a que estava exposto. No que concerne à restante malha urbana, esta manteve-se estática pois não detinha incentivos que levassem ao progresso. Estes procedimentos que se pressupôs funcionarem perfeitamente acabaram por fracassar. Neste modelo, a autora Jane Jacobs denuncia o facto de ser herdado o processo de zonamento para o planeamento descendente.

Concretamente o que se pode apontar aos planos de ordenamento do território em linhas muito gerais é que são instrumentos que não devem funcionar isolados. A sua eficácia assim é incerta.<sup>18</sup> Num aspecto têm vantagem sobre os planos de cidades utópicas, são elaborados multidisciplinarmente. Não resultam do acaso, nem da vontade ideológica de uma só pessoa. Como sugestão para esta dificuldade os autores do livro “Territórios Inteligentes” propõem que os planos sejam acompanhados, por cito *“planos estratégicos e outras formas programáticas e pragmáticas”* que são, processos mais flexíveis do que o instrumento clássico, o plano urbanístico. Também da mesma opinião é a oradora Sara Outón<sup>19</sup> quando refere, que os instrumentos urbanísticos recentes devem ser acompanhados de práticas de desenvolvimento de sustentabilidade local. Um desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente sem comprometer o progresso no futuro. Neste sentido, a oradora propõe a utilização de instrumentos de sustentabilidade local, de auxílio aos existentes. Os instrumentos mencionados foram as Agendas 21<sup>20</sup>, os Orçamentos participativos<sup>21</sup> e os Planos

---

<sup>18</sup> Para justificar esta incerteza de que se fala será oportuno lembrar o que foi dito a propósito dos planos “ En casi todos los países de Europa, el plan urbano ha sido progresivamente reducido a un instrumento administrativo de regulación de la actividad edificadora y control de los usos urbanos, un documento de carácter normativo cada vez más complejo y alejado de su vocación inicial y global de “dar forma a lo “urbano”... La planificación urbanística convencional aborda con dificultad un complejo, cada vez más imprevisible y inestable... la crítica puede resumirse en la acusación de rigidez y de ineficacia, acentuando su fracaso como instrumento de reequilibrio territorial.” In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 187.

<sup>19</sup> In I congresso de Cidades, Culturas e Sociabilidades, a oradora Sara Maria Torres Outón, falou dos centros comerciais urbanos. O tema da apresentação foi “Apuestas urbanísticas comerciales: Centros comerciales urbanos” que decorreu no passado dia 17 de Abril de 2009.

<sup>20</sup> Sucintamente é um processo de trabalho em conjunto entre as autoridades (principalmente as de nível local), as organizações locais dos diversos sectores da comunidade e os cidadãos. A elaboração do plano de acção serve para implementar a sustentabilidade ao nível local. Este processo é uma estratégia integrada para melhorar a qualidade de vida tanto a nível social como ambiental.

<sup>21</sup> Prática de divulgação dos orçamentos públicos de carácter consultivo e não vinculativo. No entanto envolve um compromisso por parte dos executivos autárquicos.

nacionais de introdução das novas tecnologias<sup>22</sup>. Estes processos elaboram-se como se tivessem um fim previsto em vez de se tornarem um processo continuado. Estas novas estratégias segundo a oradora são instrumentos capazes de dar aos planos a adaptabilidade que eles não têm.

## 2.2. O que é a cidade moderna

Numa visão mais clássica, o modernismo enquanto movimento artístico, rejeita as concepções tradicionais de cidade por serem inflexíveis. Regidas impreterivelmente pelos regimes políticos em vigor. O autor Léon Krier ainda acusa o modernismo, de contrariar, os princípios que defende.<sup>23</sup> Pois entende, que ignora os problemas da sociedade e é um movimento reaccionário. O modernismo contraria os seus princípios com a proclamação de liberdade, quando afinal considera a arquitectura tradicional fora de moda, portanto excluída. Segundo o autor o modernismo falha na forma como impõe os seus desígnios e por ser este, um movimento “dogmático”, de resultado limitado e empobrecido.

Numa segunda perspectiva, os autores Alfonso Vegara e Luis De Las Rivas, concluem algo diferente, admitem que a concepção modernista de cidade é reaccionária, mas entendem, isso como um aspecto positivo. Em primeiro lugar porque pensaram a “cidade do futuro”. Não porque seja necessário pensar a cidade do futuro, mas porque esse foi o início do progresso. Em segundo lugar, porque procuraram a solução nos princípios da autonomia, da modernização e inserção social. Admitem no entanto, alguns deslizes relativamente ao procedimento dos arquitectos modernistas, insinuando a sua atitude arrogante. Mas facilmente se distanciam desse propósito, para demonstrarem que os três princípios acima referidos, resultaram numa aparição de ferramentas essenciais para construir o espaço urbano. Os autores, não vêem o modernismo especialmente na sua vertente negativa, porém apresentam as debilidades da Carta de Atenas. Uma das quais é evidenciar a arquitectura como ídolo do funcionalismo. Apresentar as bases do planeamento urbano, resumidas a três funções habitar, trabalhar e recrear-se.<sup>24</sup> Mais adiante, assinalam a importância dos temas levantados na carta de Atenas serem ainda actuais e o progresso que estes significaram na

---

<sup>22</sup> Planos de criação de alternativas às energias actualmente utilizadas. Por exemplo o Plano Nacional de Agro energia que propõem alternativas de suprimento de energia.

<sup>23</sup> In Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 58.

<sup>24</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 84-89.

altura em que foram questionados.<sup>25</sup> As ideias do planeamento funcionalista, não foram declaradas conveniente, embora a sua intenção fosse mais correcta do que o seu resultado. Nesta análise conclui-se que *“La inercia de los planes urbanos hace pensar en una aplicación siempre demasiado parcial de la carta, en la hegemonía de los cambios cosméticos y de lecturas interesados... El texto de La Carta, sin embargo, permite eventurar un urbanismo sólido y mucho más clarividente del que muchos han planteado”*<sup>26</sup>.

### 2.3. A dissidência progressista

*“ Simplificando até ao extremo, pode dizer-se que duas grandes épocas podem ser distinguidas: antes e depois do séc. XIX, isto é, aquando da mudança para a utilização de materiais novos e a produção de massa.”*<sup>27</sup>

No livro “Arquitectura escolha ou fatalidade” o autor refere três noções associadas ao progresso das cidades. Invenção, inovação e descoberta.<sup>28</sup> Estas têm diferentes significados, conforme se considere antes ou depois da revolução industrial.

Nas culturas tradicionais até ao séc. XIX, inovação e invenção concentravam-se na revelação de novos métodos construtivos. Na descoberta intensa de técnicas que permitissem novos modos de construir. Estes três conceitos, faziam parte de um conjunto de sistemas que se transmitiam através das gerações, com a comprovação experimental e a partir de factos praticados. Eram fruto da reflexão e representavam uma época com as suas características próprias. Enfatizava-se a qualidade construtiva, sendo esta de tipo sólido, durável, confortável e bela. Os princípios morais e estéticos que regiam a construção das cidades eram de carácter universal, aplicáveis em tempos e espaços diferentes, em climas e a tradições diversas. Neste caso invenção, inovação e descoberta seriam meios que se destinavam a atingir um fim. Segundo o autor Krier, já o mesmo não acontece nos movimentos arquitectónicos do séc. XIX, pois *“constituem um fim em si mesmo”*. Em

---

<sup>25</sup> Carta de Atenas 1943, primeiro documento que ditava os princípios pelos quais se guiava o moderno planeamento urbano.

<sup>26</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 89.

<sup>27</sup> In Jean Pelletier; Charles Delfante, “Cidades e Urbanismo no Mundo”, Lisboa, Portugal 2000; pág. 39.

<sup>28</sup> In Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 47.

primeiro lugar porque a tecnologia atingiu um tal ponto, que quase tudo é possível edificar. Por outro lado a crença de que tudo é possível e pode ser perfeito leva a pensar-se desta forma: Desprezam-se os valores clássicos apresentando-os como um entrave ao progresso e descontextualizados. Desculpam-se os novos conceitos ideológicos com as alterações sofridas aos níveis social e económico.

Na conferência Novos Desafios<sup>29</sup> o arquitecto Klas Tham comunicou a sua visão da arquitectura. Para o orador a arquitectura está relacionada com os sentimentos das pessoas que a vivem. Por este motivo ela não deve ser impositiva. A verdadeira autonomia na arquitectura é a possibilidade de escolha. Por parte de quem a vai viver.

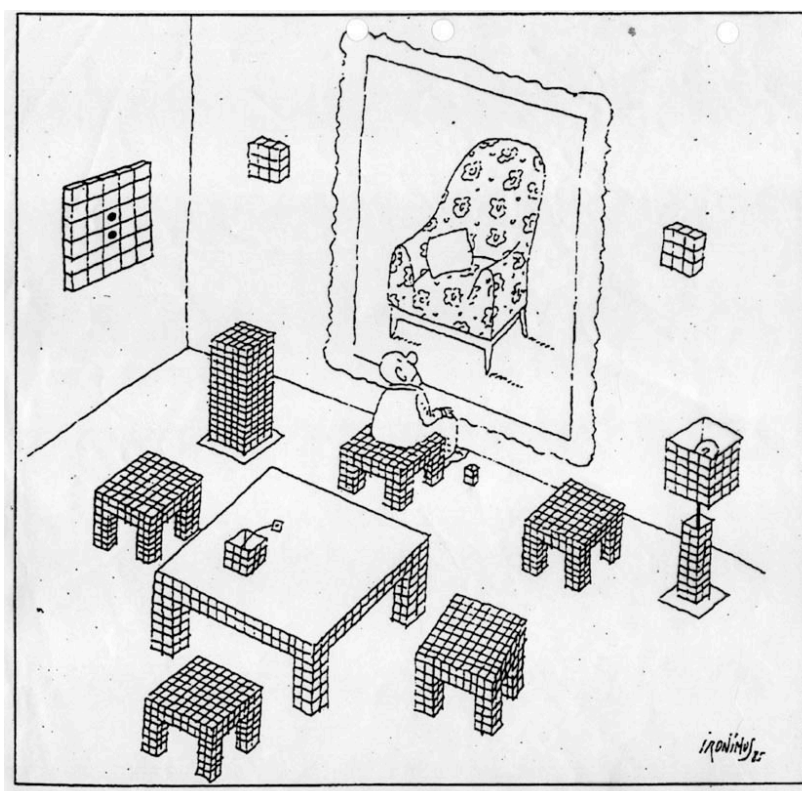


Fig. 2 – “Längtan”, fonte: Conferência Lisboa E-Nova, Lisboa, 2009, orador Klas Tham (imagem de Ernst & Sohn, 1989).

Nesta figura exposta pelo autor, há um desequilíbrio entre o que seria desejável e o que foi imposto pela moda. Foi justamente este comportamento que o arquitecto criticou. Mas foi mais longe, relativamente à definição de racionalidade, o orador apresenta-a nesta

<sup>29</sup> In Conferência Lisboa E-Nova, Lisboa, 2009.

sucessão de ideias: Se a arquitectura é racional quando é capaz de provocar emoções e sendo que os aspectos humanos menos quantificáveis são o sensorial, o emocional e o mental. Então a arquitectura é mais racional quanto mais provocar emoções, quanto mais nos inquietar. Nesta ordem de ideias o arquitecto apresenta o modelo Racional (fig. 3) e explica que o segundo caso é um método de planeamento mais racional que o primeiro. Porque transmite mais emoções, mais inquietações e porque dá aos habitantes, uma escolha diversificada. Na escala, na dimensão, na possibilidade de frequentar lugares mais ou menos compactos Klas Tham concluiu este tema, explicando que a ausência de ortogonalidade existente no segundo caso (os centros históricos são um exemplo) é uma vantagem para esses lugares, porque são realizados para causar emoções. As situações diversificadas produzem maior liberdade. No modelo “more rational” o Arqt.º elogia, a vontade de descobrir o espaço, a incapacidade de ficar indiferente à diferença. Essa liberdade de escolhas e de estilos é o que faz progredir a arquitectura da cidade.

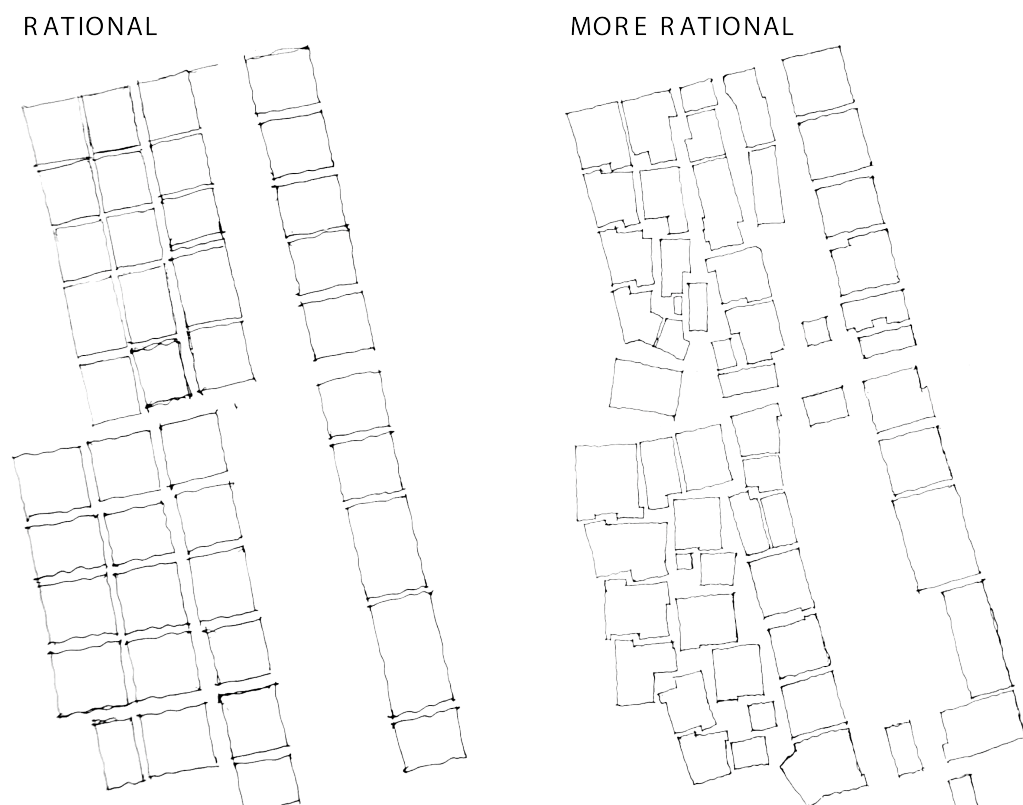


Fig. 3 – Malha urbana do projecto B01 em Mälmo do Arqt.º Klas Tham, fonte: Conferência Lisboa E-Nova, Lisboa, 2009.

Actualmente a crítica apresentada à arquitectura é relativamente às intervenções arquitectónicas com o princípio da “tábua rasa”. Assim o sugeriu o professor João Teixeira Lopes<sup>30</sup> quando debateu o tema das intervenções “tábua rasa” no primeiro congresso internacional, “Cidades, culturas e sociabilidades”. Referiu-se concretamente à recuperação da avenida do Aliados, projectada por Álvaro Siza. Levantando a questão, da qualidade do espaço. As críticas apontadas insistiram no facto de antes, esta praça ser um espaço público que atraía todo o tipo de pessoas aos local e depois da intervenção se ter transformado num local de passagem. Falou-se no assunto, de até o espaço público ter de oferecer alguma comodidade aos seus frequentadores, de ser consumível. O espaço urbano tem de oferecer sombras, bancos, entre outros elementos que estamos acostumados a encontrar. Quando isto não acontece, o espaço público não é cómodo. Logo o orador concluiu que não foi uma boa ideia, aplicar o conceito “tábua rasa”, num lugar público desta dimensão. Porque promoveu a estadia fugaz do das pessoas, um afastamento dos transeuntes ao comércio local e finalmente a sensação de gigantesco e despovoamento do espaço. Na discussão que se seguiu debateu-se o problema de a cidade ser vista como junção de intervenções arquitectónicas inversamente à ideia de cidade como um todo.



Antes



Depois

**Fig. 4 - Avenida dos Aliados, Porto, fonte: n/d.**

---

<sup>30</sup> Congresso Internacional, I, Porto, 2009.

Acerca do assunto, das propostas isoladas, os autores do livro “Territórios Inteligentes”, deixam clara a ideia que o edifício não faz sentido isolado na cidade, pois a sua envolvente anexa-o às características existentes, mas também porque, *“la relación entre edificio y tejido se explica la identidad del hecho urbano, al margen de otras explicaciones”*<sup>31</sup>.

Há ainda outro assunto que surgiu como resposta ao progresso tecnológico das cidades, produção de peças arquitectónicas “standard”<sup>32</sup>, para responder ao elevado acréscimo demográfico<sup>33</sup>. Este procedimento surgiu como técnica de recurso, para alojar as pessoas rapidamente. Porém não se pode considerar item como um progresso na medida em que, *“Para as culturas tradicionais, a imitação é uma maneira de produzir o similar único. Nas culturas modernistas, a cópia idêntica leva inevitavelmente à produção de clones sem identidade própria, quer dizer, ao idêntico múltiplo.”*<sup>34</sup>

Como tivemos oportunidade de saber as ideias funcionalistas são muitas vezes contraditórias. A introdução do automóvel foi uma euforia que criou fortes alterações nas cidades. Hoje a ideia de sustentabilidade, tem princípios que muitos confundem. As novas construções das ilhas do Dubai, são compostas pela utilização de tecnologia inovadora. Porém o seu carácter recente, não pode ainda revelar possíveis lacunas existentes. Luis Fernández-Galiano identifica na Revista Arquitectura Viva nº 111<sup>35</sup> um possível problema ainda a moldar-se. Ao lado destas “arquitecturas troféu” há um entorno empobrecido, que sustenta toda esta arquitectura de espectáculo. Por isso, o autor alerta para a importância de reflectir sobre a presença do desigual sistema social em convívio e aproveita para dizer, que é cada vez maior a marginalização das zonas interiores do país.

Na realidade não há muitas cidades com a possibilidade de atingir um nível museológico e tecnológico como o Dubai. Porém também não há muitas pessoas a poder beneficiar desse tipo de cidade. Numa visão mais conservadora, essa cidade é um “núcleo isolado” a tal ilha, na medida em que produz riqueza, diversidade e deslumbramento nesse ponto concreto. Não há uma partilha de diversidade com outras cidades do país, há sim um forte contraste. O desenvolvimento aí conseguido foi tirar energia às cidades tradicionais, que

---

<sup>31</sup> Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 150. No seguimento de um contexto que abordava o valor do património na Europa, surge a importância da arquitectura na cidade. Esta última é a que titula o texto de onde foi retirado o excerto. Na sequência destas ideias há uma intenção dos autores explicar que a cidade é importante na arquitectura do seu conjunto.

<sup>32</sup> A utilização deste termo remete para a ideia de indústria, produção em massa. Foi o que aconteceu nos produtos de consumo fácil e se estendeu também à arquitectura e urbanismo.

<sup>33</sup> O desenvolvimento demográfico nas cidades a partir do Êxodo do Rural.

<sup>34</sup> Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 47.

<sup>35</sup> In Luis Fernández Galiano, “Próximo Oriente” 2006.

não evoluíram. O mundo tem hoje uma maravilha tecnológica, uma cidade museu. *“Con la vigésima parte de las reservas de petróleo de Abu Dhabi, Dubai ha descubierto un nuevo filón en el turismo de lujo. Impaciente por seducir a visitantes e inversores, la ciudad busca batir récords en todos los proyectos que emprende, lanzándose a la construcción insomne de una metrópolis de ficción.”*<sup>36</sup> Mas se o futuro das cidades passar pela renovação e competitividade delas, ilhas como as do Dubai não fazem crescer ou renascer outras cidades. Aliás, não podem servir de exemplo. São justamente o que não pode ser feito. Continuando esta visão conservadora poder-se-ia dizer, que já antes da construção das cidades museus se diagnosticava este problema: *“Os grandes conjuntos metropolitanos, são grandes consumidores de energia existente no corpo territorial do país, vivendo à custa da lenta degradação deste.”*<sup>37</sup>

Sem se poder alargar este debate, vamos analisar mais um aspecto que confunde as nossas certezas. Nas ilhas do Dubai, o nível tecnológico é tão avançado, que a essa arquitectura apelidaram de sustentável. Este termo por ser recente está mais longe de uma definição concreta. Porém os autores do livro “Territórios Inteligentes” definem assim: *“La sostenibilidad debemos concebirla desde una perspectiva amplia que incluye sostenibilidad ambiental pero también sostenibilidad económica, social y cultural, que incluye la gente y sus intereses cotidianos.”*<sup>38</sup>

Será que todos estes factores foram considerados? Que a capacidade de relação entre a cidade o país é a verdadeira preocupação? Será esta a chave que abre a porta do futuro? Aquele que ainda ninguém tinha visto, mas que todos sonham ter.

---

<sup>36</sup> In Luis Fernández Galiano, “Próximo Oriente” 2006.

<sup>37</sup> J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 46. Esta citação pode parecer desactualizada, mas por vezes as ideias tradicionalistas rejeitam métodos que desconhecem, ou que por outro lado prevêem o seu fracasso. Enquadra-se esta reserva do autor Barata Martins relativamente às cidades grandes, no assunto em questão, por ser também actualmente um receio nosso daquilo que pode vir a acontecer, às nossas cidades. Talvez se ache esta uma visão limitada mas tem o seu grau de razão, porém não é ainda possível comprovar.

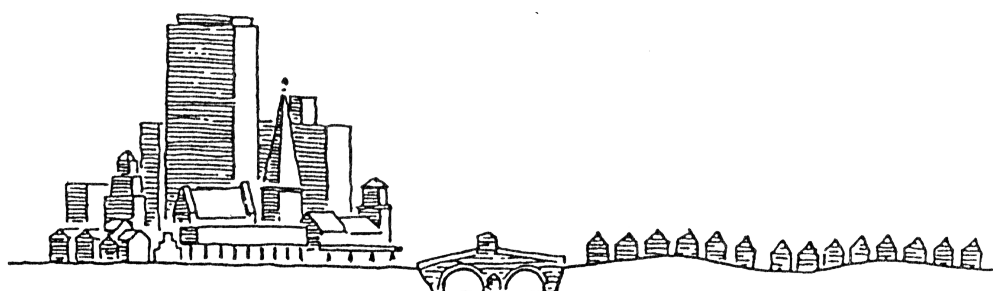
<sup>38</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 294.

## 2.4. Os limites e as fronteiras

A cidade não é apenas a concretização dos espaços visíveis – casas, edifícios, vias, parques, praças – mas aquilo que nesses espaços circula. A cidade tem hoje novas configurações que demonstraremos quando fizermos o diagnóstico à cidade actual. São, sobretudo, os fluxos com os quais interagem seres, objectos e vivências. Que traduzem a nova cidade e os modos de viver nela. Substitui-se, assim, uma visão substancialista do espaço por outra na qual é entendido como um conjunto de relações. É nesse sentido que se pode dizer que toda cidade é regida por uma gramática. Uma gramática ainda que labiríntica mas que estabelece um limite. Esta é uma transposição do limite físico urbano. Outra ditará a condição de verdadeiro término da cidade.

Os limites urbanos podem ser impostos pela natureza, ou considerados limites por um município. Os impostos são aqueles que por motivos físicos não podem ser transponíveis. Temos como exemplo o mar que não permite a expansão da construção a menos que se modifique artificialmente, o declive e as zonas e protecção naturais pertencentes ao património nacional. Aqueles que são impostos pela zonificação são linhas imaginárias, ou aproveitam-se de barreiras físicas para delimitar o território.

Quando uma cidade sofre de perda dos limites isso significa que, ela excede aquilo que vai para além da concretização do habitante expandindo desmesuradamente o edificado. Pode ocorrer de duas maneiras: em sobreexpansão horizontal ou vertical.



SOBREEXPANSÃO HORIZONTAL E/OU VERTICAL

Fig. 5 – “Formas de sobreexpansão urbana”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 84.

A sobreexpansão horizontal acontece nas periferias devido ao baixo preço dos solos. A principal desvantagem é o consumo de área de solo urbanizável. Tem tendência a tornar-se cada vez mais escassa e a sua definição balança entre área urbana ou rural. A cidade cresce ilimitadamente, fechada em pequenas parcelas privadas que não interagem com ela. Por outro lado o antigo centro começa a ficar desertificado e a ignorar-se cada vez mais o seu valor histórico. Nestas circunstâncias verifica-se baixa densidade populacional. Logo menos diversidade de estratos sociais. A ideia que se tem, de associar a densidade elevada a uma vivência precária, é falsa. Esta simplesmente implica, um grande número de pessoas numa mesma área. Se não for em demasia, será uma zona com diversidade de usuários. O que se torna realmente preocupante é existirem casos de sobrelotação que obrigam a uma convivência forçada e penosa para os usuários. Aqui o que acontece é um grande número de pessoas por fogo.

A sobreexpansão vertical tem o problema de criar o efeito claustrofóbico das zonas e consequente desertificação de pessoas, mas não de automóveis. O céu não tem limites, mas a capacidade visual tem. Esta será a mais afectada na leitura de uma cidade. Além disso, o autora Jane Jacobs<sup>39</sup> ainda nos alerta para a indistinta definição da relevância dos usos associada à altura dos edifícios. A perda da capacidade visual, imposta por um limite construído. A perda da definição causada pelo excesso de edifícios construídos com a mesma altura. Num breve discurso, que a autora faz acerca das zonas de fronteiras, entre parques e cidade e os problemas que estas áreas trazem, ela elogia o contributo de Kevin Lynch pela sua definição. Apud, JACOBS, Jane *“Uma linha divisória pode ser mais do que simplesmente uma barreira dominante.”*<sup>40</sup> A importância reside no facto de o autor se dirigir aos problemas visuais, estéticos e de identificação. Como acima nos referimos igualmente. Mais adiante, Jane Jacobs confessa a impotência de converter certas fronteiras em pontos de ligação, pela densidade do espaço construído que impede a visibilidade do espaço não construído. O espaço vazio transforma-se num lugar enclausurado, limitado visualmente.

---

<sup>39</sup> Estas definições de sobreexpansão vertical e horizontal, são definidas pela autora ao longo do capítulo “Condições para a diversidade urbana” com maior proeminência no tema “Alguns mitos sobre a diversidade”. In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 245-263.

<sup>40</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 296.

## Conclusão parcial

Neste capítulo lembramos os planos das cidades utópicas e as teorias mais desumanas que procuraram estratégias para construir a cidade perfeita. Estabeleceu-se a possibilidade da familiaridade dos planos de cidades utópicas com as cidades museus tecnológicas. Encontraram-se respostas para o aparecimento dos planos e alguns métodos de planeamento. A cidade construída pelos paradigmas modernistas é acusada de oprimir a cidade tradicional antiga, isto numa visão conformista. Numa perspectiva positiva os pressupostos modernistas de adivinhar a cidade do futuro, foram o motor do progresso do planeamento. Na crítica à cidade moderna desapoiam-se as intervenções “tábua rasa” por nada terem para desfrutar.

Das causas produzidas pelo modernismo, estudaram-se as duas possibilidades de crescimento extensivo, o vertical e o horizontal. Concluimos então, que não se sabe como vai ser a evolução das cidades, mas é certo que mudarão. Não sabemos quem serão os próximos habitantes, mas sabemos os que foram e os processos que não servem de exemplo.

## Capítulo 3.

# Respostas teóricas e metodológicas suscitadas pela investigação

### 3.1. O crescimento orgânico das cidades

Um bom exemplo da distinção entre cidade madura e cidade extensa é a que retrata o autor Léon Krier.

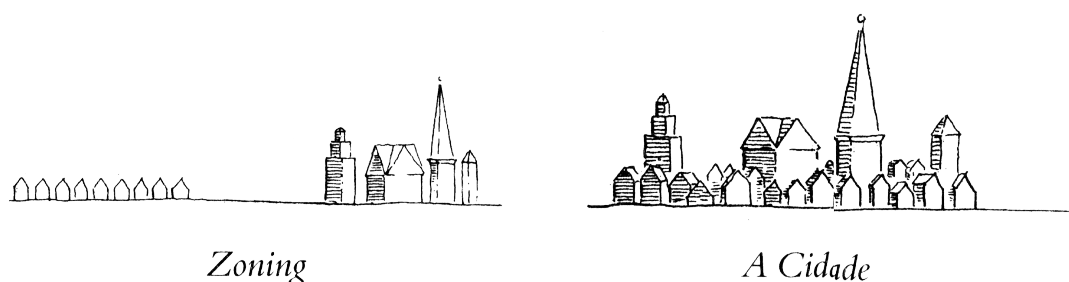


Fig. 6 – Zonas monofuncionais e comunidades urbanas autónomas, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 89.

O zonamento monofuncional é uma prática decorrente do desenvolvimento industrial, que tem a sua génese na Carta de Atenas 1931. A sua principal proposta é a separação de usos numa aposta classificada<sup>41</sup> como “*anti-urbana*” e “*anti-ecológica*”. A divisão do território em partes, cada uma delas com sua função única, tem associado um tempo determinado, o respeitante ao funcionamento dessa actividade. Outra herança do “zoning” é a “*mobilização real e quotidiana no seu conjunto*”. Como excesso que é, o deslocamento massivo da população à mesma hora para o mesmo local, transportando o habitante da cidade parcelarizada para um esforço de consumo, de tempo e dinheiro. Uma das consequências

<sup>41</sup> In Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 88.

que se lhe atribuem é a criação de uma estrutura não sustentável na rentabilização do tempo consumido, energia dispendida e extensão de território construído.

A circulação de pessoas, pertences e informação levou à construção de todas as formas físicas de sistemas de mobilidade. Toda esta dinâmica nos terá transportado para uma sociedade de consumo, dependência dos transportes, da tecnologia de informação e do desgaste supérfluo de recursos naturais.

A aparência da cidade madura, nega a existência de centro e experimenta a *“desordem mecânica de periferia.”*

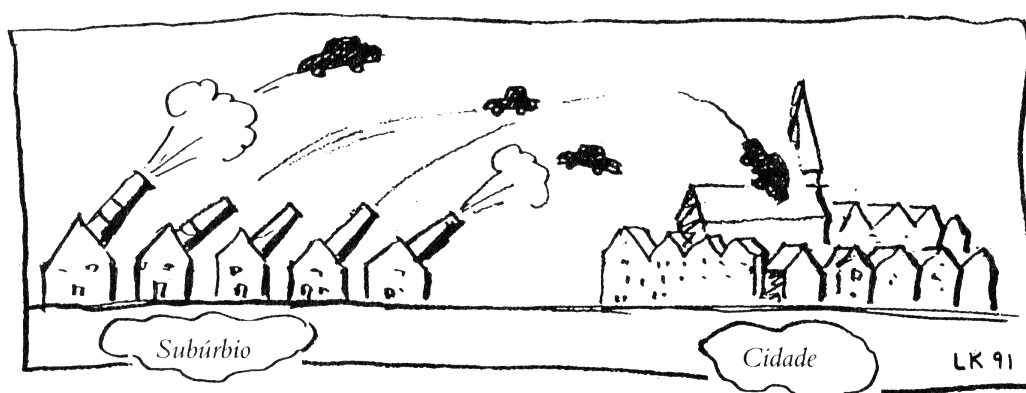


Fig. 7 – “Bombardeamento suburbano quotidiano contra a cidade”, fonte: Léon Krier, *“Arquitectura: Escolha ou Fatalidade”* Lisboa, Portugal 1999; pág. 87.

Muito susceptível à homogeneização dos territórios, o “zoning” transforma cidade – campo em lugares distinguíveis por taxas de densidades, mais do que por diferença de actividades. *“A racionalidade industrial é por natureza amoral, anti-social e anti-ecológica; não constitui em si mesma um valor civilizacional.”*<sup>42</sup> Obcecada com a ideia de crescimento a sociedade industrial criou problemas que a sua própria teoria é incapaz de resolver e reconhecer. A impossibilidade de atingir a maturidade da cidade, implica um desequilíbrio entre energia dispendida relativamente ao território e entre sociedade e cultura.

A estrutura imatura atingida, porque insuportável de manter, transformou-se num crescimento gigante. Em vez do preferível crescimento por duplicação.

<sup>42</sup> In Léon Krier, *“Arquitectura: Escolha ou Fatalidade”* Lisboa, Portugal 1999; pág. 90.



**Fig. 8 – Formas de crescimento das cidades, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 92.**

Ora na continuação da perspectiva do autor León Kriér, defensor do crescimento orgânico das cidades.<sup>43</sup> O crescimento maduro manifesta-se num crescimento ecológico. Por duplicação desapoiando o antigo modelo hipertrófico.

Na conclusão destas ideias, o autor sugere a criação de bairros autónomos, isto é, capazes de oferecer serviços, habitação e espaços livres. Autênticas cidades, na cidade. Numa tentativa de minorar os efeitos causados por uma sociedade que obcecada com o crescimento, sinónimo de estatuto, desgastou os recursos naturais e anulou a cidade. Mas nessa perspectiva, não estaremos a homogeneizar o território? Essa é uma dúvida que pode ser suscitada.

O autor demonstra a preferência pela cidade antiga (centro urbano consolidado) face à nova cidade expandida a que chamamos periferia. A fig. 8 comprova a antipatia do autor Léon Krier pela periferia da cidade. O próprio título é demonstrativo desse sentimento “organismo e parasita”.

<sup>43</sup> A comprovação desta afirmação lê-se nesta citação “ A ordem orgânica das cidades é substituída pelo zoning funcional em desordem mecânica” *In* Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 90.

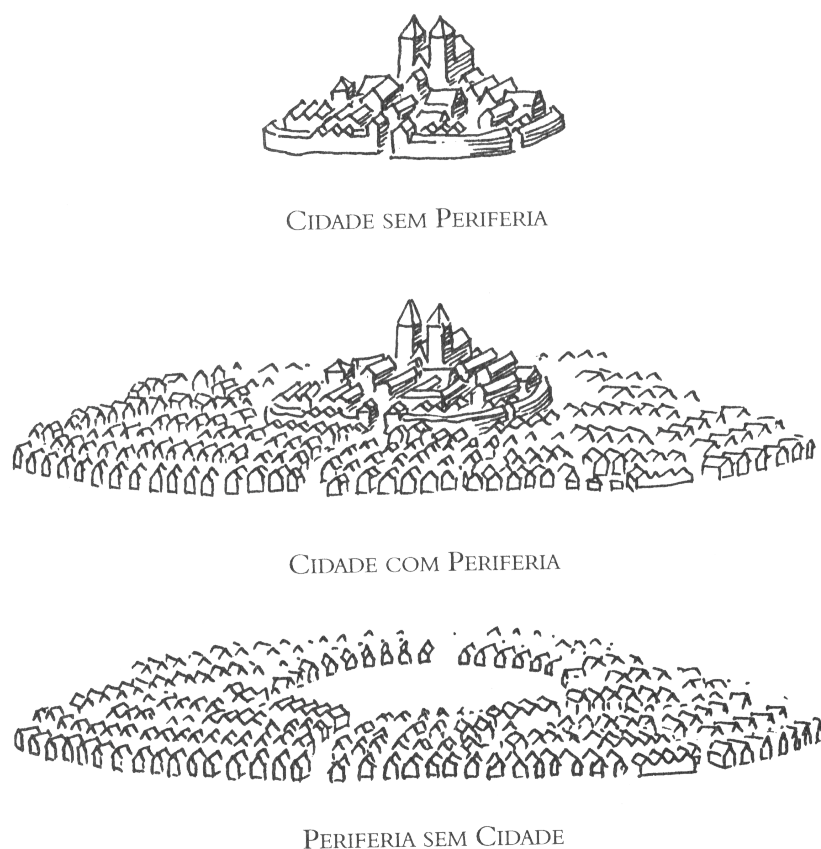


Fig. 9 – “Organismo e parasita”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 96.

### 3.2. O organismo urbano das cidades, construído como um organismo humano

*“Atrás se assinalou que as analogias anatómicas ou o paralelismo visual entre o organismo urbano e o organismo vivo eram falazes e pobres... mas tais insucessos significam apenas...que o modelo biológico foi aproveitado de modo errado.”<sup>44</sup>*

Segundo o autor Barata Martins<sup>45</sup> equivar a cidade a um organismo leva por vezes a analogias absurdas, que não contribuem para complementar o saber de uma pesquisa. No seu entender até a própria postura de equiparar a cidade ao organismo biológico é como o

<sup>44</sup> In J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 14-15.

<sup>45</sup> J.P. Martins Barata nasceu em Lisboa (1929). Para além do livro “A doença na cidade” publicou ainda a “Formação do tecido urbano”, “Elementos para um modelo probabilístico do crescimento urbano” e “Organismo e organismo urbano”.

próprio afirma “melindrosa”, pois admite a possibilidade de se conceber uma cidade à semelhança de um organismo. A advertência é que o organismo é dotado de um modelo, o modelo biológico. Este é o ponto crucial. O modelo segundo a definição do autor não é a estrutura, mas uma aparência dela. “... é a construção explícita e manejável da equivalência aos valores da estrutura”<sup>46</sup>. A cidade tem uma constituição. Que não pode ser apoiada em teorias preconcebidas. Pelo facto de que o modelo de cidade é um render dela, como se insinuou no capítulo II, no tema “As não cidades”. O modelo da cidade, será útil enquanto se apresentar como uma peça de estudo. Só na medida em que se apresenta como uma aparência de estrutura. O erro é quando o modelo se torna a própria estrutura. É mais fácil estudar a cidade com um modelo, cingir o conhecimento a um problema concreto.

Outro caminho que não se deve seguir é aquele que apesar de concluir verdades não apresenta soluções. A ciência da filosofia pelo método lógico afere verdades efectivamente. No entanto o uso do método dedutivo, pode levar ao desaproveitamento de uma ideia que não tem essência. Por exemplo em vez de se questionar se é positivo ou não a existência de um modelo. O que acontece é concluir que se o modelo for posto em prática e se criarmos uma cidade modelo com um núcleo. Todas as outras cidades nascidas pelo mesmo modelo, terão o mesmo número de núcleos quantas elas forem. O processo decorrente transporta para o desinteresse de uma ideia que poderia ser proveitosa.

Mas o uso do modelo biológico não se conforma com o método limitado e restrito da dedução. Para aclarar a ideia de modelo biológico comecemos por entender, “modelo” na perspectiva do que foi dito. Não ansiamos que o modelo nesta situação seja um método dedutivo, de sucessões mentais ligadas à filosofia. Mas entenda-se por “modelo biológico” um conjunto de padrões ou dogmas estáticos da ciência. Portanto inflexíveis, limitados na temática que abrangem. Mas também por essa razão, mais detalhados e precisos. Quem estuda muitas áreas, não conhece nenhuma detalhadamente, mas o seu estudo é mais ampliado. Na mesma proporção quem estuda uma um trecho de uma área científica, sabe muito sobre ela, mas o seu conhecimento é reduzido em relação a outras, ou a outros âmbitos de estudo.

---

<sup>46</sup> In J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 11.

Contudo o avanço científico que solucionou os problemas que saem fora do pensamento pré-paradigmático<sup>47</sup> deu-se quando se ultrapassou esta fase<sup>48</sup>.

O que nos merece mais atenção no modelo biológico numa associação que se faça com a cidade, é que o modelo é o início da definição do problema. Mas é claro a estrutura da cidade, não se forma exclusivamente com um início, tem uma evolução. Novamente vemos aqui o modelo como artifício.

Por este modelo biológico ser desprovido de actualização permanente e por a cidade ser um “sistema” em permanente mutação é que ambos não se equivalem. Ao longo da exploração do paradigma é natural que surjam dificuldades, porém o cientista deve continuar a aplicar as regras e princípios paradigmáticos principais. A diferença é que enquanto durar a “crise paradigmática”<sup>49</sup> o paradigma não é abandonado enquanto não surgir um que o supere em quase todos os aspectos.

Para concluir a dissociação organismo urbano versus organismo humano o autor Martins Barata explica que é mais correcto falar de medicina da cidade. Talvez pareça um pouco contraditório, mas de facto o que procura a medicina? Uma cura. O que procura a cidade? Uma solução. Já a biologia por sua vez explora mais os meios para lá chegar, à solução, no entanto fica por aí, nunca atinge os fins.

Com tudo isto, será proveitoso para a arquitectura e para o planeamento urbano a sua “inscrição” no ramo das ciências? Temos definido com exactidão, qual é o problema das cidades? Se assim for, podemos falar da sua doença. Assim esclarece o autor Martins Barata

---

<sup>47</sup> CHIBENI, Silvino Seno; ALMEIDA, Alexander Moreira – *Investigando o desconhecido: filosofia da ciência e investigação de fenómenos “anomalos” na psiquiatria*. Elementos da filosofia da ciência de Kuhn, Revista de psiquiatria clínica. Segundo os autores, aquando do estudo da filosofia da ciência de Kuhn, pode definir-se fase pré-paradigmática desta forma. “ *A fase pré-paradigmática representa, por assim dizer, a pré-história de uma ciência, aquele período no qual reina ampla divergência entre os pesquisadores sobre quais fenómenos devem ser estudados e como devem sê-lo; sobre quais devem ser explicados e segundo quais princípios teóricos; sobre como os princípios teóricos se inter-relacionam; sobre as regras, os métodos e os valores que devem direccionar a busca, a descrição, a classificação e a explicação de novos fenómenos, ou o desenvolvimento das teorias; sobre quais técnicas e instrumentos podem ser utilizados, quais devem ser utilizados etc. Enquanto predomina tal estado de coisas, a disciplina não alcançou o estado de genuína ciência.*”

Concretamente a fase pré-paradigmática é onde não se tem ainda um objecto de estudo definido, uma fase de divagação. Por esta razão é que se restringe a pesquisa a um excerto possível de analisar. Quanto mais global for o nosso âmbito de estudo menor será a nossa concentração, face ao problema.

<sup>48</sup> Ou seja “a transição para a maturidade de uma área de investigação envolve o reconhecimento por parte dos pesquisadores de uma realização científica exemplar”. O “modelo” é o ponto de partida, devendo denunciar os pontos discordantes da fase pré-paradigmática. *In* Silvino Seno Chibeni; Alexander Moreira Almeida, “Investigando o desconhecido: filosofia da ciência e investigação de fenómenos “anomalos” na psiquiatria”.

<sup>49</sup> *In* Silvino Seno Chibeni; Alexander Moreira Almeida, “Investigando o desconhecido: filosofia da ciência e investigação de fenómenos “anomalos” na psiquiatria”.

que a “(a doença é um estado dos organismos), afirmando que não há organismo nega-se a doença”<sup>50</sup> O mesmo acontece com o planeamento urbano, se for ciência o seu objecto é claro, o problema é exacto, se não for, um deles ou ambos são ambíguos.

A propósito do pensamento científico relativo às cidades, a autora Jane Jacobs cita as três etapas de desenvolvimento da história e do pensamento científico. “O Dr. Weaver relaciona três etapas de desenvolvimento na história do pensamento científico: (1) capacidade de lidar com problemas de simplicidade elementar; (2) capacidade de lidar com problemas de complexidade desorganizada; e (3) capacidade de lidar com problemas de complexidade organizada.”<sup>51</sup> Esta visão da ciência surge associada ao desenvolvimento da própria ciência. Neste modelo, faz-se a utilização de duas variáveis com quantidades que sabemos com precisão. Foi este modelo, que permitiu a descoberta dos fundamentos das teorias da luz, do som do calor e muitas outras relacionadas. Porém é a partir de 1900 que “algumas mentes criativas”, ao invés de criarem problemas com um máximo de quatro variáveis, criam problemas com variáveis ilimitadas. A esses foram chamados os problemas de complexidade desorganizada. Neste modelo o que está desorganizado é o conjunto das variáveis. Embora entre elas haja ainda propriedades analisáveis. Nomeadamente a probabilidade das situações sucederem da mesma maneira. Os conceitos da probabilidade são necessários para a aquisição de conhecimento científico. Porém a autora Jane Jacobs, acaba por concluir que nem todos os problemas podem subordinar-se a estes modelos. Que afinal, se resumiam de novo a um trabalho de duas variáveis, teriam de ser simplificados.

Já no que diz respeito às ciências biológicas, a autora explica que elas não se formam de acordo com problemas de simplicidade elementar, nem com problemas de complexidade desorganizada. Da mesma forma que o analisou o autor Martins Barata a biologia, trabalhava até 1932 segundo variáveis inter-relacionadas. Porém a autora confirma que um dos maiores avanços da biologia foi uma utilização do método indutivo para análise dos problemas de complexidade organizada. Em antítese da opinião do autor Português, a autora Jane Jacobs, relaciona estes procedimentos científicos com as cidades. “Como as ciências biológicas, as cidades são problemas de complexidade organizada...As variáveis são diversas, mas não são desordenadas; elas estão “inter-relacionadas num todo orgânico”<sup>52</sup> Não quer isto dizer, que os tipos de problemas da biologia se aplicam directamente à cidade, mas que o modo de perceber os problemas é igual. Alerta ainda para uma aplicação secundária das técnicas de

<sup>50</sup> In J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 16.

<sup>51</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 478.

<sup>52</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 482.

análise de duas variáveis. Sendo que em primeiro recurso devemos pensar a cidade deste modo: primeiro “reflectir sobre os processos”<sup>53</sup>, segundo utilizar o método indutivo, raciocinado da parte para o todo, de modo exclusivamente ascendente. A terceira *“Procurar indícios “não médios” que envolvam uma quantidade bem pequena de coisas, as quais revelem como funciona uma quantidade maior e “média”.*”<sup>54</sup> Sucintamente o que se pode retirar é que a indução facilita a identificação e compreensão de processos que são importantes para as cidades. Porém adverte para o facto de não ser possível a aplicação deles rotineiramente. De não ser oportuno as generalizações retratarem particularidades de lugares específicos.

Finalmente, o que se percebe é uma recusa dos métodos de duas variáveis e uma aceitação da utilização, ainda que parcial do método da biologia, na concepção da cidade.

Chegamos a um dilema, se devemos entender o planeamento urbano como ciência ou como mera especulação de orientação de crescimento de cidades. Certo é que não se encontrou ainda a fórmula de combate às doenças da cidade, embora se tenha feito desta uma cobaia e um laboratório experimental. A resposta à pergunta; como devemos classificar o planeamento urbano? Não é muito clara a todos os autores. Mas é uma boa referência considerar a definição de Hegel. “Qualquer que seja o objecto de uma ciência e qualquer que seja a própria ciência, em dois pontos se deve demorar a nossa atenção: um, o de que tal objecto existe, outro, o de saber aquilo que ele é.”<sup>55</sup>

---

<sup>53</sup> Idem; pág. 490.

<sup>54</sup> Idem; pág. 490.

<sup>55</sup> Georg Wilhelm Friedrich Hegel, “Estética”, 1993; pág. 3. Esta afirmação surge a propósito da problemática da estética. Quando se dúvida se esta é ou não uma ciência. No entanto este pequeno excerto apresenta-se como uma definição geral para identificar o que é ou não ciência. Também no nosso caso há a dúvida relativamente à classificação do urbanismo.

### 3.3. A autonomia das cidades (A vida das cidades)

No primeiro capítulo foram explicadas as razões porque não falamos de morte das cidades e sim de inércia. Agora exploraremos a ideia de vida associada à diversidade.

Uma boa referência sobre o assunto é a do autor Martins Barata quando no seu livro escreve *“Se o conceito de vida é um dos mais controversos e difíceis na filosofia, e imperfeitamente definido na própria biologia, não é aqui que se deve procurar uma definição autorizada.”*<sup>56</sup>

No seu livro retrata organismo vivo como dotado de uma autonomia interior, que no entanto tem de ser alimentada e comunicante com o ambiente exterior. Um camelo por exemplo pode armazenar durante dias a água e a alimentação. Dispensável será dizer que em algum momento, tem de se relacionar com o exterior. Mas também que, se por algum motivo o ambiente exterior se alterasse, como se prevê, as espécies modificar-se-iam também. Podemos confirmar este facto na própria evolução da espécie humana. Porém não constitui propósito deste trabalho alargar esse debate. Mas é um facto. Do mesmo modo este sistema descreve o que se passa com a ambição de autonomia das cidades.

Uma cidade sustentável e auto-suficiente é muitas vezes pretensa dos teóricos da arquitectura e do planeamento urbano. Mas na realidade quando se atinge essa autonomia? Seremos forçados a admitir que o velho ditado é correcto *“a união faz a força”*. Num lugar onde existe uma só casa, ela tem menos protecção que um aglomerado de casas. Com o mesmo método usado nos organismos a casa vai-se modificando em função de um ambiente exterior. Evolui. Numa zona onde se verifica uma queda de neve frequente, há uma tendência maior para construir edificações de telhados fortemente inclinados. É uma transformação adaptada ao meio exterior.

Também a cidade tem um entorno. Um país. Será mais autónoma a cidade, quanto maior for a sua inserção no meio. O seu progresso é mais facilitado na medida em que depender do país, pois no reverso da medalha, o país também dependerá dela. Por exemplo há regiões que são mais propícias à produção de determinado produto, mas por esse motivo dependentes, pois têm de o negociar. Temos o exemplo do vinho do Porto. Por um lado, o País depende em certa medida da produção desse produto, gera riqueza. Por outro, a região

---

<sup>56</sup> In J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 18.

faz o que pode para exportá-lo. Ou seja há uma troca. O mesmo se passa com a autonomia das cidades. Não se pode ser completamente auto-produtivo, pois corremos o risco de em vez de sermos auto-suficientes, sermos limitados.

O espaço global de hoje (2009), impõe uma troca, para uma evolução. Criar cidades “ilhas”, independentes não as favorece. As vias são importantes elementos de troca, portanto devem construir-se para ligar as cidades. Uma cidade para se afirmar tem de ser compatível com as que a circundam. Por isso criar isolamento não promove o progresso. Estagna-o. A definição de autonomia está clara nesta citação “ *Hoy día podríamos decir que los éxitos y fracasos de nuestras ciudades van a ser hasta cierto punto los éxitos y fracasos de nuestros países... Grandes temas como la competitividad económica, el equilibrio social, la calidad de vida y la sustentabilidad ambiental dependerán, de nuestra capacidad colectiva para innovar y compartir estas innovaciones con otras ciudades en un mundo cada vez más global e interrelacionado.*”<sup>57</sup>

Uma comprovação de que o progresso está na relação do meio exterior e da parte individual é o facto de, o acesso que se tem através das telecomunicações à informação, depende de outros organismos exteriores o porem ao dispor. Todas as informações mais recentes, temos acesso a elas, pelas novas tecnologias, por internet. Mas porque entidades exteriores a nós, as colocaram ao nosso alcance. Assim como as nossas informações só estarão publicadas e serão úteis a partir do momento em que nós as dispensarmos.

O perfilhamento da ideia de isolamento, como prejudicial para a cidade, está bem referenciado no livro “Manual das Cidades”. O autor apresenta alguns avanços tecnológicos, como incitadores do estado individualista e limitadores de escolhas. Nomeadamente, critica a comodidade que se encontra na utilização de utensílios que minoram a intervenção do colectivo e se preocupam com a satisfação pessoal. Alguns exemplos são o mp3, o Dvd a internet ao invés da rádio, do cinema ou da pesquisa numa biblioteca. Concluído satisfatoriamente que “*Pareceria, então, que as actividades mais isoladas, ou que não exigem a presença de outros, seriam aquelas em que participamos...*”<sup>58</sup>. Para logo explicar que erradamente esta ordem de ideias exerce o efeito contrário. As actividades em que “supostamente” somos mais participativos são aquelas que nos limitam mais. “O

<sup>57</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 271.

<sup>58</sup> In Manuel da Graça Dias “Manual das cidades” Lisboa, Portugal 2006; pág. 15.

*autodidacta está, por definição, só. O espectáculo, accidental ou organizado, pressupõe a interpelação social.*<sup>59</sup>

Assim são as cidades, em mudança, em actualização e atingidas pela tecnologia. Há edifícios que já são possíveis deslocar, desmontar e alterar a sua forma. *“En la ciudad la micro-arquitectura no tiene tanto que ver con lo caprichoso o experimental, sino con lo necesario”*<sup>60</sup> O necessário para estes edifícios é o cumprimento da função e capacidade de comunicar com o ambiente exterior. Portanto já que nas cidades a sua transladação não é, ou ainda não é possível; deixemos que elas tenham espaço para se actualizarem. Dependendo do desenvolvimento mais do meio exterior do que procure a autonomia utópica através do isolamento. Construam-se mais cidades comunicantes com o meio exterior, porque assim será mais fácil a troca e a sua independência.

*“Tento mostrar, sem sistematização, nessas conversas, a contradição de grande parte dos modos individuais, o quanto eles ferem a ideia mais solidária de vivermos juntos, de trabalharmos juntos, de juntos construirmos as nossas mais ricas memórias, saudades e pegadas na vida.”*<sup>61</sup>

### 3.4. As futuras cidades: estratégias diferentes

Atrás assinalámos as características que tornam os instrumentos de gestão territorial desapropriados e os vários movimentos de reacção. Esses movimentos de reacção são tentativas de melhorar a qualidade de vida nas cidades. Ainda é muito actual esta preocupação de como realizar dignamente as cidades. Por isso é possível encontrar exemplos de arquitectos que se debatem entre qual o método a ser aplicado. *“Qué pasaría si recuperáramos la disciplina como conjunto de saberes prácticos, nunca más centrada en la resolución de problemas a través de doctrinas heredadas, sino en la constante redefinición de técnicas específicas?”*<sup>62</sup>

Na análise feita ao seu próprio processo de trabalho, os arquitectos Cero9 analisam as diferentes fases de concretização dos seus projectos. Concluindo que o seu processo está em constante mutação. Por conveniência o processo de trabalho não é resultado de fascinação,

<sup>59</sup> Idem; pág. 15.

<sup>60</sup> In Phyllis Richardson, “XS: Grandes ideias para pequenos edifícios”, Barcelona, Espanha 2002; pág. 91.

<sup>61</sup> In Manuel da Graça Dias “Manual das cidades” Lisboa, Portugal 2006; pág. 22.

<sup>62</sup> In Cristina Díaz Moreno “El futuro ya no es Barbarella”, El Croquis ed., Madrid 2002-2003, pág. 116.

mas sim de um propósito de encarar os métodos utilizados como generativos em vez de condicionantes. Nesta primeira parte fazem uma crítica a Kolmogorov por este tentar definir complexidade pela dificuldade de gerar ou descrever um objecto. De acordo com o seu entendimento, complexidade é uma revelação de respostas conseguidas por programas simplificados. A complexidade dos sistemas faz parte das suas preocupações, porque a sua utilização gera procedimentos de intervenção, actuantes. São estes procedimentos, que desenvolveram o seu trabalho. Abarcando fases de investigação, outras de trabalho e fases de rejeição das ferramentas e recursos conceptuais utilizados. Na hora de construir preferem criar espaços onde seja possível a exteriorização dos desejos e as aspirações individuais ou colectivas. Este é o objectivo. Porém, não é certo onde se devem realizar tais eventos, nem a eficácia certa deles. Será necessário ultrapassar a barreira que converte os arquitectos em “maquilhadores, em meros directores da arte”.

*“A todo esto durante siglos se he llamado utopía... no queremos convertirnos en animadores culturales que elaboran imágenes de fondo para aliviarnos a nuestro presente, y luego pasan a la papelera de lo ya consumido. También deberíamos entender que su potencial no reside en pensar que es necesario que ocurran. No hay nada más aterrador que una utopía realizada... El fin de todo cambio. Y eso no tiene nada de divertido”*<sup>63</sup> Como sugestão os autores propõem à arquitectura a realização de estratégias que sejam capazes de se adaptar aos nossos desejos e expectativas. Que os espaços criados, não sejam somente um produto da imaginação. Propõem mesmo que se realizem “futuros finitos e autoextinguíveis”. Porque como é do conhecimento dos autores os métodos, as teorias e as concepções têm tendência a envelhecer. Isto não quer dizer que se estagne na indefinição, certamente que aparecerão ideias que justifiquem os acontecimentos decorridos. O importante é continuar a progredir para uma crítica mais constante. Uma mudança de ideais, uma alteração de estilo, é esta a evolução que se procura. São sobretudo valorizações das acções, estes são os verdadeiros desejos que devemos ter. Numa atitude de simplificação do complexo método dos processos, os arquitectos finalizam da seguinte forma, sendo que P é conjunto de propostas no presente, H o conjunto de propostas que marcam a história. F o número de propostas para o futuro e C a capacidade de realização dos desejos então: *“si  $F \times e > H + P$ , entonces estamos vivo, si  $F \times e < H + P$ , entonces estamos muertos. Y tu, que futuro deseas?”*

---

<sup>63</sup> In Cristina Díaz Moreno “El futuro ya no es Barbarella”, El Croquis ed., Madrid 2002-2003, pág. 118.

## Conclusão parcial

Neste capítulo fomos ao encontro de duas situações. A primeira, o modo como definir o planeamento urbano e a segunda, a importância deste a curto prazo nos territórios das cidades.

Alguns autores debatem-se entre o facto de a cidade ser ou não ser um organismo e as consequências e vantagens que daí resultam. Na sequência desta discussão, lança-se uma hipótese para determinar a que classe deve pertencer o planeamento urbano, se se inscreve no ramo das ciências ou não.

Os realizadores, os críticos e os arquitectos procuram as ferramentas e as conclusões para determinar o aspecto mais relevante que tornará a cidade competitiva, autónoma e figurativa. Uma pista deixada propõe que a cidade não fique inerte à actualização. Que às novas mudanças se confira um fim e não uma indefinição.

A cidade do futuro se é que assim se pode chamar, deve ser planeada para um curto prazo. Para ser consumida, para imprimir mais estilos arquitectónicos. Não devemos nós preencher todo o território, a impor o que achamos mais certo. Pois ainda não há soluções definitivas. As reflexões e as diferentes justaposições de pareceres são procedimentos positivos para a evolução.

## Capítulo 4.

### Análise comparativa da cidade da Covilhã



Fig. 10 – Vista aérea sobre ribeira da Carpinteira, Covilhã, fonte: Andrea Cardoso, "Cidades/ património/ reabilitação" Lisboa, Portugal 2009; pág. 118.

#### 4.1. Escala da cidade

*“A cidade de que nos ocupamos para além dos múltiplos adjectivos que lhe foram atribuídos com ou sem aspas, é, sobretudo, incómoda. Incómoda... porque custa a perceber, a interpretar, a diagnosticar e a remediar nos seus dualismos e fragmentações.”<sup>64</sup>*

Esta acusação é suportada pelo facto de as nossas cidades desafiarem os elementos de governação existentes, sejam eles órgãos físicos ou normas jurídicas. Concretamente a problemática advém de um efeito negativo desses elementos na cidade. A sua incapacidade de limitar a expansão descontrolada, aquando da explosão demográfica é um problema ainda “incontornável”. Para os autores do livro “Políticas Urbanas” este, é ainda um problema, porque os “actores que designam e desenham” a cidade ainda não promovem estratégias de integração arquitectónica. Preferem-se as intervenções desintegradas, mais de acordo com o estilo arquitectónico actual. Por esta razão e porque são promovidas soluções que desencadeiam a exclusão social ou a resistência à adesão da sustentabilidade, deve atribuir-se mais poder às instituições centrais e locais.

Ainda no entendimento destes autores a cidade mostra-se “desorganizada”, consequência de processos mal sucedidos.

Considerando a problemática anteriormente descrita e face ao problema das cidades inertes, o seu isolamento, analisaremos conjuntamente com exemplos de sucesso os problemas da Covilhã.

#### 4.2. Um olhar sobre a cidade

*“A cidade da Covilhã representa um exemplo clamoroso do insucesso da abundante legislação que tem vigorado entre nós relativamente ao planeamento do território. Com efeito, apesar da existência de planos de urbanização desde há décadas, a verdade amarga é que a cidade tem crescido de forma a destruir a sua coesão interna, a desfigurar a sua imagem e a alvitrar a sua envolvente.”<sup>65</sup>*

---

<sup>64</sup> In Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral, “Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa, Portugal 2007; pág. 213.

<sup>65</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 12.

À escala da cidade o arquitecto reconhece que a acessibilidade pedonal é muito dificultada pela sua morfologia. Ao nível ecológico detecta que a função enquanto cidade fabril, desgastou e degradou os recursos hídricos tão simbólicos e tão valiosos pertencentes ao património natural da Covilhã. Ao nível da visibilidade, concluiu que não se tem, uma visão clara da paisagem, devido aos blocos construídos que se transformam em barreiras cegas da cidade em relação à envolvente.

À escala do bairro fazem falta espaços de convívio e a preservação da sua identidade, de bairros operários.

À escala da rua, deve continuar a manter-se o comércio local e os serviços, para activar as ruas desertas e reestruturar a diversidade urbana.

Finalmente à escala do edifício, descreve um cenário negativo com a inclusão de edifícios inadaptados à morfologia da Covilhã. Verifica-se também, a construção de grandes muros de suporte para a contenção de terrenos. Edifícios de bases planas inseridos forçosamente em terrenos de acentuado declive. A existência de empenas cegas e a concepção de quarteirões com a estrutura de frentes no perímetro exterior e das tradicionais traseiras “descuidadas” no interior. Estas são realidades que Nuno Teotónio Pereira denuncia no tema onde pretende atenuar as “Malfeitorias” do tecido urbano da cidade da Covilhã.

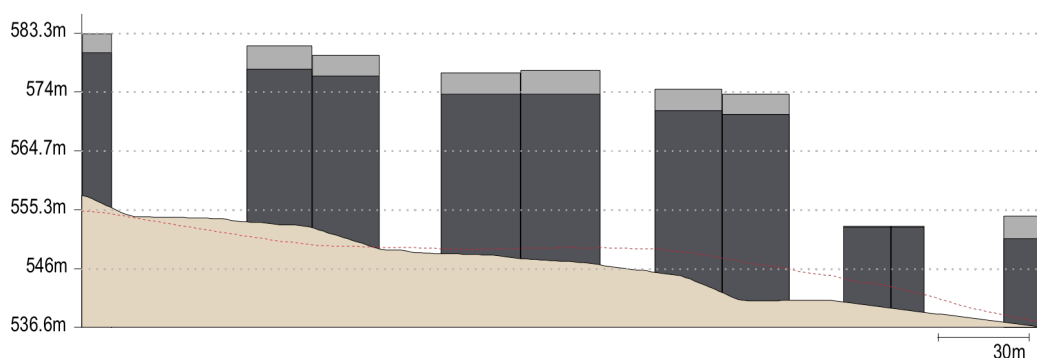


Fig. 11 – Perfil longitudinal da Av. da Anil (Covilhã), executado através de: PORTUGAL. Logica – Edinfor [Em linha]. Lisboa - [Consult. 15 Maio 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://lusiglob.logica.com>>.

#### 4.2.1. Densidade e dispersão

Densificar as cidades é um processo penoso ao habitante? Habitualmente consideramos a densidade associada a elementos pouco confortáveis, para o modo de viver

na cidade. Um aproveitamento do espaço. Uma opinião crítica sobre o assunto é feita pelo arquitecto Manuel da Graça Dias, quando denuncia as características que o tipo arquitectónico “torre” não deve ter. Explica que afinal a existência de muitas pessoas por m<sup>2</sup>, não é necessariamente negativo. A cidade deve ter diversidade, de tipos de arquitectura, oferecer escolhas.

Na realidade associa-se a densidade a um crescimento vertical, que aproveita os vazios urbanos para acrescentar o edificado. Ou para o reestruturar. A densidade é um factor que contribui para gerar diversidade. Assim o explicam os autores do livro Políticas Urbanas. Nas grandes cidades densificadas, há uma aptidão para concentrar usos, misturar estratos sociais e conseqüentemente relações sociais. Este processo de “intensidade de uso” é involuntário. Há cidades em que o objectivo é mesmo concentrar a diversidade de usos nela. Nessas situações insiste-se mais na ocupação dos edifícios devolutos, do que se tira proveito dos vazios urbanos.

Nestas cidades que crescem por “intensidade de uso”, o problema mais frequente é a falta de espaço. Logo, há uma preferência por consolidar o edificado associado a um único centro. Para explicar melhor as vantagens da densificação analisemos o exemplo da cidade de Vila Franca de Xira.

Antes importa esclarecer que do ponto de vista técnico, densidade e intensidade de uso local são termos distantes. Respectivamente este termo tem um carácter estatístico, que faz referencia ao aglomerado urbano compacto e relaciona-se também com a população. O segundo encaminha-se no sentido de criar uma mistura de usos distintos conviventes.

Tomemos por certo que “ *A priori*, não há densidades “boas” ou “más”.” O que existe segundo os autores do livro Políticas Urbanas é uma “herança” de processos errados. Porém afixam o seguinte, estes enganos foram tomando parte do tecido consolidado das cidades. Não devendo por isso ser desprezadas, pois já fazem parte da continuidade da cidade consolidada.

A dispersão tem outras vantagens e inconvenientes. Surge numa atitude de individualizar a cidade. Esta é a opinião do arquitecto Manuel da Graça Dias, quando insinua que o transporte privado, pela sua exigência de espaço ampliou as necessárias zonas da cidade. Na verdade esclarece que sendo a cidade um espaço social. E sendo o automóvel um transporte privado, a consequência é um afastamento generalizado das pessoas às relações sociais. Pelo simples facto de as zonas de baixa densidade serem mais propícias ao automóvel, isso quer dizer também, que não há tanta partilha de espaço. Há espaços

privados. As pessoas estão mais distantes. Separadas por áreas que não podem ocupar. Não há encontros inesperados.

*“O que faz falta às nossas cidades é, precisamente, estancar a mancha de óleo em que se tornaram e compactá-las, densificá-las, apostando no transporte público, que consome menos espaço, e desencorajando o transporte privado convencional que tão grave e desinteressante herança de formas urbanas exclusivas nos legou”.*<sup>66</sup>

## Crescimento contido

No sentido que tem vindo a ser falado apresentamos a cidade de Vila Franca de Xira como um exemplo de crescimento contido. No debate “As cidades onde não Moramos”<sup>67</sup>, foi referido que a cidade pela sua impossibilidade de se expandir muito, iria continuar a crescer dentro dos seus limites. O secretário de estado do ordenamento do território, João Ferrão ainda elogia dizendo que Vila Franca de Xira *“é a um dos municípios que trabalha bem e deve ser ouvido”*. Porque em vez de pretender aumentar o seu perímetro urbano, como é habitual acontecer, Vila Franca de Xira reduziu o seu perímetro urbano em 20%. Com a revisão do PDM em curso, a intenção é que a cidade reduza o seu perímetro. Portanto tem de sofrer um processo de reabilitação. Compactar os vazios urbanos das construções devolutas.

Nas novas intervenções mantêm-se, habitualmente os três a quatro pisos não ultrapassando no futuro os seis. Não quer isto dizer, que haja uma rejeição das elevadas densidades, a questão que se coloca, é mais relacionada com a própria identidade da cidade. Por outro lado, a proximidade com o rio e as áreas de zona inundável, descartam a hipótese da construção de torres.

Relativamente às ruas pedonais, na sua maioria, elas não excedem os três metros e meio de largura. Com a particularidade da Rua Almeida Cândido dos Reis ter dimensões superiores, mas por ser uma rua comercial é reservada aos peões.

A Rua Alves Redol, rua que faz a continuação da estrada nacional 10, foi recentemente intervencionada. A nova proposta contemplou sobretudo a remodelação do espaço mais vocacionada para o uso colectivo. Em primeiro lugar, o início da rua Alves Redol antes ocupada por duas vias de trânsito em sentidos contrários, foi convertida numa via de sentido

<sup>66</sup> In Manuel da Graça Dias “Manual das cidades” Lisboa, Portugal 2006; pág. 97.

<sup>67</sup> As cidades onde não moramos

único. Esta via é dividida em duas na mesma direcção, uma para o transporte particular e outra exclusiva a transportes públicos. O restante espaço, bastante amplo está reservado à circulação pedonal. Uma medida claramente desincentivadora do uso do automóvel. O estacionamento foi reduzido e maioritariamente cedido ao comércio. As zonas pedonais beneficiam de um jardim a todo o comprimento aliado a passeios largos e esplanadas. As passagens de peões são em maior quantidade, uma tentativa de inter-relacionar o trânsito pedonal e automóvel.



Fig. 12 - Rua Alves Redol, Vila Franca de Xira.

Ora esta, é uma atitude que o autor Manuel da Graça Dias considera própria de uma cidade compacta. “...o modelo que prevalece hoje (em grande parte dependente do transporte privado), as soluções mais densas são penalizantes – para quem as habita, em termos de poluição, ruído e desgaste do espaço público, mas, sobretudo, para quem as pretende atravessar...”<sup>68</sup>. O autor confirma que nas cidades compactas, uma vez pensadas para o espaço social, tornam-se inimigas do veículo privado. Não têm o espaço necessário, nem devem ter.

Uma vez que Vila Franca de Xira está limitada a oeste pelo rio Tejo e a este pela auto-estrada nº 1, é difícil que a sua expansão exceda em grande medida esses limites. Portanto as zonas de nova expansão em território não construído são sobretudo a Nordeste.

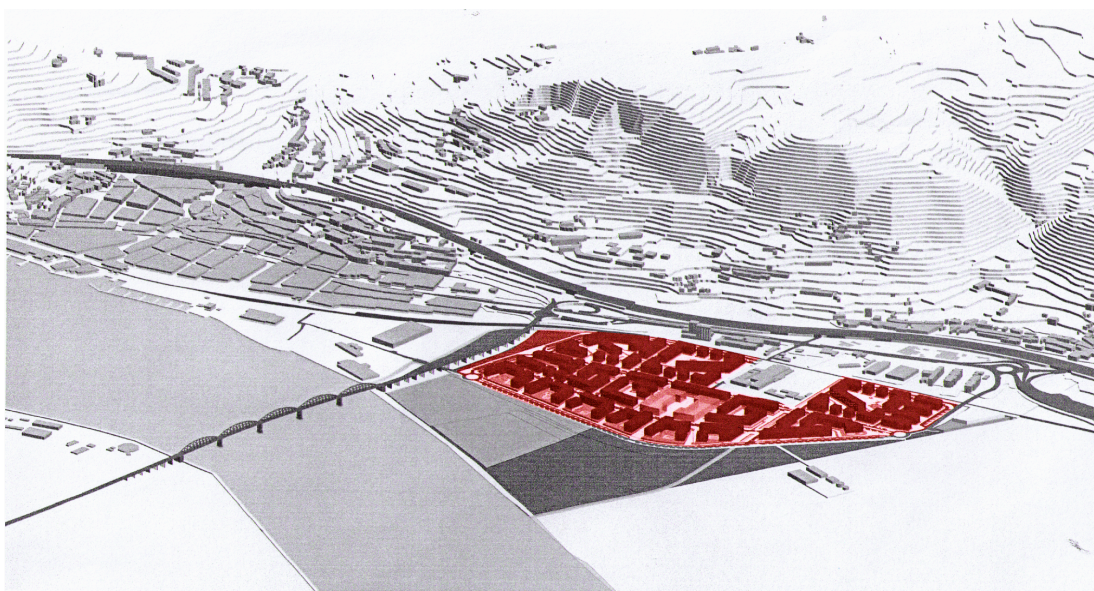


Fig. 13 – “A nova Vila Franca”, fonte: Debate Xiradania, Vila Franca de Xira, 2009.

Só pontualmente se percebe o nascimento de bairros de elite fora do perímetro urbano consolidado da cidade, mas dentro do limite do concelho. Nesta situação, o tipo de construção é exclusivo para uso residencial de baixa densidade. Na realidade não influencia negativamente a cidade, nos seus propósitos, já que se encontra distante e praticamente equidistante com Alhandra. O nascimento dos bairros satélites é por sua vez uma tentativa de proporcionar aos habitantes um leque mais amplo de escolhas. Sem que isso possa interferir com o ambiente urbano e a sua diversidade.

<sup>68</sup> In Manuel da Graça Dias “Manual das cidades” Lisboa, Portugal 2006; pág. 97.

## Crescimento estendido

Como tinha sido dito, as informações relativas à Covilhã, serão analisadas perante um estudo comparativo. A situação acima descrita é oposta à cidade em estudo, nos aspectos relacionados com a extensão do edificado.

Relativamente ao primeiro ponto referido, a recuperação do património devoluto, há que concluir o seguinte: a cidade da Covilhã fora outrora um prezado núcleo industrial. A sua expansão devia conduzir-se no sentido de tirar partido das ribeiras e também aproveitando para articular a nova malha urbana à existente. Em primeiro lugar, e isso foi um avanço positivo, criaram-se sistemas de limpeza às ribeiras. Em segundo lugar, este constitui um ponto negativo da evolução, a sua expansão da Covilhã conduziu-se mais para a parte sudeste (Avenida da anil) do que, apostou na preservação ou recuperação do património devoluto. Os novos complexos habitacionais que se estendem tanto na vertical como na horizontal, estão a assenhorar-se dos terrenos mais nivelados e mais baratos, em relação aos situados no centro da cidade. Arbitrariamente crescem sem haver consolidação das novas zonas urbanas com as restantes.

Ainda referente ao património industrial devoluto, podemos observar o seguinte aspecto. As fábricas correspondem ao número total de unidades fabris existentes. Segundo a autora Deolinda Folgado<sup>69</sup> entre 1999 e 2001 já implantadas as novas tecnologias, contabilizavam-se ainda várias unidades fabris com a actividade ligada aos lanifícios, ainda que a maioria estivesse encerrada ou sofresse uma readaptação da função. Entre Setembro de 1999 e Março de 2002, em parceria o antigo instituto IPPAR, actual IGESPAR e a UBI realizaram um Inventário do Património Industrial da Covilhã. O objectivo seria reconhecer e reabilitar a identidade industrial da cidade. *“Ultrapassa-se o conceito do monumento e trabalha-se no domínio da cidade e da paisagem industrial.”*<sup>70</sup> Depois de realizado o inventário criou-se um documento onde figuram as futuras intervenções analisadas por categorias. A criação deste documento é uma nova estratégia de salvaguarda dos valores patrimoniais e da identidade de cidade fábrica da Covilhã.

---

<sup>69</sup> In Andrea Cardoso, “Cidades/ património/ reabilitação” Lisboa, Portugal 2009; pág.89.

<sup>70</sup> In Andrea Cardoso, “Cidades/ património/ reabilitação” Lisboa, Portugal 2009; pág.95.



Algumas destas unidades foram aproveitadas para instalações da Universidade da Beira Interior, outras continuam a aguardar uma nova função.

Uma situação complexa, é a Rua Ruy Faleiro, que combina a ligação de uma estrada nacional a uma zona urbana consolidada compacta. Esta faz a ligação entre a Covilhã e a Serra da Estrela passando no centro da cidade. A sua pequena escala em situações habituais do quotidiano não tem capacidade para tanto tráfego automóvel e pedonal. O que piora substancialmente quando ocorrem eventos naturais ou sociais na cidade ou na Serra. A actual rua tem dois sentidos. Os passeios estreitos, não facilitam a actividade comercial, pelo que se tem notado uma instabilidade de se manter esse ramo. A Rua faz ligação ao Pelourinho, a uma zona dotada de estacionamento subterrâneo e um espaço onde se misturam frequentemente automóveis e peões. De certo modo há aqui alguma semelhança com o caso anterior, obviamente em sítios diferentes, mas detentores de características urbanas semelhantes. A diferença é que no caso de Vila Franca de Xira deu-se prevalência ao peão e promoveu-se o desincentivo da utilização do transporte privado. No caso em estudo, continuam a manter-se as actuais duas vias e a diminuir significativamente o número de estabelecimentos de comércio tradicional.

O último aspecto a analisar relativamente à cidade anteriormente estudada é as zonas de nova expansão. Neste ponto ambas as cidades são “antónimas”. Pois ao invés de Vila Franca, a Covilhã, tem muitas possibilidades de expansão (fig. 13). Mas pode, como a primeira proceder a programas de reabilitação no centro urbano consolidado. No entanto a sua expansão como se disse acima socorreu-se mais da zona sudeste. A nova zona nas dimensões de ruas e edifícios pouco se relaciona com o centro urbano consolidado. Os vazios no interior dos quarteirões, tornam a cidade incompleta. Neste sentido, se comparou esta à primeira cidade mencionada. Pois uma tem uma direcção e uma uniformidade entre a trama consolidada e novos projectos. A Covilhã por sua vez, aposta num consumo de território em conflito com as novas zonas de expansão.



#### 4.2.2. Nova cidade policêntrica

Para explicar as origens da cidade policêntrica em Portugal será necessário retroceder até ao ponto em que a evolução populacional se alterou. Foi desde 1974 ao início dos anos 2000, que houve uma quebra de 33% para menos de 9% da população rural.<sup>71</sup> As populações rurais deslocaram-se em massa dos campos para as cidades o que determinou uma procura desmesurada de terrenos para fins urbanísticos e para fins de infra-estruturas de construção.

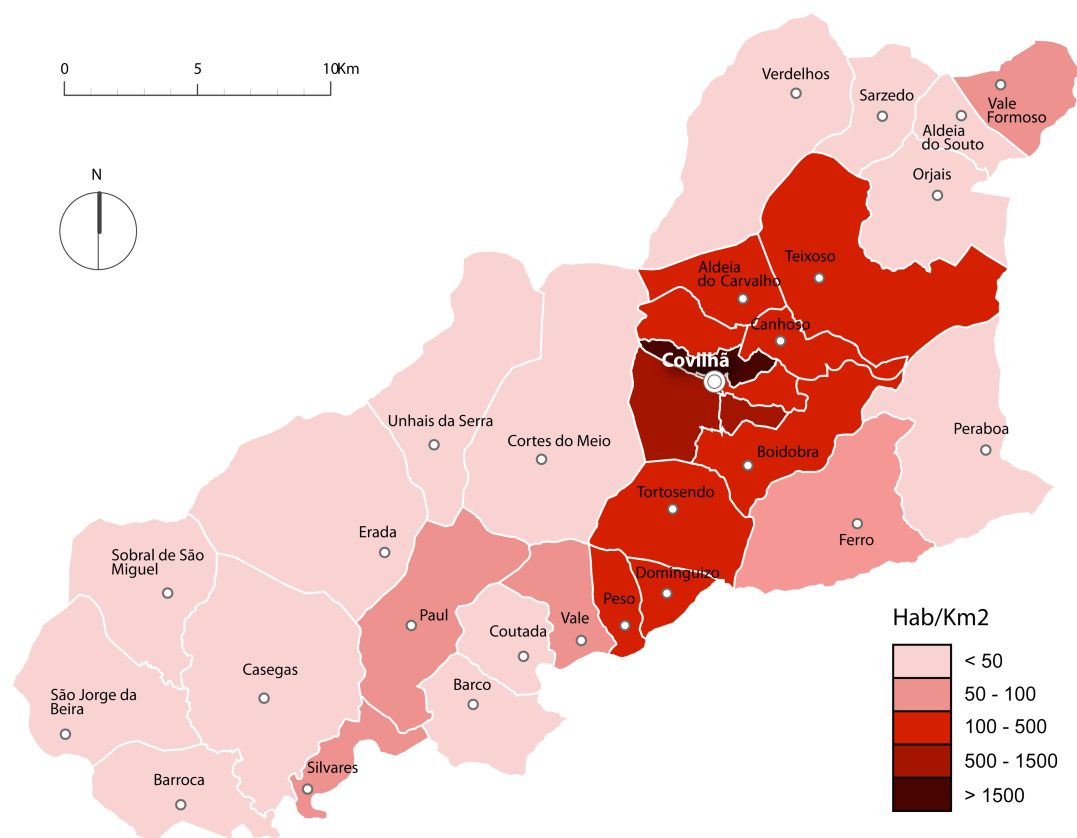


Fig. 16 – Densidade populacional em 2001, por freguesia, realizado com base em valores do INE.

Percebe-se facilmente que um contexto destes foi difícil superar. Pois a oferta de solos não satisfazia a procura, o que trouxe problemas ao nível económico e social. Por um lado, os proprietários utilizaram a técnica da retenção de solos para valorizar os terrenos e os municípios tiveram de encontrar soluções provisórias para alojar as populações. O elevado custo dos terrenos próximos da cidade conduziu à construção de bairros na periferia dela.

<sup>71</sup> O acesso a estas informações foi retirado do preâmbulo do Dec. Lei 576/70, de 24/11.

Este crescimento foi processado com rapidez, mas de forma desordenada, com dispendiosas infra-estruturas e equipamentos sociais. A ausência de instalações sanitárias, aumentou ainda mais os custos das construções. Também devido ao afastamento os habitantes ao local de trabalho, foi necessário mais tarde, um melhoramento significativo dos transportes suburbanos. Portanto o que podemos concluir deste movimento migratório, é que o encarecimento dos terrenos conduz à regra do aproveitamento máximo dos mesmos, ultrapassando todos os limites de densidade levando geralmente a casos graves de sobrelotação.

As alterações sofridas ao nível dos “territórios urbanos”, foram mais sentidas no litoral do País. Foi-se aglomerando uma população oriunda de várias regiões do interior do país que aí encontrou, genericamente, uma qualidade de vida precária, decorrente de uma lógica imobiliária primária consequência do manifesto incumprimento, ou incongruência, dos instrumentos de planeamento. Esta é a opinião mencionada pelo autor que abaixo se descreve.

Numa análise às cidades portuguesas Nuno Pires Soares encontra dois tipos de cidades “a cidade propriamente dita, como entidade herdada” e a “cidade contemporânea”. À primeira associam-se as características consideradas tradicionais a cidade: monocêntrica, compacta e contínua. Que actualmente se começa a reconhecer como património, embora ainda se verifique um decréscimo da população residente e o afastamento das actividades económicas, dos centros históricos.

O segundo tipo de cidade, a “cidade contemporânea” é policêntrica, descontínua e fragmentada. Não apresenta limites espaciais claramente definidos nem é construída numa continuação da outra. A cidade cresce formada por parcelas homogéneas, separadas umas das outras. Cada parte só tem a funcionar uma actividade, a diversidade não se verifica na fusão dos usos, mas na diferença de densidades. Relativamente à cidade herdada, o que se pode dizer é que ela ocupa uma parte da cidade contemporânea. “...a cidade com História e reconhecível por esse atributo, a par da urbanização sem ‘alma’ onde a tradição, a identidade e a noção de pertença estão ausentes.”<sup>72</sup> Actualmente à cidade não basta identificar o modelo de centro-periferia, ela traduz-se num complexo sistema de mobilidade. A intensificação dos movimentos pendulares (casa-trabalho), ultrapassam os limites da cidade-periferia. Esta relação é feita entre várias cidades.

---

<sup>72</sup> Pires, Nuno, ver artigo.

Hoje ainda continuamos numa fase, cuja urbanização se sobrepõe parcialmente a um período mal consolidado “...de terciarização onde sobressaiu um tipo de ‘urbanização de génese ilegal’ a par da emergência da primeira geração de Planos Directores.” Sem ainda estar terminada a fase do desgaste do território construído, assiste-se ao início de outra. Numa sucessão de acontecimentos, vemos a expansão de auto-estradas, vias interiores da cidade, a implantação de grandes centros, parques de escritórios e temáticos. A construção dos enclausurados condomínios privados, à semelhança dos centros com a constituição das cidades. A origem de todos estes elementos, tem uma consequência, são criadas novas centralidades. Na sequência desta ideia, o autor acautela ainda, para a nossa ignorância face aos impactos negativos a médio prazo.

Habitualmente vemos retratado, ainda que discretamente, na literatura convencional, uma distinção entre cidade madura ou herdada e cidade com periferia. “ *Depois da Cintura Industrial principia a cidade, enfim, não a cidade propriamente dita, essa avista-se lá adiante...*”<sup>73</sup>. A periferia tornou-se um elemento discutível porque antes não existia, havia apenas a “cidade”. A periferia surgiu por necessidade e actualmente é-lhe dada uma conotação negativa. Como se disse, este distanciamento da zona habitacional à zona de trabalho aumentou os movimentos pendulares (casa - trabalho).

A criação das periferias deveu-se muito ao êxodo do rural. Este procedimento foi iniciado por imposição aos municípios. A população como vimos já não está a crescer, mas a edificação sim.

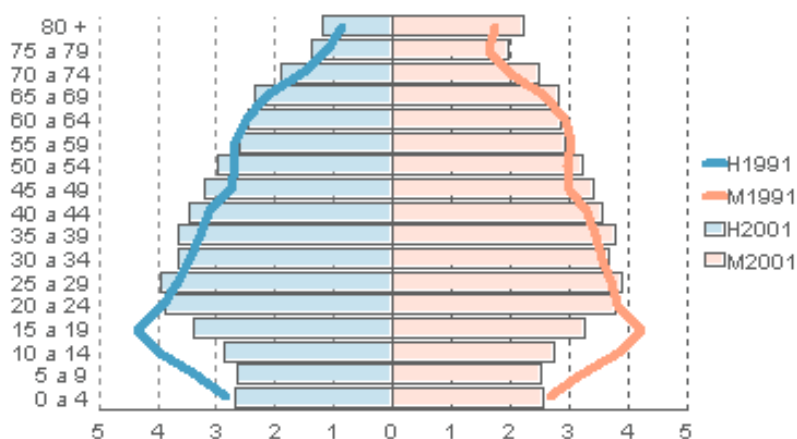


Fig. 17 - Pirâmide Etária 1991-2001, Portugal, fonte: INE.

<sup>73</sup> In José Saramago, “A Caverna”. Lisboa, Portugal 2000; pág. 14.

O que se verifica actualmente é uma pretensão da população urbana habitar novos centros da mesma cidade. A “migração” agora é de um centro para os novos centros.

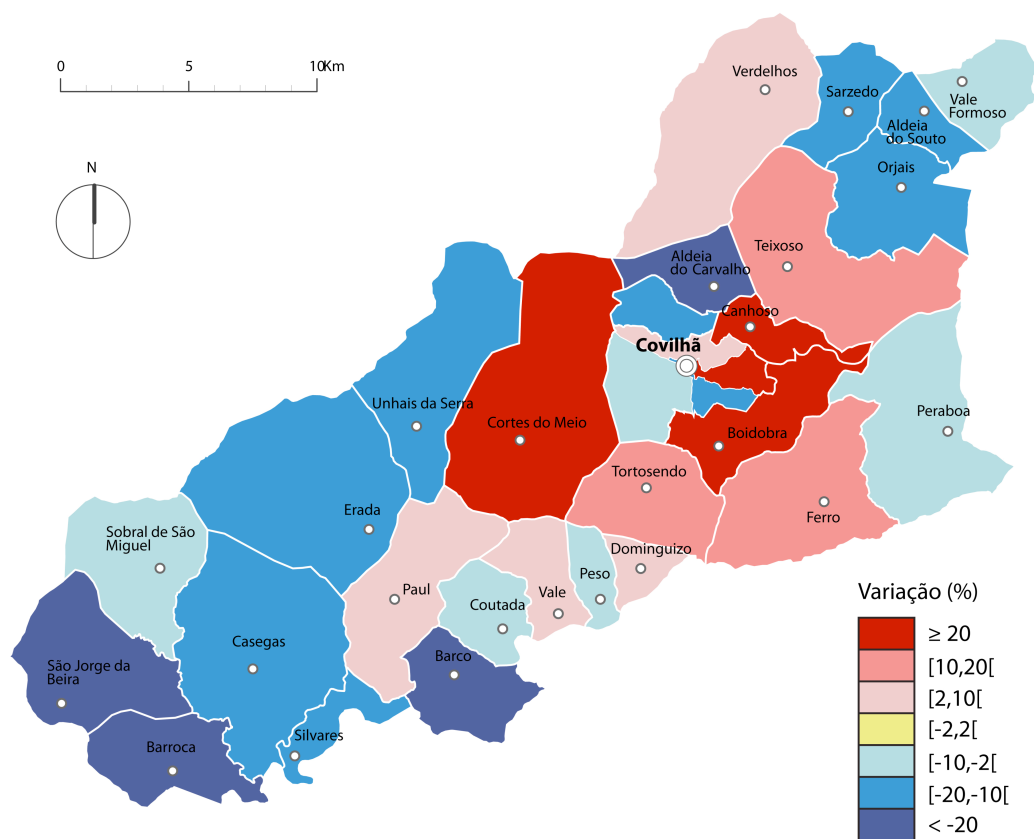


Fig. 18 – Variação da população residente 1991-2001, por freguesia, realizado com base em valores do INE.

Este processo é de tal modo que se assemelha a um novo êxodo, porém deixa um problema antes inexistente, as construções desertificadas dos centros urbanos consolidados. Para além de que com o novo surto de construção desordenada, criam-se edifícios base, que se repetem e não se adaptam à morfologia da cidade. São introduzidos forçosamente modificando a fisionomia do solo.

No que concerne à indústria e aos serviços públicos, trata-se de uma questão de espaço. A substituição da força hídrica pela força motora na indústria afastou as indústrias dos rios. Logo estas tomaram lugar em parques industriais monofuncionais para não perturbarem a cidade. A indústria e os serviços públicos por conveniência, mudaram-se para zonas mais próximas das vias rodoviárias principais. As ribeiras, os rios, os canais ou os aquedutos deixaram de ter a anterior importância, são transformados em aspectos

museológicos da cidade. As dimensões desses usos aumentam e estendem-se horizontalmente ou verticalmente na cidade. Nem sequer há distinção visual entre edifícios públicos, indústria, ou habitação. A periferia faz a cidade desorganizada visualmente.

*“ O que se pode dizer é que a experiência da cidade é coisa bem complexa, é um somatório ou sobreposição de experiências que, a cada momento, definem um ser ou não ser urbano. – Uma presença visual?... Um modo de vida?... Uma consciência histórica intersubjectiva, permitindo distinguir dentro do conjunto territorial certas permanências no tempo? Uma realidade estética, claramente manifestada na arte e na literatura?”<sup>74</sup>*

Os limites urbanos têm de ser reconhecíveis visualmente e explicados pelo simples contacto, não por sinalizações. A cidade de limites difusos não cresce gradativamente, cresce por secções e essas, deixam vazios urbanos que são mais tarde ocupados por jardins. Ou constituem uma paisagem natural, uma imposição de área que não se definiu ainda para que serve. A cidade é como uma junção de zonas. Já não se reconhece visualmente, não se identificam mais os edifícios públicos face aos privados e a sua mutação é permanente. Era uma questão de escala que definia os usos, era o limite que definia as ruas, era o espaço que ditava a construção... A estrutura urbana já não é prene, tudo se modifica instantaneamente. A mudança é o motor do progresso, a insistência é a resistência a ele. Insiste-se na criação de edificações, vias e espaços, como simples somas de partes. A sobreposição de todos eles, constitui um sistema caótico que a visão seria capaz de ordenar.

Estas são habitualmente as críticas que se apresentam à cidade. A parte negativa que se descreve mesmo nos livros de literatura convencional *“Entre as barracas e os primeiros prédios da cidade, como uma terra - de - ninguém separando duas fracções inventadas, há um largo espaço despejado de construções, porém, olhando com um pouco mais de atenção, percebe-se no solo uma rede entrecruzada de rastos de tractores, certos alisamentos que só podem ter sido causados por grandes pás mecânicas... Não tardará que os edifícios da cidade avancem em linha de atiradores e venham assenhorar-se do terreno, deixando entre os mais adiantados deles e as primeiras barracas apenas uma faixa estreita, uma nova terra - de - ninguém, que assim ficará enquanto não chegar a altura de se passar à terceira fase. A estrada principal...passara a ser mais larga, com uma faixa exclusivamente reservada à circulação de veículos pesados...”<sup>75</sup>*

<sup>74</sup> In J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 9-10.

<sup>75</sup> In José Saramago, “A Caverna”. Lisboa, Portugal 2000; pág. 16.

De certa forma, quando vemos referenciada esta observação das urbes com sentido conotativo negativo, percebemos que há um mau estar generalizado. Na discussão dos resultados levantaremos esse véu. Mas aqui, podemos já entender, que a nossa forma de olhar o ambiente urbano, ainda está condicionada por uma população que há pelo menos trinta anos atrás vivia da actividade agrícola ou de actividades complementares de produção manual. Aliás o autor José Saramago neste livro, retrata isso, a relutância à adaptação do meio rural para o meio urbano. Porque justamente, ainda estamos presos a um passado ligado à produção agrícola. Devemos compreender que às pessoas realmente urbanas, não lhes faz diferença o movimento, os espaços exíguos, as densidades elevadas, as sociedades de convivência social forçada hierarquicamente estruturadas, todos estes aspectos que uma pessoa do ambiente rural, tem dificuldade em partilhar. De facto, a construção das vivendas é uma adaptação da vida rural à vida urbana. São condições de transição, que as cidades nos oferecem. Mas esse privilégio, pode, assim como aconteceu com a produção em massa de habitações, tornar-se um ritual, mais do que uma necessidade. Ao longo do seu livro o autor caracteriza o sentimento de independência que vivemos, a desumana condição que aceitamos face aquilo que já não nos serve.

Essa condição de independência associada às pessoas, ataca também as cidades, despovoas-as. As pessoas precisam sim, de um lugar mais amplo, de estender a cidade para ser mais individual. O meio rural, as actividades manufactureiras podem ser trocadas é este compromisso que o livro provoca no leitor, a análise dos comportamentos, cada vez mais ameaçadores.

## **Covilhã cidade policêntrica**

A análise da cidade da Covilhã, na óptica das potencialidades e dos constrangimentos, em relação à implantação de centros comerciais de influência regional, deve ser realizada a duas escalas: a nível regional e local. Enquanto a primeira nos permite avaliar o posicionamento da cidade na região. Incluindo a diversidade de transportes e a relação entre conurbações. A segunda, embora intimamente relacionada com a primeira, orienta-se sobretudo para a avaliação dos atributos urbanísticos, demográficos, económicos e sociais, que tornam a Covilhã diferente dos outros aglomerados urbanos.

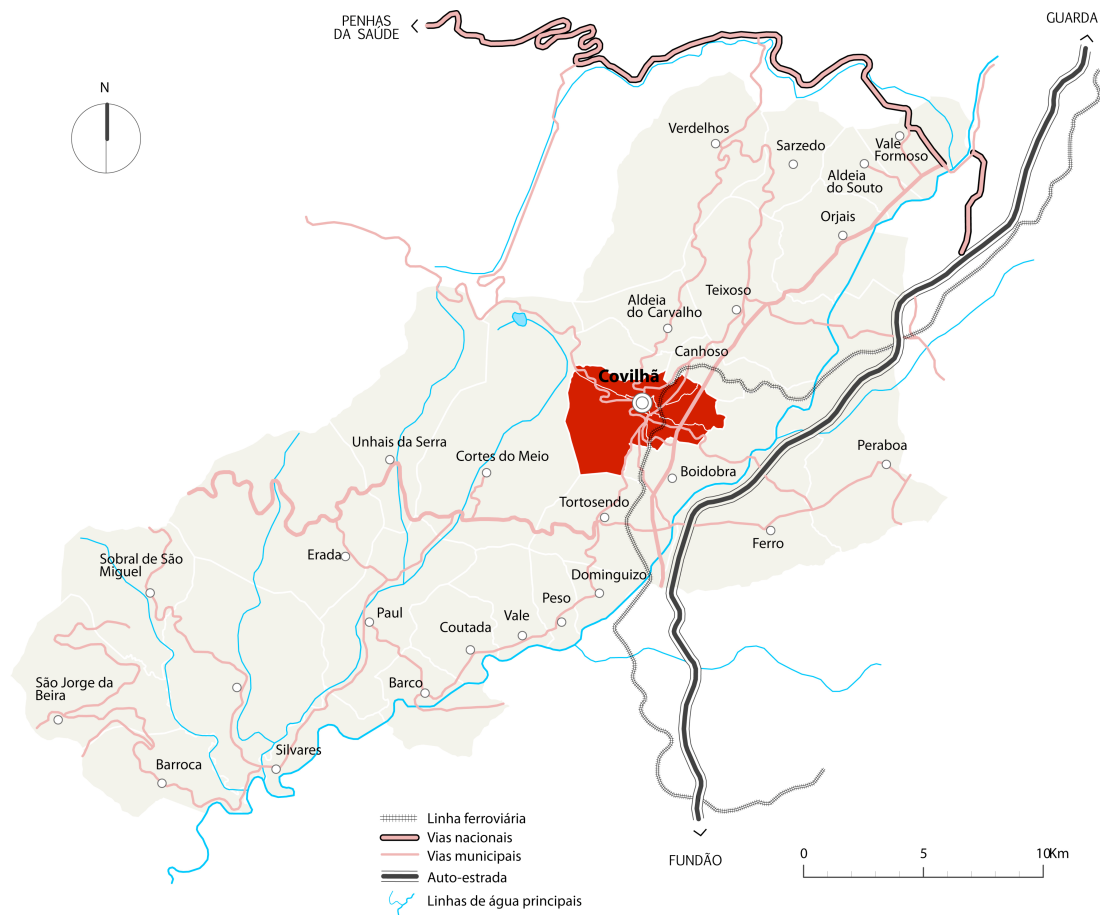


Fig. 19 – Sistema viário do concelho da Covilhã, realizado através do suporte Google Earth.

No processo de desenvolvimento da Covilhã acentuaram-se mudanças sobretudo ao nível da dinâmica de usos. A criação de novos centros, alguns deles enclausurados é uma realidade. O centro urbano consolidado por se tratar de uma cidade em fase de expansão não teve problemas graves de sobreocupação. Pela mesma razão, ainda os novos centros não levaram à desertificação completa do primeiro. A recente remodelação do Pelourinho na cidade, foi um procedimento importante para atrair diversidade de usuários ao centro antigo. A solução recebeu uma honrosa referência, na revista de Abril do Centro Português de Design.<sup>76</sup> Entre outras coisas elogiou-se a composição integrada com os edifícios de interesse e sobretudo a interacção do peão com o espaço urbano.

<sup>76</sup> In Viviana Vieira, "Modelo bem conseguido", Covilhã Portugal 2002.

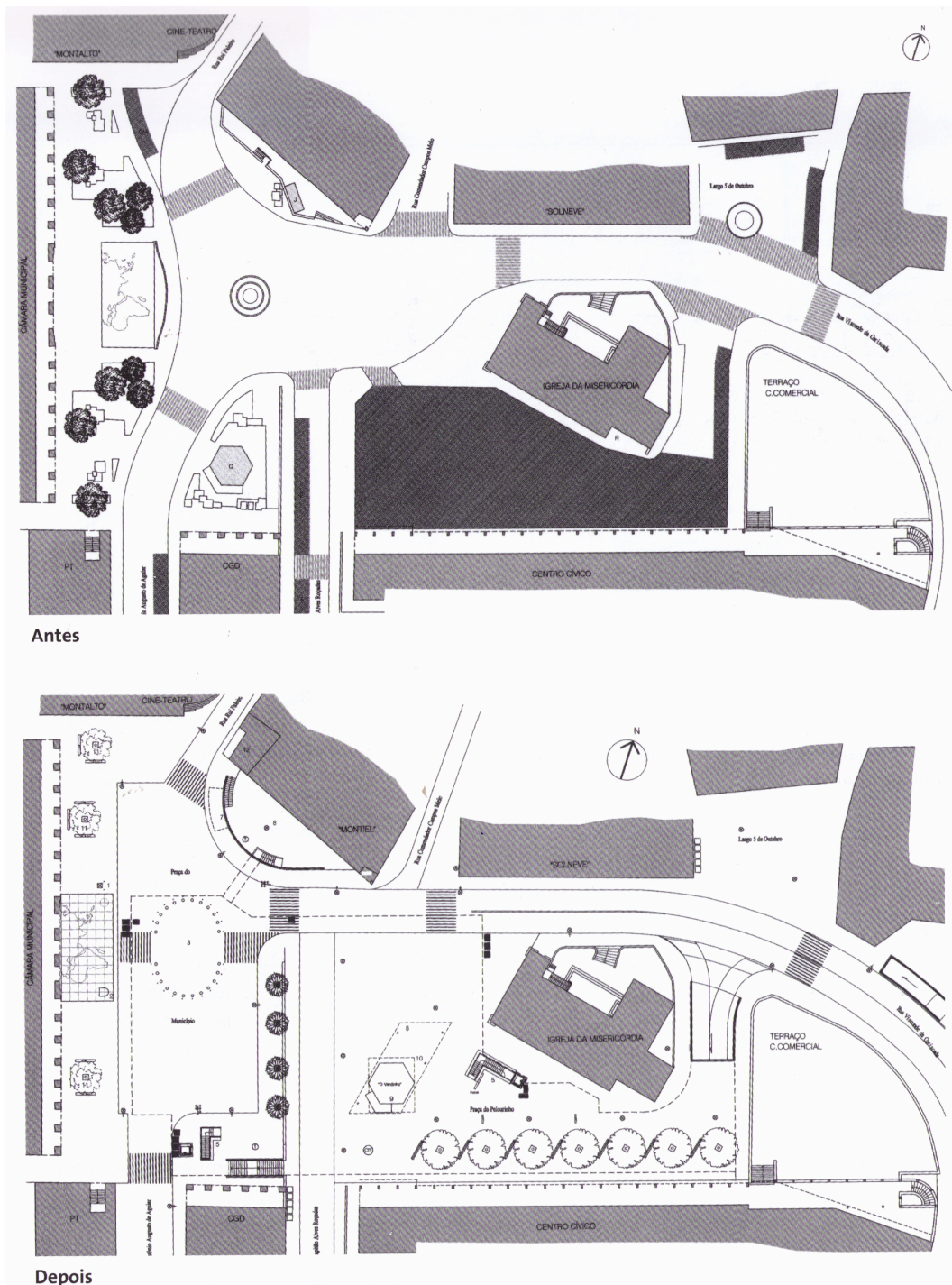


Fig. 20 – Praça do município, Covilhã, fonte: Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 51.

Apesar de conter um limite central cercado por vias, esta é uma forma de conviver o tráfego pedonal com o automóvel. A explicação do arquitecto Nuno Teotónio Pereira que consta no livro “Uma Ideia para a Cidade da Covilhã” expõe a intenção de tornar este, um espaço social. *“Assim na zona mais elevada... procurou-se minimizar a função de nó viário, acentuando-se o cívico do espaço. Foi assim que... se concebeu um conjunto escultórico inspirado nos monumentos megalíticos, permitindo o atravessamento pedonal no enfiamento da entrada dos Paços do Conselho.”*<sup>77</sup> Esta é uma estratégia para reduzir a velocidade nas vias, sem a existência de lombas, ou outras sinalizações. A reconversão elegeu desde início a presença constante de peões sem necessidade de anular a passagem do automóvel. Para reduzir o estacionamento na praça, foi criado um silo subterrâneo, assim o peão que tencione desfrutar deste espaço, pode fazê-lo mais livremente.

No entanto ao nível do comércio, houve alterações pouco honrosas. Algumas das lojas de comércio tradicional do antigo centro, foram ocupadas por grandes lojas chinesas. Quando a dimensão não foi considerada adequada, juntaram-se dois ou mais espaços comerciais, para fazer, um só, de grandes dimensões. Ainda existem em grande número agências pertencentes ao sector dos serviços. Todavia as novas sucursais de serviços criadas estão a fazê-lo perto dos novos centros.

Os serviços públicos em grande medida, deslocalizaram-se para junto dos “novos centros criados”. Os edifícios participantes desta dinâmica de usos, ocupam agora áreas ainda maiores do que as anteriores. São instalados em edifícios novos e os antigos reconvertidos para outros usos. Afastados da cidade “dita herdada” e aproximados de avenidas de acesso rápido. Estas centralidades recentes foram geradas por uma dinâmica de usos que foi mais perceptível nos últimos cinco anos (a partir de 2004). Como se poderá comprovar pela fig. 21. Também o tecido urbano cresceu junto destes serviços públicos descentralizados, após a sua deslocalização. Uma consequência que se verifica é a pretensão dos habitantes, ocuparem estes novos centros e abandonar o antigo. Porque é uma zona nova, mais próxima dos serviços, mais facilitada ao trânsito automóvel. A dinâmica dos usos públicos (fig. 21) foi o factor que mais contribuiu para a criação de novos centros comerciais enclausurados. Isto é, que apesar de conterem em si uma grande parte dos usuários, estes não geram aí diversidade à cidade.

---

<sup>77</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 50.



Podemos assim descrever seis novas centralidades comerciais, as quais coincidem com a implementação de grandes superfícies. O comércio tradicional por não se ter integrado num “centro comercial urbano”<sup>78</sup>, sistema que protege e promove o comércio tradicional, acabou por ser o principal prejudicado. Com a implementação das grandes superfícies, principalmente o Serra Shopping, extinguiu-se grande parte do comércio tradicional, aquele que servia o Pelourinho. As grandes superfícies comerciais atraem as pessoas simplesmente para o interior do edifício. No exterior não se promovem interações nem se observa um desenvolvimento social da zona pública circundante.

---

<sup>78</sup> No Congresso Internacional, I, Porto, a oradora Sara Maria Torres Outón, falou dos centros comerciais urbanos. O tema da apresentação foi “Apuestas urbanísticas comerciales: Centros comerciales urbanos” São associações de pequenos comerciantes, localizados nos centros urbanos consolidados. A organização deles promove o comércio tradicional na medida em que cria uma homogeneidade de horários, de prestação de serviços e um equilíbrio de preços. Além do mais quando possível promove-se a criação de espaços de estacionamento e espaços intermédios. Este comércio está disperso apenas nos centros para haver maior área abrangida pelo sector comercial, grande diversidade à cidade. Na cidade de Vigo já se adoptou este modelo e comprova-se que existe mais fluxo de pessoas a passear e a habitar as ruas do centro histórico.



À sua volta acrescentam-se as vias de acesso mais rápido e poucas são as pessoas que participam desse espaço público, apenas as que se dirigem para as suas habitações. Não é conveniente as vias de acesso rápido atravessem os bairros, nem freguesias nem mesmo a própria cidade, devem ser-lhe tangente. As estradas são limites físicos. De tal modo que a interacção entre peão e automóvel exige diferentes escalas e configurações de rua. Por estas razões a cidade não deve optar por grandes “corredores urbanos”. Estes levarão inevitavelmente à criação de acessos rápidos. Além desta concentração comercial ficar estagnada num só pólo gerador, crescem também de forma massiva e desadequada às condições do terreno, edifícios habitacionais na zona contígua. A sua edificação não contempla espaços de lazer ou de transição. Há um contacto directo entre a rua e os edifícios. O que não promove a sociabilidade dos habitantes. Esta nova zona comparada com o antigo centro, encontra poucas semelhanças.



Fig. 23 – Vista aérea da zona envolvente do centro comercial “Serra Shopping”, fonte: n/d.

A cidade da Covilhã é ainda, um espaço urbano inacabado por isso ainda possível de crescer como um sistema compacto e integrado. Essa será, a cidade que ambicionamos. Um sistema orientado, que não atralhe as vantagens do seu território. Se ainda não sabemos

bem o tipo de cidade que precisamos, vamos pensá-la em termos futuros. Não construímos tudo definitivo.

Na Covilhã há conjuntos edificados de fraco valor arquitectónico. Quer isto dizer que, não irão constituir uma bela peça de museu. Logo assim que se tornarem edifícios antigos, mas mesmo assim, burocraticamente difíceis de demolir, passam a ocupar o lugar de “ferro velho” da cidade. Nessa perspectiva, decresce o seu valor económico e as suas áreas generosas serão propensas ao aumento de pessoas por fogo. O que acabará por se tornar num conjunto habitacional de densidade elevada e com sobrelotação.

O facto de no centro urbano consolidado existirem conjuntos habitacionais representativos, é uma vantagem e uma desvantagem para eles. Por um lado não é permitido modificar a sua fachada sob pena de descaracterizar o conjunto. Por outro, essa restrição das alterações leva geralmente a intervenções economicamente elevadas, sem que se possa ter total liberdade para adaptar ao que se queira. Não é com edifícios museu que se faz uma bela cidade ou bairro. Porque preservar a fachada não é preservar a arquitectura. No entanto este acto de respeito evita a demolição de todo o património histórico.

Por exemplo em Sortelha recuperam-se as fachadas por serem construções típicas do país, que podem atrair turistas. Mas na realidade não passa de um museu. Não se recuperou o seu interior e muito menos o património natural envolvente. Assim funcionam os objectos de adorno das casas, belos mas inúteis.

Na Covilhã, constroem-se edifícios novos e depois procuram-se soluções para os antigos. A construção não é progressiva é constante. Ao estendermos a malha urbana em todas as faces da cidade, não permitimos que se desenvolva futuramente com outras tecnologias. Numa perspectiva sustentável, estamos a consumir o território todo. No futuro não vamos demolir para criar de novo.

O autor José Miguel Fernandes aponta um cenário favorável para a reabilitação na Covilhã. Diz o autor que nas últimas três décadas anteriores, se realizaram recuperações de preservação do carácter urbano e patrimonial. Sobretudo na qualificação e criação dos espaços públicos intra-muralhas e suas zonas adjacentes. Neste mesmo artigo reconhece que, apesar de uma equilibrada recuperação dos espaços públicos *“o tema aqui essencial é o da recuperação do edificado, do construído, muito fragmentado e fragilizado (e em muitos casos, de resto, de propriedade particular), e não de espaços livres.”*<sup>79</sup> Apesar de não

---

<sup>79</sup> In Andrea Cardoso, “Cidades/ património/ reabilitação” Lisboa, Portugal 2009; pág. 64.

representar uma solução definitiva é uma hipótese para a cidade, a criação de uma SRU<sup>80</sup>. Esta sociedade cujo trabalho teve arranque em Março de 2009, portanto ainda sem resultados práticos, surge com novas “armas” para a reabilitação. Do ponto de vista da estratégia passa-se agora do “espaço envolvente urbanismo” para as micro actuações no plano de “centro histórico arquitectura”. As condições de trabalho agora existentes são positivas, para um desenvolvimento bem estruturado. Porém o autor descreve um receio difícil de contornar, todas as actuações assentes nos espaços de propriedade municipal, serão no futuro um processo exemplar e demonstrativo de todo o trabalho realizado. Já as actuações no domínio privado serão impossíveis realizar à autarquia e estas constituem a maioria do espaço da urbe a reabilitar.

## Viseu cidade policêntrica

Por Viseu ser uma cidade média com um território edificado disperso e extenso, é que tem matéria para ser comparado à Covilhã em relação ao nível da função polarizadora que adoptou. Tal como acontece com a Covilhã, ambas se servem de um acesso privilegiado à A25, que faz a ligação à Espanha. Como duas cidades do interior do país, embora Viseu, com localização mais central, comportaram-se de forma semelhante relativamente à expansão urbana. No município de Viseu, os novos aglomerados urbanos, fundiram-se à antiga malha urbana e nalguns casos afastaram-se. O que ocasionou o aparecimento de manchas de vazios urbanos dispersos de grande dimensão. O sistema viário principal e secundário, que serve a cidade, foi tal como na Covilhã, uma tentação para a construção de edifícios frente e traseira. Assim a expansão urbanística de 1974 até 2000 permitiu a prolongação da malha urbana em loteamentos dispersos e descontínuos.

---

<sup>80</sup> Sociedade de Reabilitação Urbana.

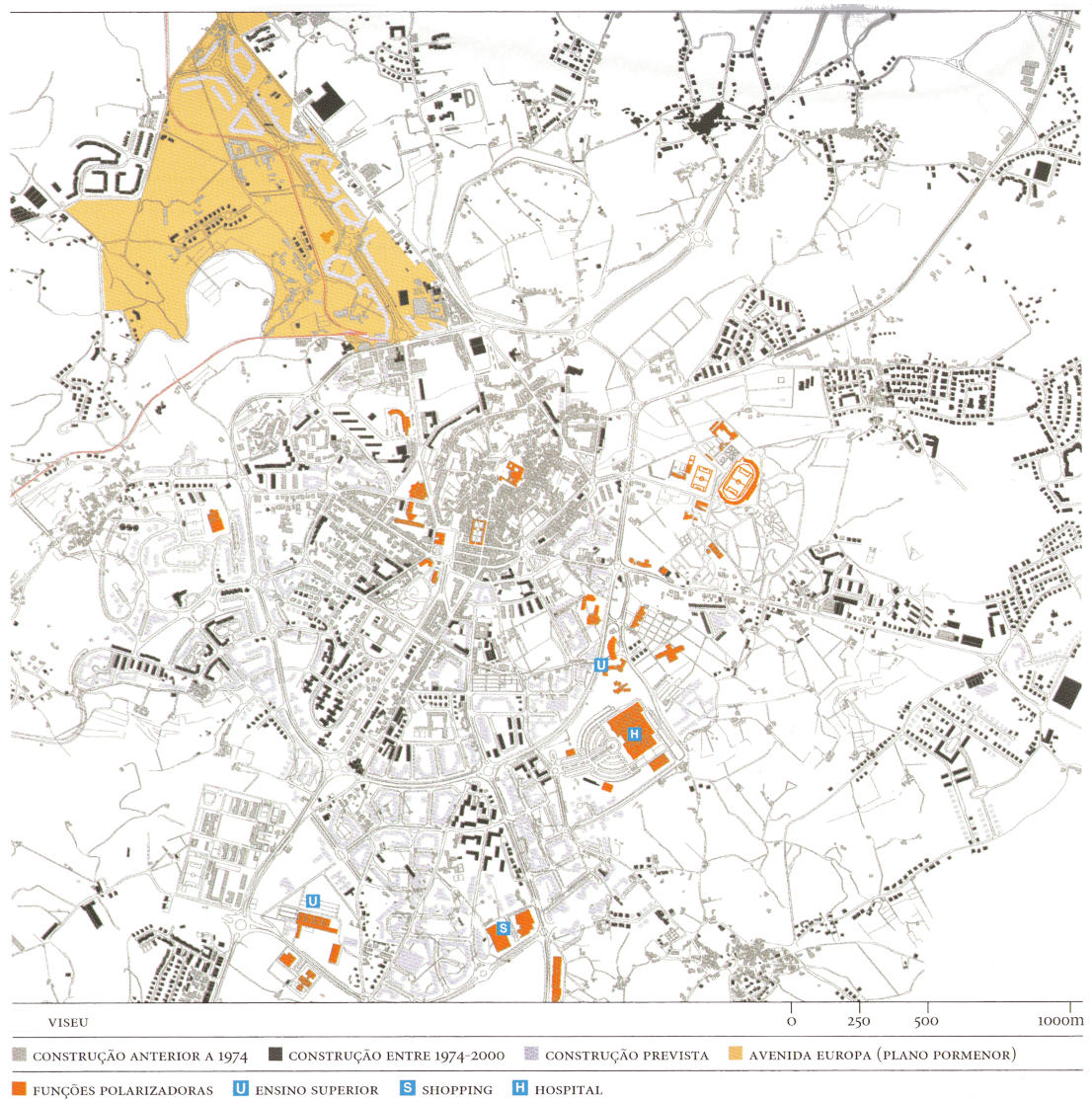


Fig. 24 – Fonte: Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral, “Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa, Portugal 2007; pág. 136.

Uma vez que Viseu assumiu uma configuração estendida, descontínua e uma visão ampla, isto é, sem barreiras. Também agora a cidade faz desse aspecto, um tema de intervenção. Não é numa visão apressada das coisas que detectamos o pormenor delas, é no acabamento. Pois, também em Viseu, se investe numa estratégia polarizadora, de centros

participativos e abertos. *“Ficará assim, para o futuro um conjunto de soluções microubanísticas que poderão dar mais consistência ou melhor resolução a situações em parte já criadas”<sup>81</sup> ultima frase* Soluções em que se aposta na relação do edificado com as vias, um sistema permeável de espaço público. Para isso, cortam-se as delimitações físicas dos edifícios públicos. As micro intervenções, são baseadas numa dilatação do espaço público pertencente aos serviços. Ou seja, a cidade funde os usos e só o que é privado é mesmo limitado.

Neste exemplo, o que traz de favorável ao estudo é que à semelhança da Covilhã, foram realizadas pequenas operações urbanísticas. No entanto a diferença reside no facto de Viseu ter influído directamente na periferia, pois assumia o seu problema mais grave. Já no caso da Covilhã o problema foi combatido na intersecção da periferia com o centro. O contributo deste do exemplo de Viseu, resume a possibilidade de intervir numa periferia, a baixo custo tornando esse espaço mais aberto visualmente. Mais participativo para o habitante, para diluir o sentido de posse da sociedade. O objectivo é transformar os novos centros criados em centros “abertos”, à diversidade social. As periferias com condomínios privados e serviços sociais murados e enclausurados, provocam no peão a sensação de excluído do espaço. Não proprietário da rua e possessivo quando é dono dos espaços.

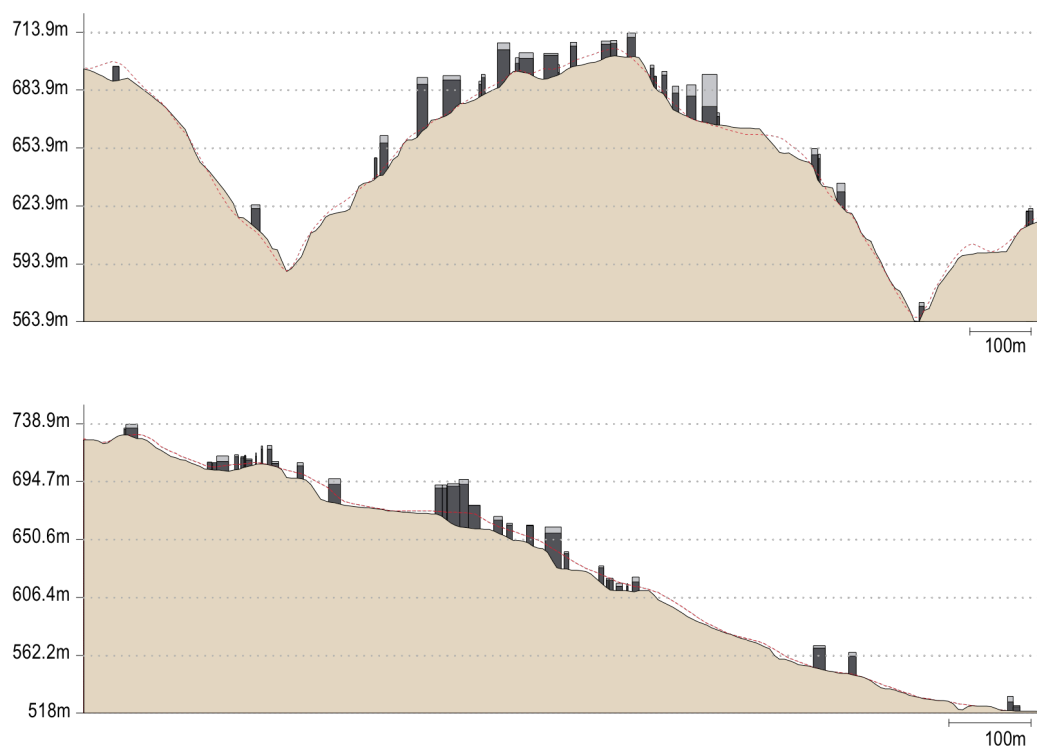
#### **4.2.3. Acessibilidade e Mobilidade: criar a autonomia interna e externa da cidade**

##### **Criar a autonomia interna: o ritmo da “construção” morfológica da Covilhã**

Para os leitores que não terão noção da diferenciação altimétrica que a Covilhã, na sua morfologia contempla, aqui são deixados perfis, para o entendimento das dificuldades que serão relatadas ao nível da acessibilidade pedonal. A cidade é servida por duas ribeiras: ribeira da Goldra e da Carpinteira.

---

<sup>81</sup> *In* Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral, “Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa, Portugal 2007; pág. 137.



**Fig. 25 - Perfis transversal e longitudinal da Covilhã, executado através de: PORTUGAL. Logica – Edinfor [Em linha]. Lisboa - [Consult. 15 Maio 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://lusiglob.logica.com>>.**

O arquitecto Nuno Teotónio Pereira não dispensa apontar, no seu livro “Uma ideia para a cidade da Covilhã”, que o declive agressivo da cidade foi protector da sua identidade. Numa altura em que “Aparentemente, as cidades portuguesas são hoje todas iguais”<sup>82</sup>, a Covilhã tem ainda incentivos de recuperar a identidade enquanto cidade única. Discorda por outro lado, em manter a sensação de cidade montanha, enquanto isso dificultar o acesso pedonal ao centro urbano consolidado. É sobretudo neste assunto, que o arquitecto baseia a sua ideia de revitalização. Pelo que, reprova a homogenização das cidades, a descaracterização dos espaços e o não reconhecimento dos traços tradicionais. Relativamente ao caso estudo menciona como privilégio, a existência de linhas de água para a localização geográfica das primeiras fábricas. Mas profere, que o maior benefício do centro urbano consolidado, foi o acentuado declive. As linhas de água criaram grandes diferenças de cotas e exigiram uma construção mais difícil e dispendiosa, que num lugar plano. Por não se ter facilidade em continuar a edificar, junto da zona contígua às ribeiras e do centro, este foi

<sup>82</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 24.

poupado a convivências desapropriadas entre o edificado antigo e o novo. No entanto, a cidade expandiu-se nas zonas mais baixas, o que ocasionou vazios urbanos. A fraca coesão entre tecido urbano antigo e o recente tem sido preocupação principal para o arquitecto Nuno Teotónio Pereira. Por este motivo, para as propostas do programa Polis que lhe coube realizar, propôs a diluição da “barreira” declive na circulação pedonal.

O arquitecto assume que as fábricas de lanifícios, hoje fazem parte do património natural e edificado da cidade. E naturalmente como aconteceu ao restante património industrial de Portugal, a indústria “ruiu perante os modos de obsoletos da produção industrial”. Ao olharmos a Covilhã herdada que ainda é reconhecível, temos expectativas que as novas intervenções completem os vazios urbanos e a cidade cresça como complemento da antiga e promova a existência de diversidade social.

Portanto para incentivar o trânsito pedonal e auxiliar a utilização do centro o arquitecto baseia a sua intervenção, não no traçado de bairros e ruas novas, mas na reestruturação dos sistemas de mobilidade. Nessa perspectiva fala em “*aplanar a cidade*”.<sup>83</sup> A atitude contraditória à própria génese da Covilhã é aceite porque se opõe ao entusiasmo produzido pela dinâmica expansiva.

Das soluções pontuais, os elevadores públicos, as escadas mecânicas e as pontes pedonais; o arquitecto enfoca maior importância destas últimas. Uma vez que, se contrapõe a morfologia nos “resíduos de modernidade” que sobraram, e aqui na nova Covilhã, sobressai um novo relacionamento entre habitante e cidade. Também por outro lado, se exclui a actual prática de tornar o território “artificialmente liso”. Os sistemas elevatórios vencem a diferença de cotas, as pontes o fosso criado entre dois planos de nível.



**Fig. 26 – Fonte: Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 42-43.**

<sup>83</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 25.

Na procura de enquadrar o habitante numa nova visão, mais apetecível da cidade, na possibilidade de mudar os hábitos instituídos e as recentes tradições de comodidade. Projecta-se assim a nova Covilhã, actuando na sua periferia, mais do que no centro histórico. A intervenção actua do exterior para o interior, numa atitude de transportar o habitante da periferia para o centro. Naturalmente favorecido pela ausência do automóvel. Não é uma forma de abandonar o centro ao despovoamento e descaracterização, a que todos os centros históricos têm sido alvos. É antes o processo inverso, povoá-lo e revitalizá-lo. Assinalando o facto de que o actual habitante não é um agente urbano mas sim um “homem da periferia”, a ideia é que devolva à cidade a sua presença no centro. Por implicar pouca alteração da morfologia e por reduzir o desgaste físico é que o arquitecto prevê a realização de uma utopia na cidade.

*Assim, “Propõe edificar contra as curvas de nível, o que é recriar um universo “impossível”, antiorgânico. Mas é, igualmente, buscar a melhor exposição solar e as vistas mais apetecíveis. É, outra vez, a vertigem da cidade ideal, moderna porque democrática (urbana para todos), ainda que agora, erguida entre os intervalos, os espaços residuais deixados livres, onde a especulação não chegou.”<sup>84</sup>*

## **Criar a autonomia externa: incentivar a diversidade entre conurbações**

Numa análise às cidades Portuguesas realizada para o jornal expresso,<sup>85</sup> a Covilhã está classificada em 14º lugar, em quarenta das cidades participantes. Já a Guarda e o Fundão estão em 35º e 36º respectivamente. O que se concluí, que estas três cidades vizinhas, actuam, como que isoladas umas das outras. Mas que apesar de tudo, estão bem acessíveis umas às outras, ao nível de vias e transportes. Mas os planos de actuação não são conjuntos. Por este motivo, há uma cidade que se salientou, a Covilhã, pela diversidade que a Universidade lhe proporciona. O exemplo de cidades comunicantes, que agora nos propomos analisar, é uma tentativa de as tornar participantes, interagindo em conjunto.

---

<sup>84</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 26.

<sup>85</sup> Avaliação realizada pelo Jornal Expresso a cinquenta cidades Portuguesas, que contou com a colaboração de Helena Roseta, bastonária da Ordem dos Arquitectos e especialista em estudos sobre cidades, Nuno Portas, arquitecto e urbanista, e ainda Teresa Sá Marques, geógrafa.

O desempenho de 50 cidades, analisadas através de 20 critérios		CADA cidade recebeu uma pontuação de 0 a 100 em cada critério. Feitas as contas, registaram-se alguns empates, pelo que o «ranking» chega apenas ao 40º lugar.																		TOTAL		
		ACESSIBILIDADES	SINALÉTICA	FLUIDEZ DE TRÁFEGO	OFERTA CULTURAL	ESPAÇOS VERDES	QUALIDADE URBANÍSTICA	COMÉRCIO	RELAÇÃO COM A ÁGUA E A PAISAGEM	EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS	ESTACIONAMENTO	SEGURANÇA	ANIMAÇÃO NOCTURNA	ALOJAMENTO TURÍSTICO	RESTAURAÇÃO	EQUIPAMENTOS SOCIAIS	PATRIMÓNIO	GOVERNAÇÃO E CIDADANIA	CAPACIDADE DE ATRAÇÃO ESTUDANTIL	DESEMPENHO ECONÓMICO	QUALIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS	TOTAL
1º	Lisboa	70	40	25	80	60	55	80	70	65	30	45	75	70	85	80	80	60	85	85	65	1305
2º	Guimarães	65	60	55	65	60	70	65	55	65	60	65	60	70	70	65	85	45	65	60	70	1275
3º	Évora	60	65	50	65	50	70	45	50	55	60	70	55	70	70	60	80	60	65	60	70	1230
3º	Porto	70	35	25	65	60	60	65	80	70	50	45	60	65	70	75	80	60	70	70	55	1230
4º	Aveiro	70	45	45	55	60	50	65	80	60	60	65	55	60	65	60	55	60	70	75	65	1220
5º	Angra do Heroísmo	60	50	50	60	65	70	65	65	55	50	70	55	65	65	60	60	50	55	55	65	1210
5º	Coimbra	70	55	35	65	60	45	55	70	60	55	60	60	65	55	80	70	80	35	65	65	1210
6º	Ponta Delgada	60	40	55	60	50	60	65	60	70	50	55	65	60	60	60	60	55	60	60	65	1175
7º	Vila Real	60	60	65	60	65	50	65	60	60	55	65	60	50	60	60	55	55	60	50	55	1170
8º	Braga	65	35	30	65	40	45	70	30	70	55	65	55	55	70	75	60	75	70	65	1165	
9º	Beja	55	60	60	50	50	65	50	40	50	80	70	40	55	60	55	65	60	60	70	65	1155
10º	Figueira da Foz	60	60	60	60	55	55	55	70	60	60	60	60	65	60	55	55	50	30	55	60	1145
10º	Vila do Conde	65	35	60	60	70	50	60	70	65	60	60	55	50	55	60	60	45	50	60	55	1145
11º	Viana do Castelo	60	50	50	55	40	60	60	75	55	60	60	45	65	70	50	65	65	30	55	60	1130
12º	Elvas	65	55	60	55	60	65	60	60	55	55	55	40	60	60	60	70	45	40	45	60	1125
12º	Tomar	60	60	50	55	60	60	50	70	65	55	60	40	55	55	60	75	40	45	50	60	1125
13º	Funchal	55	55	35	55	60	40	60	75	60	50	70	70	75	65	65	55	25	40	50	60	1120
14º	Covilhã	60	55	50	60	60	45	45	55	50	60	65	60	55	55	70	35	35	65	65	55	1100
15º	Lagos	60	50	55	55	30	55	50	75	45	60	55	65	65	60	40	60	55	45	55	60	1095
16º	Faro	60	50	40	60	40	45	55	60	40	55	60	65	55	60	65	55	60	55	50	50	1080
16º	Tavira	60	55	55	60	35	60	45	55	35	55	55	55	65	55	55	65	50	40	55	70	1080
17º	Matosinhos	60	50	60	45	20	65	60	65	60	60	60	60	30	75	55	40	50	30	60	70	1075
18º	Barcelos	60	60	55	60	40	50	55	50	55	60	70	50	55	70	60	70	50	0	35	60	1065
18º	Viseu	60	50	55	60	55	45	65	30	45	45	60	45	55	60	55	60	45	50	60	65	1065
19º	Setúbal	65	50	40	50	40	40	55	65	60	55	50	55	55	60	60	55	35	45	75	50	1060
20º	Caldas da Rainha	65	30	50	55	65	45	55	40	55	40	70	55	40	60	65	55	60	65	45	40	1055
21º	Peniche	55	55	60	55	30	55	55	60	60	60	55	55	50	65	55	50	40	35	40	50	1040
21º	Portalegre	55	55	55	55	40	55	55	60	50	60	60	35	30	65	60	20	30	50	45	64	1040
22º	Espinho	70	50	50	60	55	60	60	60	45	55	65	50	55	55	50	25	35	30	50	55	1035
23º	Amarante	50	60	30	55	70	55	50	70	60	30	65	35	55	60	50	70	60	0	45	60	1030
24º	Horta	60	50	50	40	45	65	40	70	40	60	70	45	65	55	50	55	40	40	30	55	1025
25º	Leiria	60	45	45	50	40	40	60	35	55	40	50	60	55	60	60	55	45	55	60	40	1010
26º	Vila Nova de Gaia	65	30	40	40	30	55	60	70	50	50	55	65	55	60	55	45	45	25	55	55	1005
27º	Vila Real de Santo António	60	50	40	40	45	50	45	65	45	60	60	45	45	55	45	55	65	40	40	50	1000
28º	Bragança	50	40	45	45	30	40	65	55	50	60	50	55	65	55	60	50	60	50	25	45	995
28º	Mirandela	55	50	50	45	60	55	45	65	60	60	65	25	30	60	50	45	40	30	50	55	995
29º	Chaves	60	40	40	35	40	55	60	60	45	55	60	30	55	55	50	60	35	35	55	65	990
30º	Santarém	60	40	50	55	55	45	60	45	40	35	60	35	40	55	55	70	35	40	45	60	980
31º	Silves	60	55	50	50	30	65	30	60	40	55	70	50	30	40	30	70	60	30	40	60	975
32º	Torres Novas	55	45	50	55	40	55	50	55	60	45	60	30	45	35	55	50	35	20	55	55	950
33º	Lamego	55	50	60	55	60	50	45	55	40	60	65	25	40	55	50	60	30	0	20	55	930
34º	Almada	55	40	35	65	35	35	30	35	60	50	50	40	30	40	70	30	40	55	70	30	895
34º	Castelo Branco	60	35	55	40	45	35	55	40	40	55	60	35	40	30	40	40	45	45	60	40	895
35º	Guarda	70	40	65	35	35	35	30	40	35	45	60	25	40	30	60	60	35	55	35	45	875
36º	Fundão	60	45	60	55	40	35	40	35	30	60	65	20	55	50	35	30	35	15	50	45	860
37º	Seixal	50	55	60	55	55	40	35	65	60	40	50	30	0	35	35	60	55	0	20	50	850
38º	Abrantes	60	60	65	30	40	35	30	50	35	55	70	20	25	40	40	30	40	40	40	40	845
38º	Portimão	60	30	35	30	25	30	50	55	30	55	50	60	65	35	55	20	40	40	50	30	845
39º	Barreiro	60	45	30	45	50	35	60	45	55	35	35	40	0	55	50	40	55	30	40	25	830
40º	Amadora	55	55	40	60	40	30	60	20	50	55	30	35	5	45	55	10	40	0	60	25	770

Fig. 27 – Tabela referente ao estudo realizado pelo Jornal Expresso, 6 de Janeiro de 2007.

Acima temos dito que, qualquer tipo de isolamento prejudica as cidades, o que se comprova na fig. 25.

Se elas fossem uma rede que actuasse com o objectivo de gerar diversidade ao conjunto, teríamos valores mais aproximados. De tal maneira, que não haveria uma diferenciação tão acentuada nas classificações. Não queremos cidades homogêneas, nem isoladas, nem desertas. Mas para isso, têm de criar-se estratégias conjuntas.



Fig. 28 – Gráfico realizado a partir de estudo do Jornal Expresso de 6 de Janeiro de 2007.

No caso das cidades Faro e Loulé, que para responderem ao seu problema, estruturaram a rede de centros entre ambas. A dificuldade encontrada na linha do litoral resume-se desta forma, a linha de caminho de ferro está em desuso e a EN125 estava em sobreuso. Havia uma sobreocupação do edificado junto da EN125, que contrastava com a desertificação do interior. Assim as duas cidades, criaram um sistema de circulação paralelo à linha de costa, que reparte o trânsito pelas vias. A actividade turística foi a principal responsável pela ocupação da linha de costa e estruturação de centros entre as duas conurbações.

Como seria de prever os aglomerados urbanos menos atractivos ocuparam as zonas contíguas à EN125, em diferentes direcções. Embora dotados de uma resposta rápida à criação de novos centros, esses aglomerados, não foram, por isso, eficazes. A saturação viária fez-se sentir principalmente na EN125, agora apoiada pela Via do Infante. A proposta de reestruturação passa pela associação de centros aos nós da Via do Infante, lógica que se

prevê trazer resultados para “recompor a configuração hierárquica da rede urbana de dois conselhos Faro e Loulé”<sup>86</sup> O denominado “Parque das cidades”, une as tramas urbanas das duas conurbações e conecta Faro e Loulé nas seguintes actividades: desporto de alta competição, saúde, hotelaria, turismo e lazer. Mas é sobretudo na actividade desportiva que se destaca a união das duas conurbações no desempenho económico.

Apesar de todo o planeamento Algarvio procurar gerir e qualificar as zonas mais capazes de traduzirem a região ecológica, a intervenção fez-se não pela reabilitação dos espaços existentes, mas produzindo um novo património natural. Esperava-se um planeamento, capaz até de ignorar, a via do infante, por esta ser “um corredor/distribuidor viário”. Contrariamente, a proposta preconizou uma intervenção directa nessa via. Prevêem os autores do livro Políticas Urbanas, que esta estratégia favoreça o policentrismo quebrando o interior rarefeito, complementando com infra-estruturas diversificadas. Assim o programa participativo do Parque das cidades é co-promovido por Loulé e Faro, constituindo um novo centro no meio equidistante de ambas. *“...permite o reforço funcional das duas cidades, ao mesmo tempo que constitui uma âncora de excelência para a economia turística da região.”*<sup>87</sup>

Uma vantagem da proposta acima referida ainda se prende, com o facto de as cidades não terem unicamente de ser ligadas por vias de trânsito rápido. Não há razões para rejeitar a criação de novos centros produtores de diversidade. Eles não roubarão o protagonismo da cidade criadora, quando muito podem fazê-lo crescer.

---

<sup>86</sup> In Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral, “Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa, Portugal 2007; pág. 139.

<sup>87</sup> Idem; pág. 139.

#### 4.2.4. As cidades onde não moramos

Este título foi o nome de um debate que decorreu no dia 15 de Junho de 2009, na RTP 1, que denunciou quais as dificuldades da evolução das cidades actualmente. No debate estiveram presentes a moderadora Fátima Campos Ferreira e os intervenientes: João Ferrão, Elísio Summavielle, Fernando Santo, António Nogueira Leite, Arlindo Cunha, José Ernesto Oliveira, Luís Meneses Leitão e Ricardo Gomes.<sup>88</sup>

As cidades de que se fala no título são aquelas que acima assinalámos como cidade madura ou herdada. Neste debate o principal objectivo foi encontrar uma resposta à pergunta “*O que vamos fazer do património edificado das cidades onde já não moramos?*”. A jornalista Fátima Campos Ferreira introduziu o tema dizendo que a “vida desaparece dos centros” e que investindo na reabilitação dos centros se ganha o património, desenvolve-se o turismo e aumenta-se o emprego nessa zona. Um diagnóstico feito à reabilitação urbana mostra que 1/3 das habitações portuguesas necessitam ser recuperadas, das quais 800000 necessitam intervenção profunda e 114000 de intervenção urgente. Na Europa o peso da reabilitação no sector da construção é de 36%, em Portugal é de 6,5%. Estes valores indicam um investimento ainda reduzido para a reabilitação.

O abandono dos centros históricos, deve-se muito à decadência dos edifícios habitacionais e do espaço urbano. Para o Engenheiro Fernando Santo “As cidades só o são na medida em que têm capacidade para atrair pessoas” e o problema do parque habitacional devoluto, deriva da desactualização da lei das rendas. Num ciclo vicioso podemos ver, o inquilino que paga pouco e não abdica da habitação, por outro lado o proprietário que não recebe para poder recuperar. Os incentivos para as remodelações são uma minoria, pelo que reabilitar é mais dispendioso do que construir de novo. O imóvel para ser vendido é pago como um devoluto ou seja, vantajoso para quem o compra e muito menos para quem o vende. O inquilino é indemnizado no caso de ter de abandonar essa habitação e ao proprietário não se lhe pode exigir a reabilitação do imóvel, pois não tirará lucro do seu

---

<sup>88</sup> João Ferrão actual Secretário de Estado do Ordenamento do Território das cidades, Elísio Summavielle Presidente do Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, Fernando Santo Bastonário da Ordem dos Engenheiros, Economista António Nogueira Leite, presidente da Sociedade de Reabilitação Urbana – Porto Vivo Arlindo Cunha, Presidente da Câmara Municipal de Évora José Ernesto Oliveira, Presidente da Associação Lisbonense de Proprietários Luís Meneses Leitão e Ricardo Gomes Representante da Federação da Indústria de Construção.

património. Nesta situação o que o Bastonário da ordem dos engenheiros põe em causa é a justiça social. Segundo o princípio da igualdade, não se pode expropriar um imóvel que não deu lucro ao proprietário pelo simples facto de que ele não o pode recuperar.

Ainda remete para outra situação, 20% da população activa vive do sector da construção, de todas as áreas que influenciem a construção. Mas directamente implicados vivem 11% da população activa portuguesa. Ora o que se conclui destes números é que estando em crise o sector da construção, está em crise económica o país. Portanto a aposta na recuperação do património, fazia accionar um novo ciclo de acção do sector da construção.

Elísio Summavielle refere que *“para haver vida tem de haver pessoas”* e que essas pessoas têm de ser atraídas para os centros. Por isso levanta-se agora um problema de descentralização, não só das habitações mas também dos serviços públicos, principais pólos geradores de diversidade.

O economista António Nogueira Leite continua a atribuir o problema da desertificação dos centros urbanos consolidados à injustiça da lei das rendas. “Temos más periferias e temos maus centros”. Sobretudo há explorações de inquilinos aos proprietários. Lei que não promove a revitalização dos centros. Aquando do êxodo do rural, havia mais inquilinos e menos proprietários, hoje a situação é inversa. A agravar essa situação há relativamente aos serviços uma maior mobilidade dos trabalhadores. Mas o seu vínculo à habitação cresceu, ora o que significa que se intensificaram os movimentos pendulares (casa - trabalho). Por este motivo é mais difícil controlar o trânsito a horas de ponta e devido à deslocalização dos serviços e habitações também se torna complicado atrair pessoas aos centros

Outra das preocupações das cidades, foi lançada pelo Presidente da SRU do Porto, Arlindo Cunha, que diz “Não vale a pena estar a reabilitar se não estivermos a reabilitar no plano turístico, económico e físico.” Quer isto, dizer que, não importa necessariamente reabilitar as fachadas, ou simplesmente as habitações se não se utilizarem estratégias integradas. É essencial que se centralizem novamente os serviços nos centros urbanos.

O presidente da Câmara municipal de Évora, Ernesto Oliveira explica que por as cidades serem diferentes entre si, é que não foi possível ainda devolver à cidade de Évora uma ocupação completa das habitações devolutas. Estes planos de reabilitação não têm uma acção imediata, são realizados progressivamente. No enlace de toda esta polémica, há uma ideia que ressalta, as “cidades herdadas” foram transformadas em museus. De tal forma que não nos servem, não se utilizam, são mostruários.

Um contributo à solução deste problema, deu o Engenheiro Fernando Santo, quando diz que “nem todos os edifícios têm de ser reabilitados”. Ora esta afirmação foi completada com as seguintes explicações. No ano 2000 Portugal tinha 40000 habitações devolutas, porque só a necessidade pode levar alguém a reabilitar. Em primeiro lugar, porque não é rentável, para construtores e proprietários. Depois porque não se pode resolver o de modo rápido o problema da lei das rendas. Um segundo aspecto negativo é a inabitabilidade dos centros históricos ao automóvel. Ainda acrescido pelo facto de que não podemos viver no séc. XXI com o estilo de vida do séc. anterior. Ao nível da eficiência energética, a inovação tecnológica alcançou grandes descobertas. O que se torna limitativo para os centros quando é rejeitada a aplicação de energias alternativas, por motivos estéticos. Finalmente onde todos estes itens se associam é na necessidade que temos de abdicar de algumas situações, como por exemplo de alguns edifícios, para se ganhar espaço para todas as comodidades que as periferias oferecem. Não importa necessariamente que tudo esteja igual, ao que era antes. As cidades têm de ser vividas. O orador assinala o facto de que é urgente alterar as regras do património, para serem mais abrangentes e menos constrangedoras.

Conclui-se acerca deste assunto que a ideia de reabilitação urbana não é uma ideia museológica. Essa ideia transportada à cidade dita herdada é prejudicial para ela. Não se pode cair no extremo de abolir todos os edifícios para adaptar a cidade às novas exigências. Há edificações que podem desaparecer e nascerem outras mais adaptadas. Mas cair no extremo de demolir tudo e reconstruir, não é viável. Isso não é reabilitação é reconstrução. Porém a reabilitação também não pode ser pensada de maneira em que *“tudo tem de permanecer igual mas mais bonito”*.<sup>89</sup> A reabilitação é um fim e um meio. Um fim pela sua história, pelo engenho, sustentabilidade de produção local e pela segurança que proporciona. Um meio para atrair pessoas, se for bem pensada.

Mais variáveis foram introduzidas no debate. Nomeadamente a da participação do estado na reabilitação. O estado não se pode demitir-se da responsabilidade da degradação dos centros das cidades. Para além deste, também o mercado deve ser responsabilizado. A incapacidade de recuperar o retorno financeiro. A procura ou não, dos jovens da classe média para viverem nos centros. A visão da reabilitação urbana como um pilar, para o combate à crise económica. O desenvolvimento dos centros urbanos consolidados visto como problema causado por errados processos de ordenamento do território. Exemplos apresentados, protocolo de Quioto e os planos utópicos.

---

<sup>89</sup> Secretário de estado do Ordenamento do território João Ferrão.

Finalmente uma possível solução, aponta para a reabilitação do património como uma via para um futuro sustentável. A ideia será pôr de parte algumas variáveis e analisar como as outras se comportam conjuntamente. Exactamente propôs o Arquitecto Vasco Massapinha que se considere a lei das rendas um assunto resolvido, pois esse tem a ver com a liberalização do mercado. A partir daqui como se deve fazer a reabilitação urbana?

Na resposta a esta pergunta, João Ferrão afirma que “quando se fala de reabilitação urbana, fala-se em política de cidades” e que não há política de cidades sem obras públicas. Porém a chave escondida será, que se não houvesse o problema das rendas e resolvida e a questão da burocracia, haveria reabilitação? Não. Porque a reabilitação implica dinamizar o espaço urbano, não exclusivamente o parque habitacional. Para haver reabilitação tem de compensar o investimento, têm de se coordenar os serviços com a habitação. Qualquer um deles individualmente não terá sucesso. O que se procura realmente é saber o tipo de cidades pretendemos para o País. Elas influenciarão o país. *“Diz-me como são as tuas cidades, dir-te-ei como é o teu País.”*

Foi mais rentável neste estudo incluir um debate deste cariz, a falar dos tipos de configurações de cidades, linear, radial e as suas especificações. Como se de um catálogo se tratasse. O debate resultou num ponto que constitui o problema desta tese, as cidades isoladas e inertes. Paradas porque não reabilitam, inertes porque ao pensar em estender a cidade, pensamos exclusivamente nessa cidade. Como um problema isolado. Como foi dito no debate, fazem falta mais momentos em que se juntam os responsáveis à mesa para discutir em conjunto, o problema das cidades. Esse será o verdadeiro contributo, debater não, o problema de uma cidade isolada, mas o de todas as cidades portuguesas. Não existe uma solução única para todas as cidades, pelo que cada autarquia deve optar pelo modelo mais adequado à cidade a reabilitar.

## Conclusão parcial

Relembrando um pouco o estatuto de cidade madura, de que falámos no capítulo III. Vamos agora transportar esse conceito ao caso estudo. Admitimos à partida, aquando da escolha do caso estudo, que esta cidade da Covilhã era uma cidade inerte. Porque até à intervenção do programa Polis (finais de 1999), a cidade transformou-se numa *“catástrofe*

*urbana*<sup>90</sup>. O crescimento frenético do aglomerado urbano periférico, o abandono dos centros urbanos consolidados e a criação dos vazios urbanos. Foram ao nível nacional, uma realidade. Na verdade, o arquitecto Nuno Teotónio Pereira adianta que a culpa se deve a um planeamento ineficaz e à força da especulação imobiliária. Quando acima se descreveu a possibilidade de a Covilhã, ser uma cidade inerte, essa hipótese associava-se a este período, agora descrito. Na verdade este capítulo alerta para a um conjunto de factores que caracterizam a cidade, como promissora de evolução. O crescimento extensivo, que ainda não consumiu todo o território Covilhanense e de que foram alvo, todas as áreas metropolitanas, sendo um problema menor nas cidades ditas “médias”. É um problema, onde se deve demorar ainda, a nossa atenção. Também, o mesmo se passa com a criação de novos centros enclausurados. Se bem que, a proposta do arquitecto não é evitar os centros enclausurados, mas expulsar todos os centros. A criação de *“Um espaço, de convívio, sem fronteiras, obstáculos ou limites, que todos podem percorrer, sem centro nem periferia porque um espaço único.”*<sup>91</sup> é pertença de Nuno Teotónio Pereira na sua ideia para a cidade da Covilhã. Neste sentido e porque a cidade se altera, a cada ano, com cada uma das intervenções e se adapta à nova imagem aplanada de “cidade para todos”. Mas também porque uma cidade inerte é possível de alterar o seu estado. É nesta base, que à Covilhã, já não lhe cabe, a classificação de cidade inerte.

Também é positivo, assumir que a realidade imediata, que consideramos como certa, numa pesquisa científica, se venha a provar contrária. Podemos então afirmar que a cidade em estudo se vai transformando numa cidade madura. Na própria expressão do arquitecto *“a sua transformação num centro de serviços e para a estabilização da população, actualmente com pouco menos de vinte mil habitantes.”*<sup>92</sup> é possível ler por outras palavras esta classificação. O arquitecto com a sua proposta provou que a Covilhã se transformará “na cidade para todos”, portanto não isolada do seu centro urbano consolidado.

---

<sup>90</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág.20.

<sup>91</sup> Idem; pág. 9.

<sup>92</sup> In Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 9.

## Capítulo 5.

# Diagnóstico à cidade emergente

### 5.1. As cidades inertes

*“As cidades vivas têm uma estupenda capacidade natural de compreender, comunicar, planejar e inventar o que for necessário para enfrentar as dificuldades...A saúde a mais, a produtividade, a soma de talentos, que permitem à sociedade sustentar estes avanços, são produto da nossa organização em cidades e especialmente em cidades grandes e densas.*

*Pode ser romântico procurar remédios para os males da sociedade nos lugares monótonos e rústicos das cercanias, ou entre pessoas provincianas simplórias e imaculadas...Alguém imagina que, na prática, as respostas para quaisquer das grandes questões que nos afligem hoje se encontrem nos núcleos urbanos homogêneos? As cidades monótonas, inertes, contêm, na verdade, as sementes da própria destruição e um pouco mais”<sup>93</sup>*

Toda a cidade inerte é possível transformar. Atrás assinalámos o isolamento como o problema da cidade. Porém não foi especificado de forma clara a que isolamento no referíamos. É considerado negativo os três tipos de isolamento. O individualismo das pessoas e a crença na autonomia total da cidade emergente, perante a herdada. E o isolamento da cidade relativamente às suas vizinhas, ao país e ao mundo.

A pergunta será mais fácil se for feita desta forma, de que cidades se isolam realmente as cidades inertes? Atendendo a que atrás distinguimos entre cidade herdada e cidade “nova”, vamos agora responder desta forma. As cidades inertes isolam-se de si mesmas, do seu centro, da cidade herdada. São como se fossem duas cidades distintas. E não o tentemos pensar que o actual modelo de crescimento das cidades se segue pelo modelo

---

<sup>93</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 499.

biológico da reprodução. Na verdade as periferias cresceram como um gigante. Porque quisemos antecipar a cidade do futuro.

No artigo de Carla Carbone<sup>94</sup>, a autora fomenta um pouco daquilo que é a nossa pressa por prever e conhecer do futuro. Nomeadamente fá-lo quando descreve a cena do filme “The Illusionist”, uma planta que cresce a um “ritmo possível da nossa capacidade de ver desenvolver-se”. A autora compara este acontecimento com a obra de Marcel Wanders, designer de profissão, cuja obra nasce a um ritmo rápido. Tão rápido que temos capacidade para a acompanhar no seu desenvolvimento e apercebermo-nos imediatamente de que cresceu. Os objectos de crescimento rápido que usamos, os museus com obras intemporais que visitamos, são tão diferentes das cidades. A tecnologia faz crescer todas as imagens a um ritmo, que a execução manual não pode acompanhar. O ritmo de desenvolvimento das coisas só nos é perceptível na totalidade, na medida em que formos capazes de ver o seu desenvolvimento de uma só vez. Aquilo a que a autora chamou de “a nossa capacidade de ver desenvolver-se”. A arquitectura e a arquitectura da cidade podem conhecer o seu futuro estado físico, sem que ele esteja concretizado. As imagens, falam mais e melhor, que uma bem feita descrição. Há uma antecipação do futuro pelas imagens. Pode mais do que imaginar-se, ver-se. Por isso que é fácil, prever o estado da cidade. Mas distraídos com a previsão, não é fácil ver no que se tornou a cidade. É prático o habitual “usa e deita fora”, no objectos. Não é tão prático reutilizar, reciclar. Revitalizar no caso das cidades.

No artigo publicado à revista Arq./a n° 40, Mário Chaves examina a seguinte sequência de ideias. Há uma alteração do espaço, tanto ao nível físico como mental. A procura da cidade perfeita transmite-se na sociedade. Os modelos de cidades desde a polis grega às utopias modernas, iludiram-se na ideia de que seriam modelos “reversíveis”. Nas suas perspectivas adoptarão a exaltação do poder económico, político ou religioso. Se por hipótese um observador exterior fizesse uma análise a esta impressão de estilos. Alguém que não estivesse implicado directamente no tempo, mas que fosse herdeiro dos “modelos instituídos”, segundo as ordens e hierarquias existentes. Alguém que no presente “construísse, ordenasse e vigiasse o passado”, esse observador sugeriria que se continuasse a manter a proporção entre história tempo e espaço edificado. Na leitura da cidade era possível encontrar uma relação entre território ocupado e tempo decorrido, sobrepostos em profundidade e organizados numa sequência ponderada. *“Cristalizava a duração entre os objectos na extensão do espaço representando uma temporalidade linear na concepção da*

---

<sup>94</sup> In Carla Corbone, “Marcel Wanders: O ilusionista” Lisboa, Portugal 2006; pág. 70.

*história fundada na ideia de progresso. O devir da forma persegue o mito e narra a evolução técnica.*<sup>95</sup>

No desenvolvimento do artigo o autor anuncia a perda dos “limites da urbanidade na cidade global”. Apesar das intenções das cidades utópicas coincidirem com uma cidade organizada e unitária. Uma proporcionada relação entre espaço construído e tempo decorrido. O que realmente se verifica é um congestionamento de solo edificado, uma tendência para a abrupta confluência de pessoas em megacidades. Decurso que estabelece a criação dispersa, ainda que parcial das cidades utópicas e o esgotamento do território a construir. A homogeneização e a globalização confundem a leitura da cidade, na medida em que não há distinção de hierarquias nem funções. Favorecem-se as intervenções fugazes e discriminam-se as diferenças.

A diversidade, a capacidade de escolhas e a imprevisibilidade dos acontecimentos na sociedade da informação na era da comunicação, já não são possíveis, tudo isso pode ser antecipado. A noção de perspectiva da cidade, há pouco descrita, apagou-se. Assim como, a ausência de um centro da cidade e da capacidade visual de distinguir usos e elementos. A criação de vários pontos de vista, demite a perspectiva de fazer uma síntese do espaço. *“No contexto global e total, o todo é tipificado e só o pormenor é diferenciado. O indivíduo descrente não consegue ser observador exterior, deixa de ter uma visão panorâmica. O espaço construído entre o aleatório e o predicável, é o espaço intensivo, neutro e entrópico, é o espaço do labirinto.*<sup>96</sup> Como se sente inseguro face às desorganizações da cidade, aos imprevistos, o homem reage por instinto. Como deixou de conseguir visualizar a cidade no seu todo e só se apercebe do fragmento que atravessa momentaneamente, é natural que não consiga situar-se. Não se identifica com o sítio e não cria vínculos afectivos. As zonas são homogeneizadas.

Como em todos os labirintos em que há uma pretensão pela liberdade. Assim se comporta o cidadão singular, na cidade. Despende toda a sua atenção para assegurar a sua protecção, no meio de cheios e vazios descontextualizados. *“Retorna-se, assim, ao mito do labirinto como contra-utopia da polis democrática, cuja génese remonta à polis grega e aos mitos do Minotauro e de Ícaro. Ícaro, que corporiza o mito da ânsia imediata de ser livre, caiu não no labirinto da cidade dos homens mas no labirinto das imagens*<sup>97</sup> A imagem a par com o acontecimento leva ao fim de uma sociedade que procura afirmar-se no presente pela

---

<sup>95</sup> In Mário Chaves, “Construção da forma social” Lisboa, Portugal 2006; pág. 90.

<sup>96</sup> Idem; pág. 91.

<sup>97</sup> Idem; pág. 91.

acentuação do transitório. A ganância de ter tudo em simultâneo, de trocar o sucessivo pelo simultâneo, o tempo extensivo pelo tempo intensivo torna a cidade um palco do consumo e do espectáculo. Através das novas tecnologias podemos estar num lugar e virtualmente noutra em simultâneo. A possibilidade de mobilidade quebrou a maior parte das barreiras físicas. *“Dentro daquilo que foi a nossa história, estaremos nós cientes desta nova (chamemos agora cultura) e quais as mais-valias de que a mesma poderá produzir a nível não só vivencial mas também intelectual, não estaremos apenas deslumbrados com o fim de fronteiras a vários níveis?”*<sup>98</sup>

O mundo global representa assim uma alteração do “espaço-forma digital”. Este espaço cada vez mais transformado em Disneylandia, pelas manobras de diversão que terá de oferecer para ser consumido. Este espaço poderá aceitar a identidade dos centros históricos e dos centros urbanos consolidados, haverá espaço neles para introduzir todas as novas tecnologias que a sociedade não dispensa? À semelhança dos pressupostos modernistas que rejeitavam o retorno aos estilos do passado, recusando as decorações e o supérfluo. Também esta nova “linguagem estrutural” não rejeita teoricamente a convivência dos estilos: antigo e novo. Mas na prática, assume que as cidades herdadas, não têm espaço para toda a tecnologia que a sociedade, hoje entende pertencer aos requisitos mínimos. A elegância das declarações, as explicações, as ideias e as intervenções de reabilitação fazem parte dessa imagem global. A imagem que vende. A imagem que ilude.

Finalmente o autor concluiu deixando um contributo, a solução é a utilização da transparência. Termo que *“pressupõe a continuidade do espaço arquitectónico urbano fluido”*. *“Dentro da selva de pedra”*, como se este fosse o nosso habitat natural, vivemos enclausurados. Como procuramos uma abstracção das imposições que nos fazem, distraímos-nos na total liberdade que a bidimensionalidade nos proporciona. Concretizamos todos os desejos que o mundo real não possibilita. Mas ao virtual nada é impossível.

À cidade atiram-se as críticas de obrigar os cidadãos a viver num espaço imposto. De ser uma criação da vontade onde poucos participam. Que é fruto do imediato. Não se pode entender a cidade como um objecto de manipulação rápido, sob pena de ela crescer como um “monstro” e não se reproduzir. Com a agravante de crescer como uma cidade isolada da sua história e do seu edificado. Duas cidades que são a mesma.

Acerca da revolução digital das cidades ou o aparecimento das cidades emergentes, há um conjunto de ideias que é importante conhecer. Os autores do livro *Territórios Inteligentes*

---

<sup>98</sup> In Mário Chaves, “Construção da forma social” Lisboa, Portugal 2006; pág. 91.

têm um tema que se intitula “La ciudad tras la revolución digital”. Neste tema de investigação de autores, delineiam algumas ideias relativamente à cidade e ao espaço digital. A primeira reflexão coube ao autor do livro “Cybercities” por ele se inquietar com a facilidade, com que a “sociedad red” transforma uma barreira imaterial num “domínio electrónico”. Ainda que esse domínio, faça o cibernauta retirar-se da realidade, transportando-se para o imaginário. As imagens, principais responsáveis por este distanciamento da realidade, “parecem ocultar a linguagem” porque a sensibilidade das pessoas é sobretudo conseguida pelas imagens.

Os autores Vegara e De Las Rivas apontam a ideia de que a cidade digital é tão infinita como o ciberespaço. Que essa tem lugar ao lado da cidade actual, porque estamos a transformar a nossa relação com o meio urbano. Sobretudo quando aceitamos a imaterialidade. Neste novo mundo emergente o código substitui a norma e a realidade virtual substitui a componente física. A nossa relação com o meio urbano digital acontece numa ligação directa à cidade virtual, não aquela cidade física que tradicionalmente passeamos. Mas uma cidade que é feita de ruas e edificado, onde podemos viver e estabelecer relações sociais, mas não físicas. Nessa cidade virtual participamos como cidadãos economicamente activos e socialmente participativos. Mas nunca podemos aí, ter relações físicas. Como por exemplo a plataforma “Second Life”. Na resposta à pergunta: “*Cuáles son los posibles efectos de la revolución digital en la ciudad del futuro?*”<sup>99</sup> os autores insinuam a ausência de relações físicas como um efeito.

Na perspectiva em que damos prioridade à informação mais do que à acumulação de objectos. Onde a centralidade geográfica já não é uma necessidade, porque a conectividade electrónica a substitui. Em que recursos naturais não são explorados mas antes geridos. Chegamos a um ponto central, a imaterialidade permite adaptação aos espaços. A ausência de objectos físicos, não implica, a construção de novas infra-estruturas mais amplas. A cidade emergente tem lugar efectivamente junto da antiga. Porque ela não ocupa o espaço à cidade antiga. Os sistemas digitais são mais eficientes no trabalho, evitam as deslocações e não ocupam espaço para além da instalação.

Para complementar este assunto são mencionados os autores que analisam a “sociedade tecnológica do futuro”. No seu livro “E-topia” o autor Mitchell<sup>100</sup> não fala só de lugar electrónico como também remete para a ideia de utopia do país imaginário e irrealizável

---

<sup>99</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 255.

<sup>100</sup> Idem; pág. 256.

de Thomas Morus.<sup>101</sup> O autor justifica-se acreditando que os avanços tecnológicos alteraram a forma de viver da era industrial de tal forma que as e-topias - cidades electronicamente servidas e globalmente ligadas - podem ser realizadas. A exigência de novos espaços prende-se com a necessidade de lugares públicos adaptados à vida social “virtual”. *“Consciente del riesgo de la ciudad dual, de la aparición de nuevas fronteras, la preferencia de este autor hacia la revitalización de la vida local no se menoscaba, manteniendo la ilusión comunitaria, pero múltiple e superpuesta, ya que un individuo puede pertenecer a diversas comunidades virtuales.”*<sup>102</sup>

Para Mitchell as telecomunicações digitais revolucionaram todos os padrões de vida tradicionais. Além das desvantagens que possam existir, nas cidades digitais, a verdade é que permitiram a implementação destes sistemas em todas as regiões de um país. Não haverá a barreira do tempo para os deslocamentos, pois serão anulados. Podemos estar num lugar fisicamente e noutra virtualmente. A desmaterialização da informação, possibilita o acesso a ela a partir de qualquer ponto. Nos meios rurais pode aceder-se aos serviços básicos, de tal forma que não haverá uma distinção clara entre urbano e rural. Do mesmo modo que, o papel substituiu a pedra, o formato digital substitui, hoje o papel.

O autor de “E-topia” admite a possibilidade de a era digital acentuar as diferenças de estatuto social. Assim como, inicialmente aconteceu aquando da chegada das instalações de água, luz e gás às cidades, que eram um bem acessível a poucos. Também na era digital se atravessa um período semelhante. Por esta razão, se alerta para a reestruturação do planeamento urbano. O autor comunica que a evolução pode, ainda, ser adaptada às instalações existentes. Os cidadãos podem continuar a ocupar os lugares históricos e a preservar a identidade deles. Porque a economia dos recursos, a ausência dos deslocamentos e ligação de um crescente número de lugares à infra-estrutura mundial traduz-se numa reestruturação espacial das actividades sociais e económicas. A “revolução digital”, une a casa ao trabalho. Permite os encontros em lugares virtuais, evita os deslocamentos e as conseqüentes filas de trânsito. Possibilita a prestação de serviços à distancia, a consulta de informações, a marcação de encontros por email, pagamentos e

---

<sup>101</sup> Quando falamos de Utopia, o que habitualmente consideramos é algo irrealizável e inatingível. De fato, se definirmos de acordo com o dicionário, iremos encontrar: "Projecto irrealizável; quimera." A utopia de Thomas Morus está no horizonte. Dando dois passos aproximamo-nos e ela afasta-se dois passos. Caminhando dez passos o horizonte recua dez passos. Por mais que se caminhe, nuca se alcança. Esta utopia, serve para isso: para que não se deixe de caminhar.

<sup>102</sup> Idem; pág. 256.

outros serviços sem necessidade de presença física. Transporta-nos para um sistema de economia de presença.

A sociedade já com a introdução da escrita ultrapassou as relações síncronas para possibilitar as relações assíncronas. Mas as telecomunicações digitais permitem todas essas relações sem dispêndio de tempo e gasto. Vantagens assinaladas: a importância do lugar, criação de vínculos afectivos nos lugares onde se efectuam encontros físicos. Relações sociais mais coesas sobretudo as primárias (familiares) devido à maior economia de tempo gasto no trabalho e nos deslocamentos. Economia dos recursos e acesso livre aos serviços a qualquer hora. A libertação de espaço pela desmaterialização da informação. Rentabilidade de consumos devido a mecanismos inteligentes. Promoção da inclusão de relações sociais em vários grupos virtuais, e sobretudo transformação da cidade caótica resultante da era industrial, numa cidade ecológica e limpa da revolução digital.

Um discípulo deste autor Thomas A. Horan em “Digital places” propõe a fusão da casa com o trabalho, os sectores terciários ligados em rede para um acesso rápido e em qual quer horário. A partir desta altura pode criar-se um sistema digital que reúna uma comunidade local digital. Podendo assim estabelecer maiores relações entre os seus membros com a recreação de lugares perdidos. *“Crear un paisaje integrador es para Horan una respuesta a demandas múltiples que hay hacer al lado del lugar tradicional y del espacio de la comunidad.”*<sup>103</sup>

Na reflexão dos autores do livro “Territórios Inteligentes”, explicam o seguinte: a cidade evolui conforme as alterações sociais e tecnológicas. Mas o planeamento urbano não tem um carácter “substitutivo”, reutilizável ou dispensável. Portanto o que poderá ele adiantar, é a reconversão de espaços, alterando as escalas e promovendo a convivência do antigo e do novo. No futuro prevê-se a privatização dos serviços. O urbanismo provavelmente não terá mais a capacidade de interagir com as atitudes do cidadão nem tampouco de estabelecer ou não relações entre os lugares.

Nesta pesquisa tivemos em confronto diversos temas que abordam o problema das cidades inertes e por vezes parecerem, não se relacionar. No filme “A Beautiful Mind”, tudo se passa apressadamente e sem possibilidade do espectador analisar as situações. A este é criada a inquietação, de não saber se realmente tudo o que se passa é realidade ou imaginação. Só no final se esclareceu toda a folia e todas as precipitadas conclusões que tirámos. Também aqui, considerámos muitas variáveis, sem sabermos à priori quais as

---

<sup>103</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 257.

certas e as erradas. Temos a mesma sensação de que nada se enlaça, que todos os temas são diferentes e não compatíveis. Surgem como temas desconexos em textos atirados ao acaso para os capítulos. Mas finalmente todo este trabalho se reúne numa ideia, a de que temos de ser capazes de conter a ilusão. De dar realmente importância às componentes reais das cidades. Não se pode continuar a pensar a cidade, para o homem a viver isoladamente. Ela é um espaço de acontecimentos sociais. Os autores do livro Territórios Inteligentes resumem bem esta ideia: *“Las ciudades que tengan más éxito en el futuro serán las que consigan un equilibrio inteligente entre los diferentes componentes de la trilogía urbana: competitividad económica, cohesión social y sostenibilidad ambiental.”*<sup>104</sup>

## Conclusão parcial

Neste capítulo apresentámos uma resposta ainda que breve, à incerteza que ficou em suspenso no capítulo II. Como será a cidade do futuro? Com o diagnóstico feito às cidades ditas “globais”, concluímos o seguinte, querem trocar a cidade física, por uma cidade imaginária digital. Aliás já estamos, sem querer, a fazê-lo. Arriscamos o fim do urbanismo, do planeamento urbano e da sociabilidade.

Esta nova cidade emergente vai de encontro com a nossa preocupação inicial, o isolamento da cidade. Neste caso não poderemos dizer que a cidade se isola do seu centro, mas antes que as pessoas desertificam a cidade, porque escolheram percorrer uma mentalmente. Se escolhermos este caminho as habitações dos centros urbanos consolidados podem ser habitados, porque a redução de toda a informação numa plataforma informática e a ausência dos deslocamentos o permite. Porém arriscamos a ter edifícios habitados e cidades desertas.

---

<sup>104</sup> In Alfonso Vegara; Juan Luis de las Rivas, “Territórios Inteligentes”, Lerner. Madrid 2004; pág. 279.

## Capítulo 6.

# Considerações finais

### 6.1. Respostas a questões implícitas

Será lucrativo para a tese a explicação dos valores que não puderam ser aprofundados aqui e o seu porquê. Já que este trabalho, se circunscreve no conhecimento científico dar-lhe-emos o nome de “modelo”. Porque é um princípio para o alcance de outros fins, outras pesquisas.

Podíamos ter ampliado o conhecimento no que diz respeito à cidade como organismo, porém arriscávamos ao pondo de não definir claramente o problema das cidades, o que leva ao seu isolamento. O problema não ressalta da dúvida, se a cidade é ou não, um organismo. Esse é um tema secundário. A sua consequência é a perda de tempo, necessário para discutir assuntos realmente importantes. Como por exemplo se as cidades inertes resultam ou não, de dogmas impostos por instrumentos de gestão territorial ou por utopias idealistas conformistas. Como é óbvio ao tratar de um problema isolamos outros. Foi importante a abordagem do tema da cidade entendida ou não como organismo, na medida em que contribui para assinalar alguns preconceitos que nos bloqueiam. Que quando postos em prática, se tornam efeitos nefastos para quem vive na urbe.

Esta pesquisa só pode ser vista, do ponto em que seja possível tirar ilações. Aqui procuram-se respostas para o problema que se analisou e fazer um diagnóstico daquilo em que a cidade e a sociedade se tornou. O cruzamento de várias informações promoveu um enquadramento do tema num espectro mais amplo.

Como ideia preconcebida temos a de que, *“Construir num lugar muito bonito equivale a destruí-lo”* são estas as palavras do arquitecto Álvaro Siza no seu livro *“Imaginar a evidência”*. Geralmente consideramos que as cidades são uma obra de destruição da natureza. Isto é um bloqueio para nós. Para gostarmos de viver a cidade, é um problema de sociedade também. Por este motivo, aceitamos viver em bairros de baixa densidade, em que área rural e urbana se confundem. É uma adaptação nossa à ideia de que a cidade é um património tão importante como o é, a preservação da natureza. No último capítulo do livro

“Morte e vida de grandes cidades” a autora sugere que se traga a natureza para a cidade, para que possamos desfrutar dela. No entanto não sejamos radicais ao ponto de sentimentalizá-la. Esse será um processo perigoso. *“Não há coincidência no facto de nós norte-americanos, talvez os que mais sentimentalizam a natureza em todo o mundo, sermos ao mesmo tempo os destruidores mais terríveis...Na verdade, o que leva a isso é um desejo sentimental de entreter... descrendo clara e inteiramente de que nós e nossas cidades só por existirmos, somos também uma parte genuína da natureza...”*<sup>105</sup> Ora com tudo isto, a autora justifica o porquê, da criação de planos utópicos, a nossa condição humana ainda não aprendeu e por isso não gosta, de viver na cidade.

O desenvolvimento da economia e a expansão dos aglomerados urbanos, mundialmente tem acontecido numa velocidade maior do que a nossa capacidade de actuar e atenuar os impactos perante a urbanização desigual. As contradições cada vez estão mais próximas quanto afastadas, dependendo do “olhar”. Não há cidade sem o aspecto social, assim como não há habitante fora da sociedade. Ainda que seja em pequena dimensão, uma tribo é também uma manifestação social.

A globalização tem trazido consequências difíceis de mudar ou controlar, muitas vezes perversas para o convívio inter-identidades. As questões de desenvolvimento espacial, dependem sempre do nível económico, embora agora a essa questão, lhe sejam atribuídos outros aspectos como a preservação ambiental e cultural.

Por estes motivos e para rematar um assunto que ficará em suspenso, dependerá sempre da alteração da cultura e do desenvolvimento tecnológico, vamos deixar aqui um contributo baseado nos temas estudados. As cidades independentemente da sua configuração, do estatuto e da morfologia têm sempre uma componente social. Não se podem ignorar, elas são uma criação nossa e por isso importantes. Nada as substitui, não são as imagens, nem a dimensão virtual que conseguem essa proeza.

*“Se nós destrirmos as nossas cidades, ferimo-nos a nós próprios... A partir daí encontramos-nos em fuga do mundo e de nós mesmos.”*<sup>106</sup>

---

<sup>105</sup> In Jane Jacobs, “Morte e vida de grandes cidades”, São Paulo, Brasil 2000; pág. 495.

<sup>106</sup> In Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade”, Lisboa, Portugal 1999; pág. 207.

## 6.2. Verificação dos resultados

Como sempre ocorre nas viagens, que impõem a nossa participação, concluída essa etapa é lugar de uma reflexão final que confronte as preocupações iniciais. Retomando as inquietações levantadas na introdução, concluímos que: o processo de globalização se deve à cidade digital emergente. Na resposta à tentativa de inovar as opiniões em confronto, apresentámos debates, bibliografia e conferências muito recentes que abordaram os temas apresentados. Os processos de análise foram efectivamente suportados por estudos comparativos. Respondemos ao problema levantado, na análise do caso estudo. Provou-se que na Covilhã, o isolamento da cidade foi causado na fase de expansão do edificado, que coincide também com a época em que se desprezou o centro urbano consolidado. A análise desta tese concluiu que, a Covilhã era uma cidade inerte, o diagnóstico acabou por mostrar que a cidade depois da proposta não se insere no âmbito das cidades inertes.

Finalmente, este estudo tem em vista, a realização de uma tese de doutoramento, onde nos propomos encontrar, uma estratégia ou proposta a realizar, numa cidade inerte de maneira a que esta altere o seu estado. Algo que responda com coerência como aconteceu na proposta do arquitecto Nuno Teotónio Pereira e como foi feito no estudo feito pelos autores Alfonso Vegara e Juan Luís de Las Rivas, este último suscitador do interesse por esta temática.

## 6.3. Recomendações

### Aos políticos

Aos políticos há uma recomendação deixada pelo autor Martins Barata que resume a atitude política muitas vezes adoptada e que não é positiva para a cidade. Sabemos que o habitante faz referência aos problemas que experimenta diariamente. Mas esses problemas são desejos privados, relacionados habitualmente com a sua área residencial, lugar onde sente que a sua influência é maior, onde se sente proprietário do seu espaço privado e

também do público. “- *Faltam casas? Pois façam-se casas. -Há poucos transportes públicos? Pois venham mais transportes. – As rendas são altas? Pois baixem-se as rendas. – Faltam escolas? Pois venham escolas. – Circula-se mal? Pois tracem-se largas rodovias e viadutos abundantes. – Há buracos na rua, lixo entornado? Pois preparem-se as ruas e ponha-se ordem na limpeza pública. – Há bairros insalubres? Pois deitem-se abaixo e reconstruam-se.*”

<sup>107</sup> Este é o discurso utilizado pelos órgãos políticos, numa tentativa de agradar a um vasto número de pessoas. Nos programas gerais eleitorais, incluem-se este tipo de programações e a promessa de actuação, mesmo que não seja possível a sua concretização. O autor fala mesmo em “encantadora unanimidade” com que os partidos formam sempre as mesmas soluções para resolver os mesmos problemas.

A intenção deste escrito, serve de alerta para o perigo de agravarem a situação das cidades, caso se empregue sempre a mesma solução. Ou seja, não basta ceder aos pedidos querer fazer obra, de acordo com os pedidos individuais dos habitantes. Mas claramente é importante, justificar o que se faz, com uma proposta que vise a qualidade colectiva. Assim, nas campanhas, no que concerne ao planeamento, procurem responder não imediatamente com soluções definitivas, mas rapidamente com soluções provisórias. Essas são possíveis de alterar.

## Aos técnicos

É verdade que os técnicos dos Gabinetes Técnicos Locais, os das Câmaras e os particulares, estão em parte subjugados ao regime político vigente. No entanto, isso não deve servir de desculpa para o desinteresse do desempenho da função. Nos aspectos mais peculiares têm algum poder de actuação. Por exemplo podem ser organismos que contribuam para a realização de pesquisas, revistas, obras literárias que promovam a diversidade de estudos e facilitem um agradável reconhecimento das cidades. O facto de transmitirem a informação, como o fizeram estas entidades na ajuda da concepção desta pesquisa é uma atitude positiva e que permite análises mais aprofundadas aos problemas levantados.

---

<sup>107</sup> In J. P. Martins Barata – “A Doença na Cidade”. Lisboa, Portugal 1997; pág. 35.

## Aos arquitectos

É muito frequente, ou era, a rivalidade entre as áreas arquitectura e engenharia. Não que uma interfira directamente no desempenho da outra, mas porque é necessário um trabalho conjunto, às vezes difícil de coordenar. Como todas as actuações que nos habituámos a ter, são regra geral mais fáceis de realizar isoladamente, porque impomos a nossa ideia, esta parece ser uma resposta à possível rivalidade entre as duas áreas. Nas universidades, será proveitoso que o programa leccionado seja abrangente, que se estudem mais do que um estilo arquitectónico, que se promova o trabalho conjunto.

*“...a actual estrutura universitária e métodos individualistas, passivamente aquisitivos do saber, não fazem senão opor mais atrito ao processo inter-disciplinar.”<sup>108</sup>*

## Aos habitantes

O autor Carlos Vieira de Faria<sup>109</sup>, acerca da governância urbana, menciona como comportamento adequado, a procura em construir uma cidade submetida aos interesses da maioria. Impedindo a instauração de estratégias visionárias, de visões unitárias. Assim as associações de moradores serão um bom contributo para todos juntos exporem as suas ideias e chegarem a um consenso. No seu estudo o autor reconhece que os movimentos de moradores de Setúbal ajudaram a criar uma nova fase de desenvolvimento do urbanismo, pelo menos aí. Decerto que cada associação de moradores deve intervir no localmente, tendo sido principal preocupação em Setúbal combinar dimensões funcionais com valores paisagísticos, estéticos e simbólicos. Neste caso concreto, conseguiram estas associações criar condições para reduzir a exclusão e a marginalização sócio - espacial. Com tudo isto e para que sirva de exemplo, cabe aos habitantes não se demitirem das suas responsabilidades, porque numa cidade para todos, todos são responsáveis.

---

<sup>108</sup> In Nuno Portas, “A Cidade Como Arquitectura”, Lisboa: Portugal 2007; pág. 72.

<sup>109</sup> In Carlos Vieira de Faria, “As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal”, Lisboa, Portugal 1966-1995; pág. 269-271; 291-293.

## 6.4. Futura investigação

Para a futura investigação deixemos em suspenso toda a dinâmica que se passará nas cidades recentemente criadas. O caso do Dubai por exemplo. Foi falado no capítulo II que este era um “consumidor de energia” que de certa forma abrandava o progresso das cidades desse país. De facto, não aprofundámos esse assunto. Não foi pela pouca relevância, mas sim pela ausência de informação que comprovasse tal afirmação, por ser demasiado recente. Este é um tema relevante a ser explorado. A importância das cidades museu e quais os prejuízos ou vantagens que elas provocam nas outras cidades. Um pormenor relevante será avaliar essas cidades tendo em atenção vários critérios cotados de igual forma, para que à priori a sua avaliação não seja deturpada pelo deslumbramento da tecnologia.

Outra vertente a ser explorada será o desenvolvimento do método. No planeamento espanhol há uma preocupação que inquieta os cientistas desta área, que é a capacidade de criar um método pessoal. Ora fugindo este processo (a criação de resultados inovadores), a um propósito de tese de mestrado, não se incluiu como objectivo. Mas enquadrando-se numa das fases do trabalho que suscitou interesse por esta investigação é uma oportunidade a ser explorada num próximo trabalho científico. Assim o desenvolvimento de um método urbanístico que estimule o ritmo das cidades inertes é uma proposta à futura investigação.

Outro tema que não foi incluído foi a definição de sustentabilidade da cidade.

Ou a questão se for o caso disso da impossibilidade da sustentabilidade na cidade. Não foi realmente escopo desta dissertação, nem se incluiu nenhum capítulo sobre este tema, porque sendo um tema tão amplo, mas com matéria sempre acentuada sobretudo para Curitiba, não teve interesse porque o Brasil é um país muito distinto do nosso. Assim não querendo alargar a pesquisa para o estudo de casos concretos fora do nosso país foi preferível, não incluir este debate. Porém e aceitando a possibilidade de que já existem dissertações fundamentadas no caso de Curitiba, a proposta para futuro seria analisar comparativamente esta com as cidades museus tecnológicas, o funcionamento sustentável destas últimas. Porque se procurou a actualidade dos temas e inovação das estratégias é que esta proposta para futuro seria um tema a longo prazo, pois carecia de informação consolidada.

## Bibliografia

- BARATA, J. P. Martins – **A Doença na Cidade**. Lisboa: Livros Horizonte, 1997. (Coleção Horizonte, n.º 37).
- BAUMAN, Zygmunt - **Confiança e medo na Cidade**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006. (Coleção Antropos). ISBN 978-97-270-8893-5
- DIAS, Manuel da Graça – **Manual das cidades**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006. (Coleção arquitectura). ISBN 972-708-920-8
- FARIA, Carlos Vieira de – **As Cidades na Cidade: Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal (1966-1995)**. Lisboa: Esfera do Caos, 2009. (Coleção Ensaio, n.º 6). ISBN 978-989-8025-71-5
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich – **Estética**, Ed. Guimarães Editores, 1993. ISBN 9726653789 / 972-665-378-9; pág. 3
- GRACIA, Francisco de – **Construir en lo construido: La arquitectura como modificación**. 3.ª ed. Hondarribia: Editorial Nerea, 2001. (Coleção Arquitectura). ISBN 81-86763-65-7
- JACOBS, Jane – **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. de Carlos S. Mendes Rosa; rev. da trad. de Maria Estela Heider Cavaleiro; rev. técnica de Cheila Aparecida Gomes Bailao. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção a). ISBN 85-336-1218-4
- KRIER, Léon – **Arquitectura: Escolha ou Fatalidade**. Lisboa: Estar, 1999. Trad. António Sérgio Rosa de Carvalho. (Coleção Teorias e Fontes da Arquitectura). ISBN 972-8095-64-3
- LYNCH, Kevin – **A imagem da Cidade**. Trad. de Maria Cristina Tavares Afonso. Lisboa: Edições 70, 2008 (Coleção Arquitectura e Urbanismo). ISBN 978-972-44-1411-9
- MEDEIROS, Carlos Alberto (Org.); SALGUEIRO, Teresa Barata; FERRÃO, João – **Geografia de Portugal: Sociedade, Paisagem e cidades**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2005. ISBN 972-42-3538-6
- MEDEIROS, Carlos Alberto (Org.); GASPAR, Jorge; SIMÕES, José Manuel – **Geografia de Portugal: Planeamento e ordenamento do território**. Rio de Mouro: Circulo de Leitores, 2006. ISBN 972-42-3538-6

- PELLETIER, Jean; DELFANTE, Charles – **Cidades e Urbanismo no Mundo**. Trad. Sylvie Canape. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. (Coleção O Homem e a Cidade, n.º 4) ISBN 972-771-294-0
- PEREIRA, Nuno Teotónio – **Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA 2005**. Introd. de João Afonso. Lisboa: Ordem dos arquitectos, Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005. (Coleção Arquitectura portuguesa, prémios UIA 2005). ISBN 978-972-8897-08-1
- PEREIRA, Fernando José – **Notas sobre arte e presente global: Entre híbridos e mutantes**. Lisboa: Futurmagazine, 2007. (Revista de Arquitectura e Arte - arq./a, n.º 44, Abril de 2007). p. 80-83
- PORTAS, Nuno – **A Cidade Como Arquitectura**. Prefácio de Fernando Távora. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 2007. ISBN 978-972-24-1463-0
- PORTAS, Nuno; DOMINGUES, Álvaro; CABRAL, João – **Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades**. 2.ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007. ISBN 978-972-31-1061-6
- RICHARDSON, Phyllis – **XS: Grandes ideias para pequenos edifícios**. Trad. de Emília Pérez Mate. 2.ª ed. Barcelona: Gustavo Gili, 2002. ISBN 84-252-1860-8. p. 90-94
- SÁ, Cristina (Org.); COSTA, Maria Cecília Solheid da; DIGIOVANNI, Rosangela; SCHAAF, Mariza B.; GOUVÊA, Regina R.; CHIAVARI, Maria Pace; CARVALHO, Verena Andreatta de - **Olhar Urbano, Olhar Humano**. São Paulo: IBRASA, 1991.
- SARAMAGO, José – **A Caverna**. Lisboa: Caminho, 2000. ISBN 972-21-1366-6
- SILVA, José Aires Da (1955) – **História da Covilhã**, Ed. Notícias da Covilhã; Jornal de Notícias
- VEGARA, Alfonso; RIVAS, Juan Luis de las – **Territórios Inteligentes**. Prólogo de Jaime Lerner. Madrid: Fundación Metrópoli, 2004. ISBN 84-609-2698-2

## Referências bibliográficas

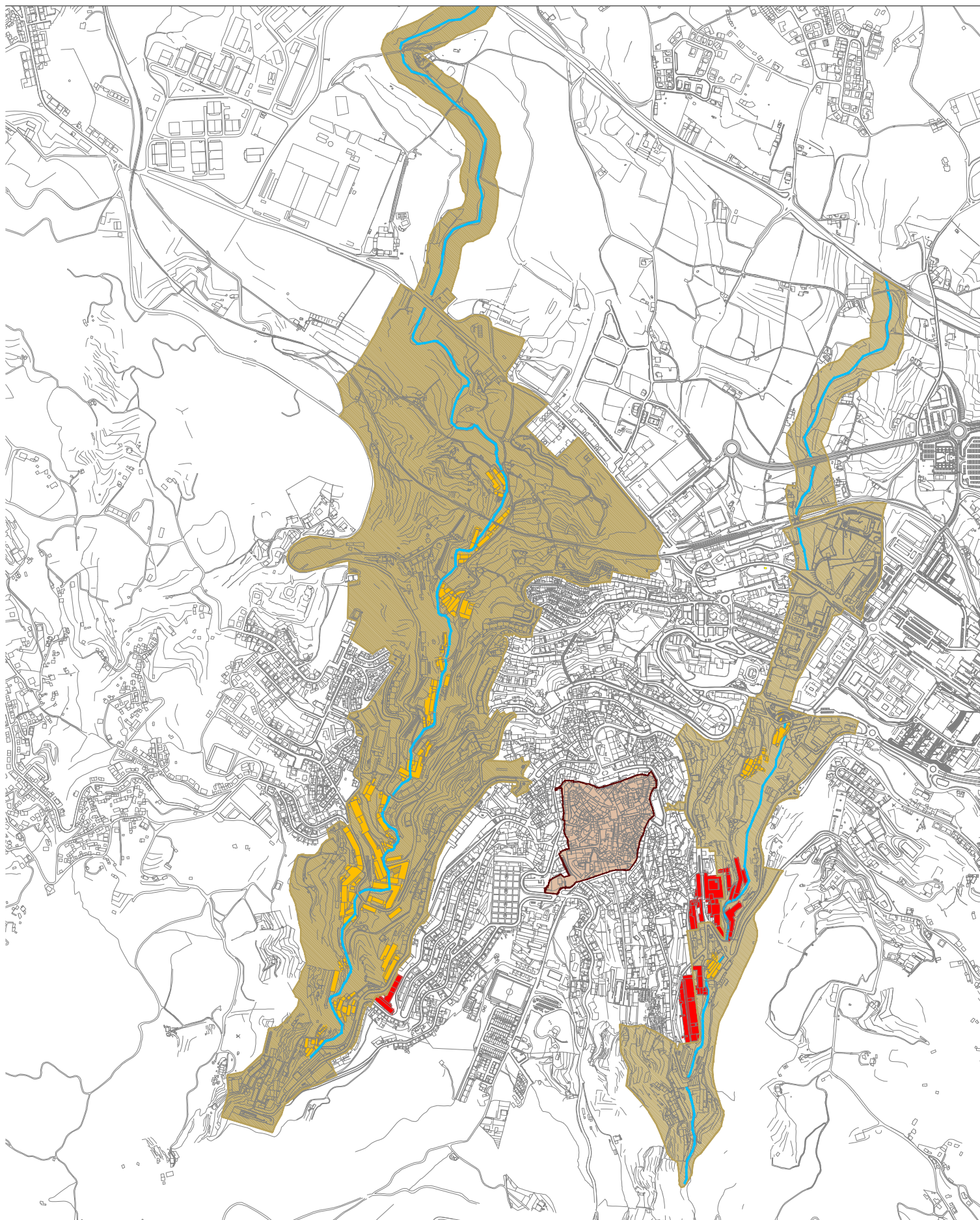
- BATISTA, Luís Santiago – Realidades Metropolitanas **Rev. Port. Arq/a**, nº40..ICS 124055. N° estr. (2006) 6-9
- CARBONE, Carla – Marcel Wanders: O ilusionista **Rev. Port. Arq/a**, nº 43..ICS 124055. N° estr. (2006) 70-73
- CARDOSO, Andrea [et.al.] – Cidades/ património/ reabilitação **Rev. Port. Monumentos**, nº 29..ISSN 0872-8747 N° estr. (2009)
- CHAVES, Mário – Construção da forma social **Rev. Port. Arq/a**, nº 40..ICS 124055. N° estr. (2006) 90-93
- CHIBENI, Silvino Seno; ALMEIDA, Alexander Moreira – **Investigando o desconhecido: filosofia da ciência e investigação de fenomenos "anomalos" na psiquiatria** [Em linha]. . Elementos da filosofia da ciência de Kuhn. [Consult. 2009-06-25]. Cap. 5 – metabolismos. Disponível em WWW: <URL: <http://www.scielo.br/pdf/rpc/v34s1/a03v34s1.pdf>
- CONFERÊNCIA LISBOA E-NOVA, Lisboa, 2009 – Planeamento Urbano - Novos Desafios: actas. Lisboa: Alto dos Moinhos, 2009.
- CONGRESSO INTERNACIONAL, I, Porto, 2009 – Cidades, culturas e sociabilidades: actas. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009.
- FERREIRA, Fátima Campos– **"As cidades onde não moramos"** [Em linha]. Lisboa, RTP1, 6 Julho 2009. [Consult. 2009- 7-18]. Debate televisivo. Disponível em WWW: <URL:[http://tv1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p\\_id=23414&e\\_id=29&c\\_id=1&dif=tv](http://tv1.rtp.pt/programas-rtp/index.php?p_id=23414&e_id=29&c_id=1&dif=tv)>
- GALIANO, Luis Fernández– **Próximo Oriente** [Em linha]. Gulf to Mecca: Arquitectura Viva, 2006. [Consult. 2009-06-23]. Introdução. Disponível em WWW:<URL: <http://www2.arquitecturaviva.com/Antiguos/ArquitecturaViva111.Asp#Articulo>
- LOURO, Margarida – O impacto do consumo na realidade metropolitana de Lisboa. **Rev. Port. Arq/a**, nº40 ..ICS 124055. N° estr. (2006) 62-65
- MORENO, Cristina Díaz [et.al.] – El futuro ya no es Barbarella **Rev. Esp. El Croquis**..ISSN 0212-5683 N° estr. (2002-2003) 116-140

- PEREIRA, Fernando José – Notas sobre arte e presente global: Entre híbridos e mutantes Ver. Port. - Arq./a, n.º 44..ICS 124055. (2007) 80-83
- REBELO, João Correia - Manuel Graça Dias o independente. **Rev. Port. Arquitectura & construção n.º 82..** N.º estr. (2003)
- VIEIRA, Viviana – "**Modelo bem conseguido**" [Em linha]. Covilhã, Jornal on-line da UBI, 22 Maio 2002. [Consult. 2009- 5-30]. Novo Pelourinho foi elogiado pelo Centro Português de Design e vai ser analisado na Ordem dos Arquitectos. Disponível em WWW: <URL: [http://www.urbi.ubi.pt/020521/edicao/120cov\\_pelourinho.html](http://www.urbi.ubi.pt/020521/edicao/120cov_pelourinho.html)>
- PORTUGAL. Logica – Edinfor [Em linha]. Lisboa - [Consult. 15 Maio 2009]. Disponível em WWW: <URL: <http://lusiglob.logica.com>>
- PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística [Em linha]. Lisboa: INE, 2001 - [Consult. 1 Maio 2009]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_main](http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main)>

## Apêndice 1 – Lista de figuras

Fig. 1 – “Objectos”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 28.....	13
Fig. 2 – “Längtan”, fonte: Conferência Lisboa E-Nova, Lisboa, 2009, orador Klas Tham (imagem de Ernst & Sohn, 1989). .....	18
Fig. 3 – Malha urbana do projecto B01 em Malmö do Arqt.º Klas Tham, fonte: Conferência Lisboa E-Nova, Lisboa, 2009. ....	19
Fig. 4 – “Formas de sobreexpansão urbana”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 84. ....	23
Fig. 5 – Zonas monofuncionais e comunidades urbanas autónomas, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 89. ....	26
Fig. 6 – “Bombardeamento suburbano quotidiano contra a cidade”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 87. ....	27
Fig. 7 – Formas de crescimento das cidades, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 92. ....	28
Fig. 8 – “Organismo e parasita”, fonte: Léon Krier, “Arquitectura: Escolha ou Fatalidade” Lisboa, Portugal 1999; pág. 96. ....	29
Fig. 9 – Fonte: Andrea Cardoso, “Cidades/ património/ reabilitação” Lisboa, Portugal 2009; pág. 118. ....	39
Fig. 10 – Perfil longitudinal da Av. da Anil (Covilhã), executado através de: PORTUGAL. Logica – Edinfor [Em linha]. Lisboa - [Consult. 15 Maio 2009]. Disponível em WWW: <URL: <a href="http://lusiglob.logica.com">http://lusiglob.logica.com</a> >. ....	41
Fig. 11 – “A nova Vila Franca”, fonte: Debate Xiradania, Vila Franca de Xira, 2009. ....	45
Fig. 12 - Unidades fabris .....	47
Fig. 13 - Evolução da cidade.....	49
Fig. 14 – Densidade populacional em 2001, por freguesia, realizado com base em valores do INE. ....	50
Fig. 15 – Variação da população residente 1991-2001, por freguesia, realizado com base em valores do INE.....	53

Fig. 16 – Sistema viário do concelho da Covilhã, realizado através do suporte Google Earth.	56
Fig. 17 – Praça do município, Covilhã, fonte: Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 51. ....	57
Fig. 18 - Dinâmica dos usos .....	59
Fig. 19 - Concentrações comerciais .....	61
Fig. 20 – Vista aérea da zona envolvente do centro commercial “Serra Shopping”, fonte: n/d. ....	62
Fig. 21 – Fonte: Nuno Portas; Álvaro Domingues; João Cabral, “Políticas Urbanas: tendências, estratégias e oportunidades”, Lisboa, Portugal 2007; pág. 136. ....	65
Fig. 22 - Perfis transversal e longitudinal da Covilhã, executado através de: PORTUGAL. Logica – Edinfor [Em linha]. Lisboa - [Consult. 15 Maio 2009]. Disponível em WWW: <URL: <a href="http://lusiglob.logica.com">http://lusiglob.logica.com</a> >. ....	67
Fig. 23 – Fonte: Nuno Teotónio Pereira “Uma ideia para a Cidade da Covilhã: Candidatura ao prémio Sir Robert Matthew, prize nominee, UIA” Lisboa, Portugal 2005; pág. 42-43. ....	68
Fig. 24 – Tabela referente ao estudo realizado pelo Jornal Expresso, 6 de Janeiro de 2007.	70
Fig. 25 – Gráfico realizado a partir de estudo do Jornal Expresso de 6 de Janeiro de 2007..	71



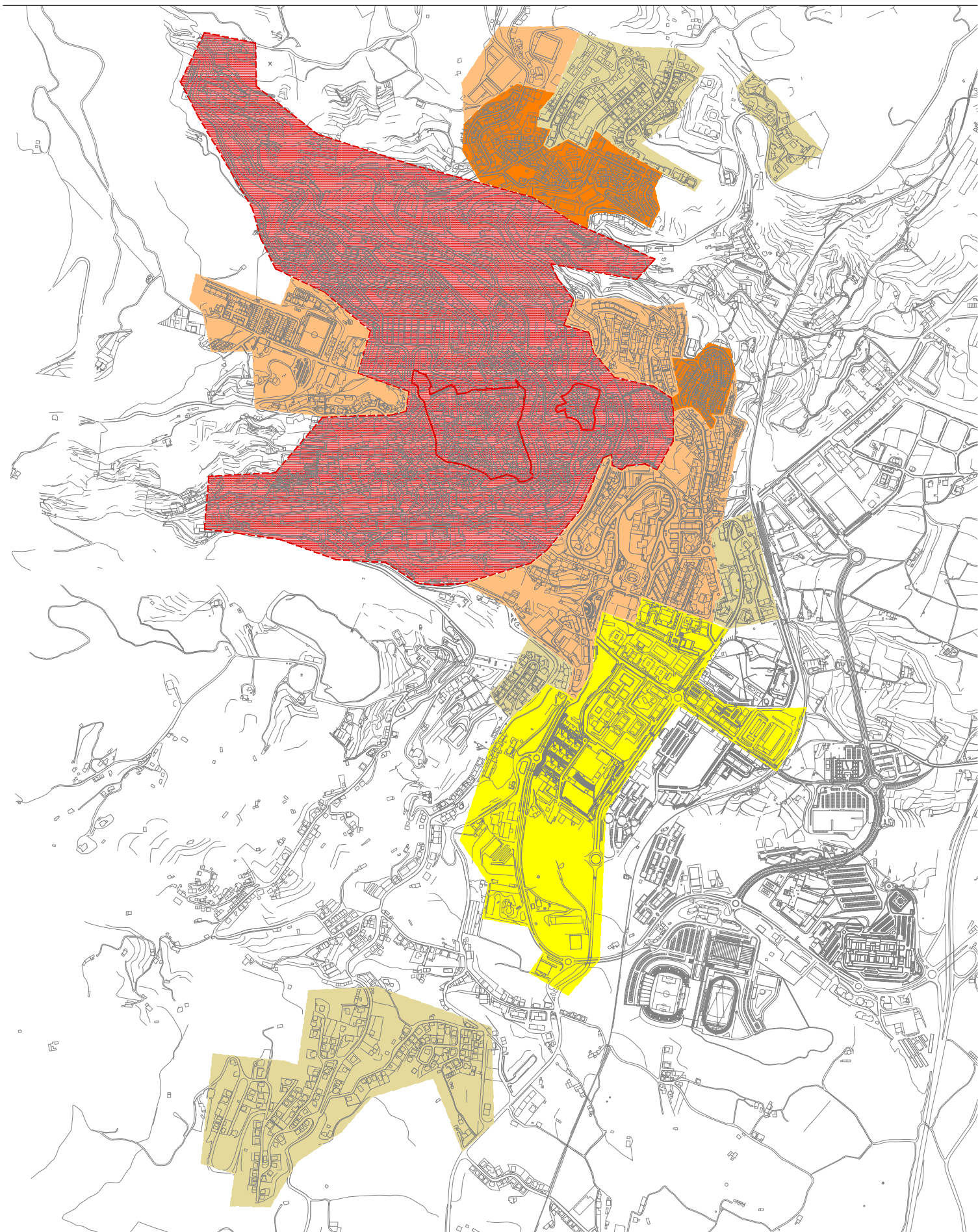
— Ribeiras

▨ Área de intervenção Programa Polis

▨ Unidades fabris

▨ Zona Intra-muralhas

▨ Unid. fabris reconvertidas para a UBI



1950

1960

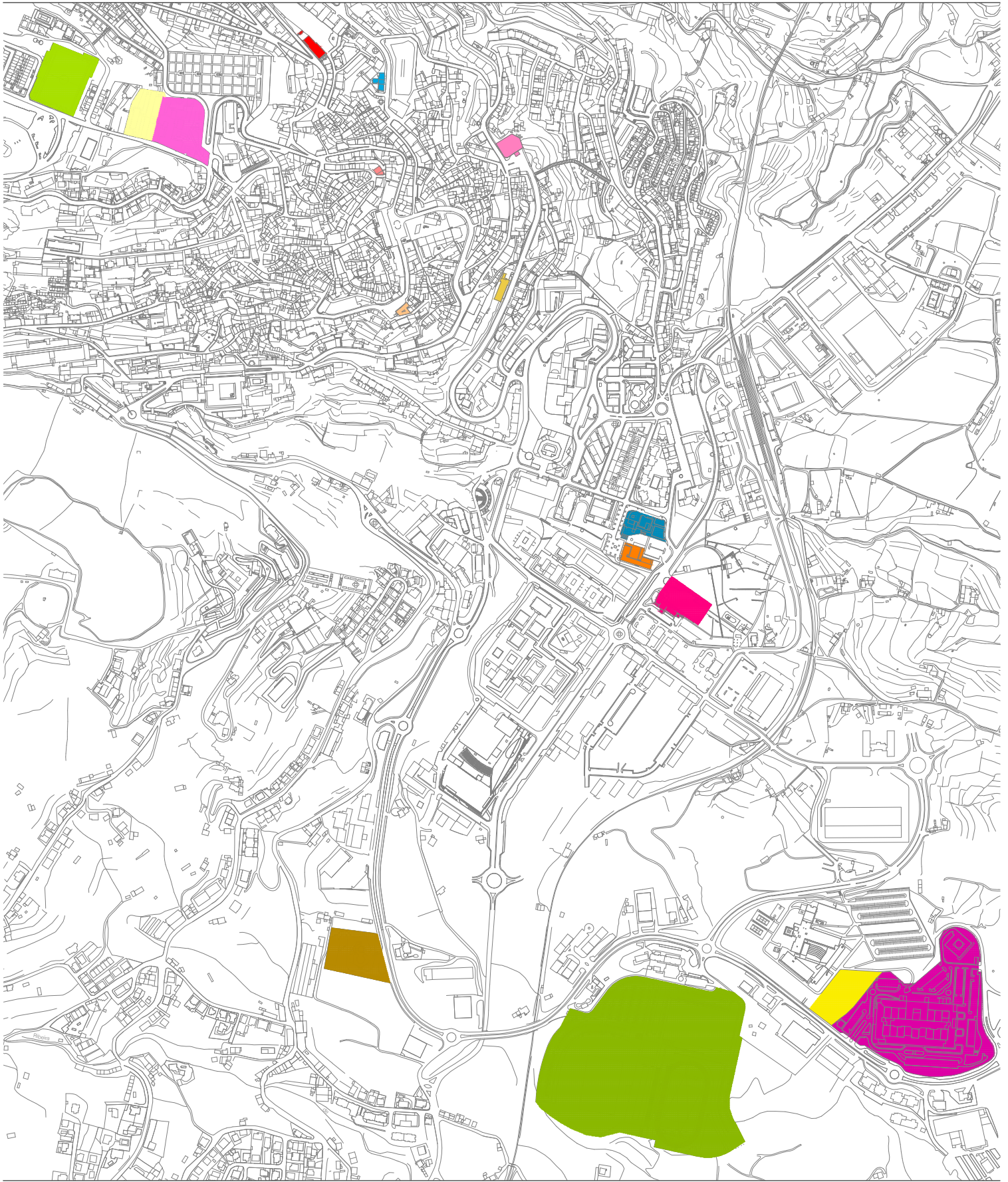
1970

















1980

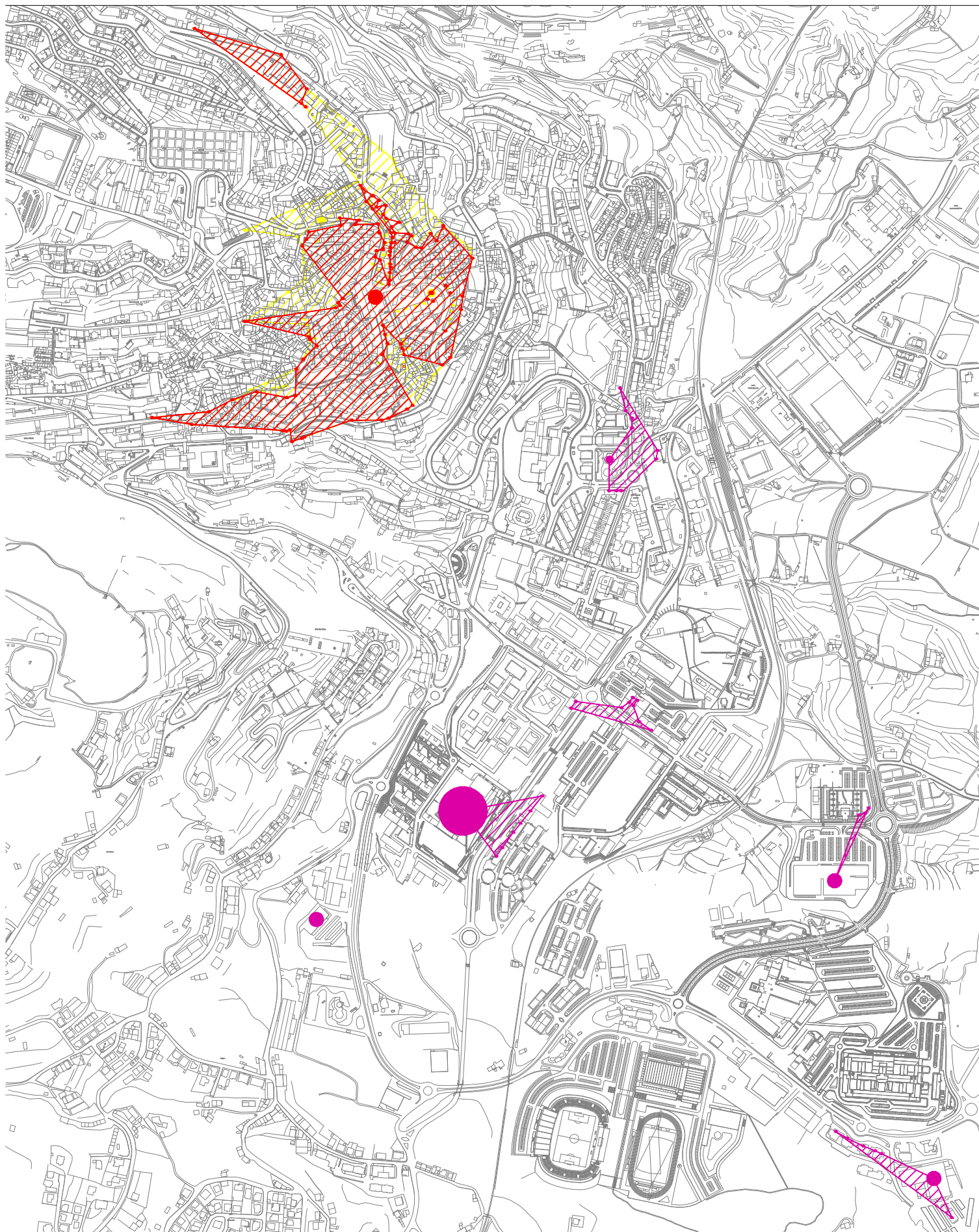
1990

Núcleo Intra-muralhas

Núcleo da Judiaria



	Complexo desportivo	Centro de Saúde	Centro de Saúde Mental	Hospital	Policia	Bombeiros	Biblioteca	Transportes
Antes								
Depois								



Concentração de comércio tradicional anterior



Concentração de comércio tradicional actual



Concentração de novo comércio